KLS

História do Brasil
República I

História do Brasil República I

Laura Candian Fraccaro
Kleber Antonio de Oliveira Amancio

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente
Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica
Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Danielly Nunes Andrade Noé
Grasiele Aparecida Lourenço
Isabel Cristina Chagas Barbin
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica
Rafael Pavani da Silva
Vítor Aquino de Queiroz D´Ávila Teixeira

Editorial
Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)
Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Fraccaro, Laura Candian
F797h História do Brasil República I / Laura Candian Fraccaro, Kleber Antonio de Oliveira Amancio. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.
208 p.

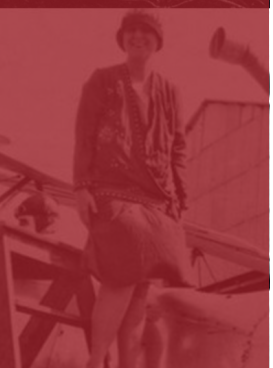
ISBN 978-85-522-1408-3

1. Primeira República. 2. Oligarquias. 3. História do Brasil. I. Fraccaro, Laura Candian. II. Amancio, Kleber Antonio de Oliveira. III. Título.

CDD 981

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 — Londrina — PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: http://www.kroton.com.br/



Sumário

Unidade 1

A primeira república 7

Seção 1.1

O liberalismo republicano 8

Seção 1.2

Movimentos populares urbanos 23

Seção 1.3

Movimentos populares na Primeira República 37

Unidade 2

Da crise da Primeira República à ascensão de Vargas 57

Seção 2.1

Proteção ao café e efeitos na economia e sociedade 59

Seção 2.2

Da ruptura com a Primeira República ao Governo Provisório de Vargas 74

Seção 2.3

Do Governo Constitucional de Vargas ao Golpe do Estado Novo 89

Unidade 3

Era Vargas: o Estado Novo 106

Seção 3.1

Estado Novo: ideologia e administração 108

Seção 3.2

Estado Novo: economia 127

Seção 3.3

Estado Novo: cultura e educação 141

Unidade 4

Vargas: autoritarismo e trabalhismo 161

Seção 4.1

Estado Novo: cultura política e propaganda 162

Seção 4.2

Vargas e os trabalhadores 176

Seção 4.3

A Segunda Guerra Mundial e a queda de Vargas 189

Palavras do autor

Prezado aluno, a *História da República do Brasil I* é uma disciplina que reúne eventos importantes da trajetória de nosso país, incluindo acontecimentos que reverberam até o presente e merecem toda a nossa atenção. Esperamos que, ao final das 4 unidades, você seja capaz de reconhecer e tecer análises críticas sobre as primeiras décadas da República do Brasil.

Desde o seu início, a República, apesar de pretensamente democrática e de objetivar uma participação ampla, estruturou-se de forma autoritária, através de um golpe militar. Na primeira unidade, chamada de "A Primeira República", veremos como o liberalismo que conduziu à Proclamação também possuía um discurso excludente das minorias. Trabalhadores, analfabetos, negros e pobres, no entanto, não ficaram passíveis aos processos políticos, econômicos e sociais que marcaram o período e se articularam em diversos movimentos sociais. Na unidade seguinte, "Da Crise da Primeira República e à Ascensão de Vargas", analisaremos como o projeto republicano e pretensamente democrático assumiu novas formas, na figura de Getúlio Vargas. Veremos também como o governo de Vargas articulou-se intensamente com um novo setor na sociedade, os trabalhadores fabris e conseguiu se prolongar através de uma ditadura**.** Os sucessivos governos de Getúlio Vargas, democráticos ou autoritários, compõem o que chamamos de **Era Vargas,** tema de nossa terceira unidade. A relação do governo Vargas e os trabalhadores será tema da unidade final, na qual analisaremos como o Estado articulou autoritarismo e trabalhismo, temas caros à historiografia.

O material aqui apresentado foi desenvolvido para que você, aluno, consiga analisar criticamente o passado, mas sempre pensando em questões atuais, por isso, convidamos você a sempre refletir e estudar cotidianamente as relações entre História e presente. Bons estudos!

Unidade 1

A primeira república

Convite ao estudo

Caro aluno, esta unidade apresenta a história do Brasil após a Proclamação da República e seus primeiros governos, civis e militares. O conteúdo apresentado é parte obrigatória do ensino médio e, por meio dos temas aqui abordados, discutiremos questões importantes como a economia nacional e os efeitos da abolição da escravidão, as políticas de cidadania para a população ao longo da República, o jogo de forças entre oligarquia e militares e os numerosos movimentos sociais que surgiram nessa época, tanto nos campos como nas cidades. Nosso principal objetivo é mostrar aos alunos que, apesar da Proclamação da República, muitos aspectos da sociedade imperial permaneceram e incidiram diretamente na vida econômica e política após 1889.

É um período de transformações políticas, com a mudança do tipo de governo em nosso país, transformações sociais profundas, com a disseminação do trabalho livre e também mudanças econômicas, com uma grave crise logo nos primeiros meses de república. Apesar dessas transformações, a república recém-nascida guardou muitos aspectos do tempo do Império. Ex-senhores forçavam relações de trabalho pouco livres aos trabalhadores emancipados. Mesmo se pretendendo mais democrático, o novo governo continuava a excluir grande parte da população das eleições e o Estado mantinha sua política de fomento e privilégios aos latifundiários, como os cafeicultores.

O objetivo central, portanto, é entender que a História apesar de ter marcos muito importantes, como a Proclamação da República, e rupturas, é feita também de permanências. Em vez de analisarmos a república como um novo momento, com uma história inteiramente diferente do período imperial, vamos analisar criticamente como a sociedade, as elites políticas econômicas e intelectuais, se organizaram para manter privilégios, ao mesmo tempo que trabalhadores se organizaram para exigir direitos. Vamos, então, analisar os projetos de república e os conceitos de democracia do período, como os trabalhadores da cidade e do campo articulavam-se para exigir direitos e maior democracia.

A unidade prepara você, aluno, para entender e explicar os caminhos da história entre rupturas e permanências e propõe a questão: como entender e ensinar a história sem a comprimir entre marcos e datas? Como incluir as rupturas e permanências?

Seção 1.1

O liberalismo republicano

Diálogo aberto

A Proclamação da República alterou além da forma de governo do país, o eixo da política, colocando os militares como figuras centrais e, por isso, costumeiramente a data de 1889 é considerada um marco, um divisor de águas, no ensino da História. E, quando o percurso da História nos apresenta um evento tão modificador, é comum que ele seja tratado como uma causa primeira, responsável por transformações estruturais. O Brasil, então, passaria, automaticamente, de um dia para o outro, a ser mais democrático, por ser uma república e mais "moderno" por ter deixado para trás em definitivo o passado colonial e imperial. Essas supostas "rupturas" podem, no entanto, ser facilmente questionadas por qualquer um que estude a história com um olhar atento. É com essa perspectiva que, como professor, você encontrará alunos que, ao se depararem com o tema da aula, trarão perguntas pertinentes: "como de uma hora para outra, o escravo não existia e a economia ficou de pé?", "para aonde esses trabalhadores foram? Os senhores não ficaram bravos? Tinha emprego para todos?" e "a República tinha maior participação popular?" Essas perguntas demonstram a complexidade da Primeira República e essa seção te auxiliará a explicar o percurso da História, sempre repleto de permanências e rupturas.

Não pode faltar

Os anos que sucederam à Proclamação da República trouxeram mudanças políticas e econômicas, ao mesmo tempo que recebiam também influências do Império que o precedeu. Nesta seção, veremos como os principais eventos que aconteceram nos primeiros anos e década da República se relacionavam intensamente com o passado imediato do país. O governo provisório e o subsequente tinham influência direta do liberalismo que havia sido reinterpretado pelas elites desde a época do Império, buscando sempre pouca participação popular nas eleições. A crise econômica também tinha raízes mais profundas, se relacionando com a abolição e o protecionismo do Estado Imperial e Republicano em relação aos produtores de café. Por fim, veremos que o mercado de trabalho livre, inaugurado plenamente apenas com abolição, sofria intervenções constantes do ex-senhores que objetivavam criar formas de tornar seus trabalhadores, brasileiros ou imigrantes, mais dependentes.

A crise econômica marcaria os primeiros anos da República e seria ainda responsável pela renúncia de um de seus maiores articuladores e líderes: o **Marechal Deodoro da Fonseca** (1827-1892). Essa crise especulativa, envolvendo a criação e negociação de ações na recém-criada Bolsa de Valores do Rio de Janeiro não foi fruto exclusivo da República, como a imagem do progresso que orbita ao redor de 1889 pode nos fazer pensar. Como qualquer outra crise financeira, suas explicações são muito mais complexas e de extensões temporárias muito maiores que uma análise superficial poderia indicar. Podemos dizer, inclusive, que a política econômica adotada nos primeiros anos de República, chamada de **Encilhamento**, estava intimamente relacionada com a escravidão. Vamos, então, retornar ao Império para entender a crise que se instalou na República.

Após a abolição da escravatura em 1888, um buraco nas finanças foi criado. Os cativos, ao longo da escravidão, eram dados como garantia de toda sorte de empréstimos, mas, após a abolição, essas garantias não podiam estar mais asseguradas pela extinta mão de obra escrava. Economicamente, essa mudança traria instabilidade ao mercado, já que senhores, especialmente os grandes, não podiam fornecer garantia de seus empréstimos, mas exigiam e conseguiam vultuosos empréstimos dos bancos para despender parte de suas finanças para o pagamento dos trabalhadores livres. Como conseguir mais empréstimos se a garantia costumeira deles, os cativos, já não mais existiam? O Estado imperial interveio diretamente para proteger os interesses dos ex-senhores autorizando via Decreto nº 3.403, de 24 de novembro de 1888, empréstimos à lavoura, que ficaram conhecidos como "auxílios à lavoura". Os bancos recebiam uma determinada quantia do Tesouro Nacional sem juros e com um prazo grande para pagá-los. Essas instituições deveriam emprestar o dobro do valor aos cafeicultores e ex-senhores de escravos, que, por sua vez, teriam que pagar juros anuais e devolver a quantia aos bancos em um prazo menor do que o concedido pelo Tesouro Nacional às instituições financeiras. Esse projeto econômico, em vez de fortalecer o sistema financeiro e assegurar que a abolição não trouxesse um roubo na economia do país, acabou por conduzir o Brasil para uma grave crise econômica nos anos seguintes.

Com a Proclamação da República menos de um ano após o decreto de 1888, o capital internacional retirou parte de investimentos do país, com medo da instabilidade política. Mesmo com essa retirada, o Brasil ainda possuía um grande volume de negociações, motivadas pela promessa de modernização e pelo abandono da burocracia imperial. O ministro republicano, **Rui Barbosa (1849-1922)**, para atender à grande quantidade de negociações criou novos bancos de emissão de dinheiro, em diversas regiões do país. Diminuiu a burocracia e entraves para abertura de empresas e companhias e essas passaram a incorporar a Bolsa de Valores. Havia muito

crédito, longos prazos para o pagamento, e muitas emissões de papel moeda. "Era patente àquela altura o sentimento de que se iniciava uma nova era na vida econômica, política e social do país, parecendo clara, por outro lado, a noção de que a velha ordem haveria de ser destruída em cada um de seus elementos" (ATLAS FGV, "Encilhamento", 2016, [s.p.]).

A crise, no entanto, não teria apenas fatores nacionais, ainda que estivesse vinculada às emissões monetárias em grande quantidade feitas no país. O sistema financeiro bastante delicado da Primeira República não se sustentaria com a primeira crise financeira com alcance global: a crise do banco Baring Brothers. Essa casa monetária foi a maior responsável pelos empréstimos concedidos à Argentina na década de 1880. Vale lembrar que a política monetária e econômica adotada nos anos finais do Império e iniciais da República era quase como um espírito de época, acontecendo em diversos outros países, especialmente em ex-colônias. A Inglaterra e outros países europeus, em menor escala, concederam empréstimos a diversas nações, para além do Brasil e Argentina, como também Canadá, Austrália, México e Estados do Sul Americano (FILOMENO, 2010, p. 136 e 142). Temos que pensar, então, que a eclosão da crise na Argentina era como um dos sintomas de uma doença que estava espalhada pelo mundo inteiro. "Enquanto os fundos do exterior foram afluentes, não houve problemas no balanço de pagamentos" (FILOMENTO, 2010, p. 149). Ou seja, através de constantes empréstimos a Argentina conseguia manter o pagamento da dívida externa, mas quando os juros britânicos aumentaram, a economia do país sul-americano mostrou-se muito comprometida. A situação viria a piorar com a retirada dos empréstimos e de capitais de investimentos externo para o país argentino (FILOMENO, 2010, p. 142). Londres havia proibido um novo refinanciamento da dívida externa argentina através do Banco Baring Brothers. Após tentativas infrutíferas de receber os pagamentos devidos pelo governo Argentino, o Baring Brothers teve que fechar as portas temporariamente.

Exemplificando

Machado de Assis: Encilhamento e crise

O trecho a seguir foi escrito por Machado de Assis, em 1904:

> "A capital oferecia aos recém-chegados um espetáculo magnífico; Vivia-se dos restos daquele deslumbramento e agitação, epopeia de ouro da cidade e do mundo, porque a impressão total é que o mundo inteiro era assim mesmo. Certo, não lhe esqueceste o nome, encilhamento, a grande quadra das empresas e companhias de toda espécie. Quem não viu aquilo, não viu nada.

> Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis (...) Pessoas do tempo, querendo exagerar a riqueza, dizem que o dinheiro brotava do chão, mas não é verdade. Quando muito, caía do céu. (MACHADO DE ASSIS, 1904 Apud OLIVEIRA, 2006, p. 203)
>
> De acordo com Gilberto Maringoni de Oliveira, o trecho é uma referência direta à nova classe que surgia, a burguesia financeira. (OLIVEIRA, 2006, p. 204). Nesse mesmo trecho podemos perceber o espírito da época e o discurso que o fomentava: "deslumbramento e agitação" com a República, com a abertura da Bolsa, com o dinheiro fácil. O dinheiro, porém, "não brotava do chão", do trabalho, do comércio, mas sim da especulação, ou seja, do "céu", que não tem ligação com a realidade material da terra.

Mas como a crise financeira entre a Argentina e um banco inglês afetaria o Brasil?. A República ainda herdava do governo imperial uma enorme dívida externa e uma baixa circulação do papel moeda, como forma de segurar a desvalorização do dinheiro brasileiro. Quando a circulação do papel moeda aumentou na República, não houve uma desvalorização imediata da moeda, pois àquela época, graças às exportações de café, "as finanças públicas, apesar dos déficits constantes, podiam fazer face às mais prementes necessidades administrativas e realizar algumas obras de vulto" (FILOMENO, 2010, p. 153). O fluxo de capitais estrangeiros, que se tornavam em investimentos na economia brasileira, caiu drasticamente na década de 1890, especialmente após a Crise do Baring Brothers e o novo governo havia ainda acabado de contrair uma dívida externa. Aliado a todas essas condições, o fim da escravidão fez com que todos os trabalhadores passassem a receber dinheiro e que a circulação de moeda aumentasse, sem que o Tesouro Nacional pudesse repor o valor real que circulava, assim a crise estava posta.

Apesar do resultado da política econômica do ministro republicano Rui Barbosa ter terminado em uma grave crise econômica, suas intenções eram a modernização e o crescimento da indústria do país. O ministro, em sua concepção de modernidade e economia, reafirmava enfaticamente valores liberais que conduziram os primeiros anos da República e, por tal razão, foi convidado a compor o Governo Provisório (1889-1891). A política econômica adotada por Rui Barbosa tentava acalmar os ex-senhores de escravos e a lavoura nacional através de concessão de empréstimos e medidas protecionistas, como a taxação maior aos importados. Era um republicano, federalista liberal e, por tal razão, foi convidado para o governo, apesar de não ter participado diretamente no movimento que proclamou a República.

Ao longo do Governo Provisório que se instalou após a Proclamação da República, Barbosa, como ministro da Fazenda, defendeu a separação total entre Religião e Estado e buscou colocar na primeira constituição republicana do país uma maior representação política, estendendo o direito ao voto aos não católicos. Ao mesmo tempo concedeu "ao poder central elementos para manter a ordem e a unidade do país", por exemplo, fortalecendo o judiciário e tornando o Supremo Tribunal Federal uma instância independente. (RUI BARBOSA, 2010, [s.p.]) Nessa mesma constituição, ficou estabelecido o direito ao *Habeas corpus*, dispositivo antiabuso de poder, e a proibição de retornar à monarquia como cláusula pétrea, ou seja, decisão que não poderia ser alterada por nenhuma instância do governo (FLORES, 2013, p. 55).

Rui Barbosa apresentava em suas políticas e nos seus apoios algum dos muitos projetos republicanos. Podemos dizer, no entanto, que a grande maioria deles "a despeito das muitas diferenças internas existentes, convergia, ao menos, em dois pontos fundamentais: a defesa do federalismo e do presidencialismo; e uma concepção de participação popular limitada pela lei" (GOMES, 2016, p. iii). Como vimos, Rui Barbosa defendia os dois pontos centrais comuns a diversos projetos republicanos: uma república federativa e presidencial. Quanto ao voto, ele era a favor de não conceder esse direito aos analfabetos. Acreditava que primeiro deveria se instruir a população e depois permitir que votasse. Essa sua concepção sobre voto e participação popular acabou por compor a concepção de eleitor defendida e aprovada pelo Governo Republicano. É importante apontar, no entanto, que apesar de excludente, visto que grande parte da população não sabia ler ou escrever, o novo governo retirou o voto censitário, ou seja, estabelecido pela renda.

Reflita

> "Ou seja, o que se coloca em discussão é que as ideias de repúblicas no Brasil, mesmo quando se chamavam de democráticas, não traziam propostas políticas mais inclusivas, como a de maior incorporação da população por via eleitoral. O modelo norte-americano, também um exemplo de incorporação limitada e preocupada com a defesa das minorias contra a maioria, não casualmente fez tanto sucesso entre fortes correntes republicanas daquele momento. Sendo assim, as preocupações e os temores de "revolução social" e de ameaça à unidade nacional, entre outros, frequentavam as mentes de liberais e conservadores desde a crise do Segundo Reinado, pavimentando projetos de repúblicas que comungavam de uma visão oligárquica e até mesmo autoritária do poder, embora de forma diferenciada. (GOMES, 2016, p.iii)

Quando pensamos em República quase que imediatamente pensamos em democracia, especialmente porque essa relação parece ser automática nos tempos atuais. Porém, a República recém-inaugurada em 1889, através de um golpe militar, não tinha ares tão democráticos. O quanto de nossas percepções sobre o presente são projetadas no passado?

O Governo Provisório, que tinha como um dos seus ministros Rui Barbosa, federalizou o país, atribuindo um governador para cada Estado e estabeleceu o Rio de Janeiro como município (DEODORO DA FONSECA, 2010, [s.p.]). Foram muitos atos importantes dessa junta provisória: estabeleceu a separação entre Estado e Igreja, concedeu nacionalidade aos imigrantes que desejassem se naturalizar, promulgou a primeira constituição republicana e estabeleceu como primeiro presidente Marechal Deodoro, eleito em 1891 pelo Congresso Nacional.

Assimile

A República Federativa como um avanço em relação à democracia

> "A liberdade política e seu correlato dever cívico surgiram no seio do movimento em prol da federalização das Treze Colônias. Argumentava-se que só uma organização federativa iria permitir a manutenção da independência e a segurança das antigas colônias. Passou-se a preconizar a necessidade de uma república, que, como lembrava Madison, não poderia ser confundida com uma democracia, porque, senão, o governo estaria limitado a um território reduzido, pois enquanto "na democracia, o povo, pessoalmente, encontra-se no e exerce o governo; numa república, ele se reúne e o administra por meio de seus representantes e agentes", de maneira que uma democracia existe apenas em territórios reduzidos, enquanto uma república pode existir por vastos territórios." (SIQUEIRA, 2016, p. 189)

Influenciado pelo federalismo dos Estados Unidos (no texto, *Treze colônias*) os políticos republicanos colocaram em prática uma federação. Para eles, ao federalizar o país, a República no Brasil fazia com que os eleitores dos Estados escolhessem seus representantes, deputados, governadores e senadores e a união desses territórios (os Estados) através da Federação seria responsável por uma alta representatividade da vontade do povo.

Apesar da facilidade e rapidez em ser reconhecido nacionalmente e internacionalmente, o Governo Republicano enfrentava problemas na sua própria composição. Não era constituído apenas de liberal-federalistas, contava também com positivistas: **Benjamin Constant** (1836-1891) e **Demétrio Ribeiro** (1853-1933). A presença dos positivistas "era vista por muitos como uma ameaçadora possibilidade de solução ditatorial." (BELOCH e ABREU, "Deodoro da Fonseca", 2010, [s.p.]). Havia ainda as dissonâncias entre alguns líderes, positivistas e liberais, como Constant e Deodoro, que discordavam sobre o tratamento dos militares. O Marechal queria conceder promoções de formas generalizadas às forças armadas enquanto Benjamin as queria restritivas, apenas concedendo reajustes volumosos nos soldos de alguns indivíduos. A situação iria escalar quando Deodoro enfrentaria, como presidente, a crise econômica já analisada na seção. Objetivava ainda censurar a imprensa devido às críticas constantes que recebia sobre a política econômica de sua gestão. Apesar de Benjamin ser contra essa proposta, acabou por defender uma ditadura com ares progressistas. Benjamin acabou afastado do Governo Provisório, pois recebia severas críticas dos positivistas do exército, os quais o acusavam de não defender o positivismo com veemência. Benjamin também recebia críticas dos liberais que não aceitavam suas aspirações ditatoriais.

Na primeira eleição, essa ainda feita dentro do Congresso Nacional, Deodoro foi eleito presidente e, para vice, foi eleito **Floriano Peixoto** (1839-1895), da chapa oposicionista. Apesar de ganhar por voto indireto, Deodoro encontrava forte oposição das elites de São Paulo e Minas Gerais, fortes politicamente como à época do Império. Aproveitando-se da crise, dos efeitos negativos da política de "Encilhamento", Floriano Peixoto se articulou com alguns militares. Marechal Deodoro, por sua vez, decidiu dissolver, em uma ação inconstitucional, o Congresso e decretou estado de sítio na cidade do Rio de Janeiro. Os parlamentares lançaram uma carta fazendo severas críticas e denunciando o golpe de Deodoro que renunciou. Floriano, vice, assumiu.

O governo de Floriano Peixoto (1891-1893) conseguiu adesão de civis e militares, porém não sem repressão. A sua subida ao poder foi questionada, pois, de acordo com a constituição, deveriam ser chamadas novas eleições na vacância de um presidente com menos de dois anos de governo. Na interpretação de Floriano e seus apoiadores, a chamada de eleições só seria obrigatória em governos eleitos por voto direto, o que não havia ainda acontecido. Muitos generais se opuseram à nova posição de Floriano e foram amplamente reprimidos, sendo inclusive presos. (BELOCH e ABREU, "Revolta da Armada", 2010, [s.p.]) Um dos setores mais oposicionistas a Floriano foi a Marinha, por ter sido preterida nos últimos dois governos, conduzidos por militares do exército. Em 1893, alguns revoltosos com embarcações bombardearam a costa do Rio de Janeiro, no que ficou conhecido como **Revolta da Armada** (1893). "Diante da impossibilidade de tomar a capital federal,

os revoltosos foram para o Sul do país, onde estava em curso a Revolução Federalista" (BELOCH e ABREU, "Revolta da Armada", 2010, [s.p.]).

Essa revolta se estendeu até os estados do Sul, principalmente porque Floriano ao assumir a presidência retirou dos Governos Estaduais todos os governadores que tinham relações amistosas com Deodoro. Com essa deposição, elites locais e políticas se sentiram prejudicadas e passaram a rivalizar pelo poder, no que ficou conhecido como a **Revolução Federalista**. Podemos resumir a Revolução Federalista em uma disputa entre Republicanos, liderado por **Júlio de Castilhos** (1860-1903) e Federalistas, liderados por **Gaspar Silveira Martins** (1835-1901). Os revoltosos da Armada tentaram um acordo com os revoltosos federalista, mas sem sucesso, pois enfrentaram o sufocamento pelas tropas de Floriano em 1894.

Assimile

República em Guerra

> "A chamada "Revolução Federalista" ocorreu principalmente no Rio Grande do Sul entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895, foi a mais séria das contestações que a República brasileira, proclamada em 1889, enfrentou. A guerra ultrapassou as fronteiras do Estado, chegando a Santa Catarina em novembro de 1893 e ao Paraná em janeiro de 1894. Além disso, uniu-se aos rebeldes da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, colocando em risco a sobrevivência da jovem República brasileira. (OLIVEIRA, 2013, p. 139)

A República, apesar de suas pretensões unificadoras através do federalismo, enfrentou algumas oposições articuladas por elites locais. No Rio Grande do Sul, os chamados republicanos e federalistas, dois grupos muito parecidos em sua violência e práticas coercitivas, travaram uma guerra civil pelo poder do Estado, mostrando as deficiências da recém-nascida República em articular os interesses centrais com os locais.

Havia grande oposição, principalmente por parte dos militares ao governo de Floriano e também dentro do congresso, chegando **Campos Sales** (1863-1933) a apresentar, com o apoio do presidente, um projeto para regulamentar o estado de sítio para tentar conter as desordens. (BELOCH e ABREU, "Floriano Peixoto", 2010, [s.p.]). O governo de Floriano pouco pode fazer como plano econômico ou social, já que o país se encontrava extremamente endividado e com alta inflação. Tentou via decreto melhorar a condição da população, reduzindo aluguéis de residências operárias, barateando a carne e punindo aqueles que tentavam lucrar abusivamente com a venda de gêneros

de primeira necessidade (BELOCH e ABREU, "Floriano Peixoto", 2010, [s.p.]). Por essas soluções encontradas, fez com que parte da população apoiasse seu governo, num movimento que ficou chamado de florianismo.

Pesquise mais

Para saber mais sobre o Florianismo, veja:

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual Brasileiro na primeira década republicana. **Novos estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 85, p. 131-148, 2009.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O Progresso da Ordem:** o florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

Em sua sucessão, foi eleito, via voto direto, **Prudente de Morais (1841-1902)**, um civil de passado republicano, paulista, e que fora também ex-presidente da Constituinte Republicana (FLORIANO PEIXOTO, 2010, [s.p.]). Ao longo de seu mandato negociou a dívida externa, reestabeleceu relações políticas com Portugal e pôs "fim às divergências com a França em relação ao Amapá" (BELOCH e ABREU, "Prudente de Moraes", 2010, [s.p.]). No entanto, foi em seu governo que o movimento de **Canudos**, tratado nas sessões seguintes, aconteceu, contestando diretamente o regime republicano e impondo desafios ao poder central.

O jogo político ainda seguia certas notas do ritmo do Império. Elites políticas e econômicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais permaneciam influenciando diretamente as eleições, diretas e indiretas, e as sucessões de cargos. Foram diversas as permanências das relações políticas e econômicas ainda originadas no Império: a necessidade do Estado, imperial ou republicano, em socorrer a lavoura cafeeira do Sudeste; os diversos investimentos, via empréstimos, para o pagamento de trabalhadores livres, brasileiros e imigrantes e a exclusão da maior parte da população, analfabetos, das eleições são alguns dos elementos que indicam as permanências e a força das elites brasileiras, mesmo na República. Essa força também seria sentida pelos trabalhadores recém libertados. De acordo com Flávio Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha:

> "A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativeiro, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor - escravo (GOMES; CUNHA, 2007, p. 11).

A relação entre patrões e os recém-trabalhadores livres estariam permeadas pelas antigas relações escravocratas, entre senhor e cativo. Imediatamente após a abolição, muitos ex-escravos decidiram abandonar os locais que trabalhavam, indignando vário ex-senhores. Outros exigiram horários de trabalho mais flexíveis, chocando seus antigos senhores que, tentavam de todas as maneiras, manter seu poder intacto e a sociedade estratificada mesmo após a abolição (FRAGA FILHO, 2004, p.176-177).

Assimile

Mundos do Trabalho no pós-abolição: relações conturbadas

> “Depois da promulgação da lei de 13 de maio, a situação parecia incontrolável em muitos lugares do Brasil. Os libertos passaram a expressar a nova condição numa linguagem franca, que aos ouvidos de ex-senhores e feitores soou como “insolente” e “insubordinada”. Não são poucos os senhores e senhoras que guardaram daquele dia lembranças terríveis de “ingratidão” e desobediência. Assim, para entender os sentidos daqueles acontecimentos, é necessária uma perspectiva mais dilatada, isso porque as consequências do fim do cativeiro perduraram. Basta dizer que, um ano depois do Treze de Maio, as áreas rurais do Recôncavo baiano ainda estavam conflagradas por conflitos envolvendo ex-escravizados e proprietários rurais. Ali os ex-escravizados se recusaram a receber a ração habitual, e só aceitavam trabalhar mediante pagamento semanal ou por diária. Recusaram-se também a cumprir as mesmas jornadas de trabalho do tempo da escravidão. Exigiram trabalhar menos horas nas lavouras dos fazendeiros e reivindicaram mais tempo para se dedicarem às áreas que lhes eram reservadas para o cultivo de suas próprias lavouras. Trabalhar nos termos das velhas relações escravistas era visto pelos libertos como “continuação do cativeiro”. (FRAGA FILHO, 2018, [s.p.])

As permanências das relações de trabalho escravocratas foram sentidas por muito tempo no mundo do trabalho livre. Ex-senhores pretendendo manter suas posições sociais e a própria estratificação da sociedade impunham aos trabalhadores livres condições muito próximas da escravidão. Os trabalhadores, por sua vez, exigiam outro tratamento e uma maior consonância com o trabalho livre, resultando em diversos conflitos.

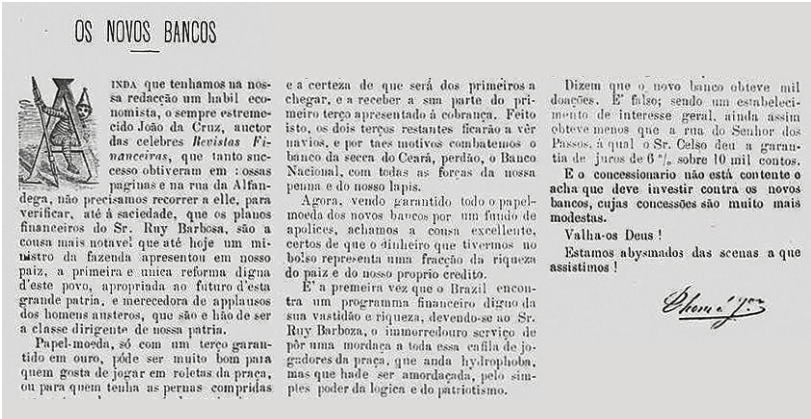
As relações de trabalho entre ex-senhores e imigrantes trariam também esse traço. "Acostumados à mão de obra escrava e ideologicamente comprometidos com uma sociedade estratificada, os fazendeiros do café" traçavam com as imigrantes relações extremamente complicadas e muito próximas às relações que impuseram aos cativos (ROCHA, 2007, p. 14). O fato desses fazendeiros, patrões, ou em suma, ex-senhores buscarem reproduzir traços da escravidão em um mundo de trabalho livre trouxe diversos embates e reclamações.

Vimos que os primeiros anos da República guardavam muitos aspectos do Império. Houve importantes mudanças, é verdade, como a extinção do voto censitário, a federalização dos estados, dando maior autonomia aos territórios e governos locais, uma grande desburocratização do governo e da economia, entre outros tantos eventos. Nosso trabalho, como historiadores, porém, é reconhecer não apenas mudanças, mas também as permanências. Os cafeicultores continuavam extremamente poderosos, sendo constantemente salvaguardados pelas políticas econômicas republicanas. As relações de trabalho, ao mesmo tempo que sofreram uma mudança drástica com a abolição, guardavam traços da relação senhorial no novo trabalho livre. A República mais do que um evento que veio para mudar diametralmente o país, parece ter feito emergir com força as estruturas que o fundamentaram ao longo do Império: uma sociedade estratificada, mas repleta de lutas e conflitos por direitos.

Sem medo de errar

É difícil explicar aos nossos alunos como momentos da história guardam permanências e trazem rupturas. Com o intuito de responder como a República era mais um desses eventos, você propõe um exercício: analisar um texto irônico de um periódico de 1890. Os alunos são convidados a encontrar as críticas à política econômica do período, que guardavam diálogos com o passado.

Figura 1.1 | *Revista Illustrada*, 1890



OS NOVOS BANCOS

AINDA que tenhamos na nossa redacção um habil economista, o sempre estremecido João da Cruz, auctor das celebres *Revistas Financeiras*, que tanto successo obtiveram em ossas paginas e na rua da Alfandega, não precisamos recorrer a elle, para verificar, até á saciedade, que os planos financeiros do Sr. Ruy Barbosa, são a cousa mais notavel que até hoje um ministro da fazenda apresentou em nosso paiz, a primeira e unica reforma digna d'este povo, apropriada ao futuro d'esta grande patria, e merecedora de applausos dos homens austeros, que são e hão de ser a classe dirigente de nossa patria.

Papel-moeda, só com um terço garantido em ouro, póde ser muito bom para quem gosta de jogar em roletas da praça, ou para quem tenha as pernas compridas e a certeza de que será dos primeiros a chegar, e a receber a sua parte do primeiro terço apresentado á cobrança. Feito isto, os dois terços restantes ficarão a vêr navios, e por taes motivos combatemos o banco da secca do Ceará, perdão, o Banco Nacional, com todas as forças da nossa penna e do nosso lapis.

Agora, vendo garantido todo o papel-moeda dos novos bancos por um fundo de apolices, achamos a cousa excellente, certos de que o dinheiro que tivermos no bolso representa uma fracção da riqueza do paiz e do nosso proprio credito.

E' a premeira vez que o Brazil encontra um programma financeiro digno da sua vastidão e riqueza, devendo-se ao Sr. Ruy Barboza, o immorredouro serviço de pôr uma mordaça a toda essa cafila de jogadores da praça, que anda hydrophoba, mas que hade ser amordaçada, pelo simples poder da logica e do patriotismo.

Dizem que o novo banco obteve mil doações. E' falso; sendo um estabelecimento de interesse geral, ainda assim obteve menos que a rua do Senhor dos Passos, á qual o Sr. Celso deu a garantia de juros de 6 %, sobre 10 mil contos.

E o concessionario não está contente o acha que deve investir contra os novos bancos, cujas concessões são muito mais modestas.

Valha-os Deus!

Estamos abysmados das scenas a que assistimos!

Fonte: Biblioteca Nacional, Revista Illustrada, ed. 576 (1890, p. 6).

Alguns apontam a forma como a política econômica é descrita em tom satírico com a expressão "a cousa mais notável que até hoje um ministro da fazenda apresentou" e dizem ainda que algumas pessoas ficariam sem receber o dinheiro, porque não teria "ouro" para todos. Você explica que como o papel moeda era emitido mesmo se não houvesse a riqueza correspondente no Tesouro Nacional, a moeda perdia valor, o que ocasionou falência e aumento da pobreza. Apesar de não estar diretamente mencionado no texto, o governo fez uma política econômica que beneficiou apenas alguns ou apenas "quem tem pernas compridas e a certeza de que chegará primeiro" para ser pago. Por fim, essa política, apesar de parecer moderna não distava muito da política Imperial. A recém-nascida República não tinha nada de democrática em sua política econômica, beneficiando diretamente cafeicultores, por exemplo.

Para quem esperava transformações profundas e amplo acesso ao voto e uma política econômica que não beneficiasse apenas as elites, a República em seus primeiros anos não trouxe novidades. Como bem apontado no texto, a nova política, "mais notável" da história, não tinha nada de nova.

Faça valer a pena

1.

> "[...] a sua [dos fazendeiros paulistas] experiência com escravos os tinha tornado profundamente cientes da necessidade de formas efetivas de controle do trabalho. Por isso, a questão enfrentada pelos fazendeiros durante a segunda metade do século XIX não era apenas encontrar uma nova fonte de mão-de-obra, mas também, cada vez mais, como organizar e controlar com eficiência o trabalho livre. (STOLCKE; HALL, 1984, p. 1)

Considerando o trecho e o trabalho livre, assinale a alternativa correta:
a) As relações de trabalho entre fazendeiros e imigrantes eram pouco conflituosas, pois os europeus exigiam direitos, diferente dos escravos.
b) Os conflitos entre fazendeiros, imigrantes ou brasileiros, aconteciam muitas vezes pela insistência dos primeiros em reproduzir relações com aspectos escravocratas.
c) Muitos dos conflitos entre fazendeiros e trabalhadores podem ser explicados pelo fato de não existir maquinário, o que exigia muito esforço físico dos empregados
d) A abolição da escravidão trouxe uma mudança estrutural no mercado de trabalho e os fazendeiros logo se adaptaram a esse mundo novo.
e) Os recém-emancipados tinham maior dificuldade de exigir direitos por conta do passado escravista vivenciado.

2. Leia o trecho abaixo:

> "O deodorismo constitucional duraria pouco, de fevereiro a novembro de 1891. As constantes desavenças entre a autoridade militar do Exército e as posturas civilistas da maioria dos congressistas evoluíram para o impasse político e a perda de legitimidade da governança. (FLORES, 2013, p. 56)

Entre os fatores que causaram o desgaste do governo de Deodoro e sua subsequente renúncia foram:
a) A grave crise econômica, apesar da avaliação positiva da imprensa, sobre a sua política econômica de governo, conhecida como Encilhamento.
b) A crise e o fato de fazer parte de um governo provisório que tinha como condição prévia à renúncia no final do mandato.
c) A crise econômica e a falta de diálogo com os cafeicultores que não receberam auxílio do governo durante os anos de inflação e desvalorização da moeda.
d) O fato de ter usado o governo com interesses particulares e ter proposto o retorno do voto censitário.
e) As atitudes consideradas autoritárias, como a tentativa de fechar o Senado, a grave crise econômica e a política de Encilhamento.

3. Leia o trecho abaixo de José de Murilo de Carvalho e pondere sobre as afirmações

> “Ora, a forma de governo apropriada ao exercício da soberania popular era a república, entendida como fenômeno exclusivamente político. Logo, democracia e república eram uma e a mesma coisa, um país que se autogovernasse, isto é, que elegesse todos os seus governantes. Como argumento adicional, o Manifesto aduzia o isolamento do Brasil na América. “Somos da América e queremos ser americanos”. E a América era a república. Prudente de Morais, futuro presidente, ao ser eleito presidente da Assembleia Constituinte repetiu o argumento. Disse que nunca duvidara da vitória da República. “bastava considerar que o Brasil fazia parte da América e que a América pertence à República, pertence à democracia” A mesma posição foi defendida por Assis Brasil em A República federal, publicado em 1881. Segundo ele, “O caráter essencial da república é a ausência absoluta de privilégio de toda e qualquer espécie; por isso, só há democracia na república”. Ou ainda: “Toda república é democrática, isto é, o governo de todos por todos”. Ainda: “República é a forma de governo constituída pela democracia. (CARVALHO, 2011, p. 146)

Considere, agora, as seguintes afirmações:
I. O trecho descreve as concepções em torno da República.
II. O Brasil foi um dos países precursores a proclamar a República na América.
III. O governo republicano seria automaticamente democrático, pois seus governantes seriam a expressão da vontade do povo, por essa razão, se instituiu o voto irrestrito.
IV. A expressão “privilégio” é uma referência ao privilégio de nascimento atribuído a imperadores e reis, o que os tornaria incompatíveis com a República.
V. A República seria a expressão máxima da vontade do povo, expressa nas eleições e em seus eleitos.

Assinale as afirmações corretas:
a) I e II.
b) I, III e IV.
c) I, III, IV e V.
d) I, IV e V.
e) VI e V.

Seção 1.2

Movimentos populares urbanos

Diálogo aberto

A História como disciplina, no seu ensino e aprendizado, está intrinsicamente relacionada com a memória que se faz dos acontecimentos. Você já percebeu e aprendeu que muitas memórias e ideias sobre eventos do passado são construções feitas posteriormente e relacionadas com questões do nosso presente. Certamente, já teve a experiência de ver a modernidade e a urbanização serem retratadas frequentemente como um passo rumo ao "progresso". Entretanto, como historiador, sabe que a História é repleta de impasses, dilemas e contradições.

Como parte obrigatória do conteúdo para o 9º ano, você anuncia o tema da aula seguinte: Reforma Urbanística do Rio de Janeiro. Os alunos falam que acham muito bonito o Rio de Janeiro daquela época e que já viram, várias vezes, a cidade no início do século retratada nas novelas: pessoas elegantes, carros antigos e luxuosos, bondinhos estilosos. Alguns chegam a dizer que "aquilo sim era cidade, não essa bagunça que a gente vê hoje em dia". Outros completam: "as pessoas se respeitavam mais e se davam mais respeito".

Você, como professor de História, sabe que grande parte desses apontamentos são construções de uma memória comum a muitas pessoas: o passado seria sempre melhor que o presente. É importante ter em mente que, como construção de uma memória coletiva, esse tipo de pensamento revela muito preconceito de classe e raça. Revela ainda um certo esquecimento do processo violento conduzido pela reforma urbana. Como, então, relacionar a existência dessa memória com as transformações da cidade carioca? Como lecionar esse conteúdo clássico explicando também que os processos de urbanização são repletos de contradições?

Não pode faltar

Os ideais fundamentais da Proclamação da República, em 1889, e presentes na bandeira de nosso país até os dias de hoje, pautaram mudanças estruturais na sociedade brasileira. A república seria moderna, no entendimento dos seus defensores e a "ordem" e o "progresso" conduziriam o país para tempos mais frutíferos e enriquecedores. Idealmente, a proposta parecia bastante convincente, mas como quaisquer outros conceitos e projetos, foram cunhados a partir do contexto no qual se vivia e, sendo a sociedade brasileira, nas primeiras décadas da República, extremamente marcada pela

divisão racial e cindida em diferentes classes sociais, os projetos políticos estavam carregados de preconceitos e imposições, as quais atingiram diretamente e com grande vigor as classes populares, sobretudo a população negra, imigrantes carentes e pobres e trabalhadores em geral.

É salutar interpretar a reforma do Rio de Janeiro utilizando diversos eixos explicativos ao invés de reduzi-la a um mero projeto arquitetônico ou sanitarista. Eram diversas as influências que levariam a cidade a passar por uma reforma urbanística a partir de 1903, sob o governo municipal de **Pereira Passos (1836-1913).**

Como um marco de toda uma nação, o distrito federal – a capital Rio de Janeiro – passou por uma intensa reforma de urbanização e modernização, seguindo os conceitos caros à República: modernidade, progresso e civilidade. (NEVES, 2006, p. 19) E, como o distrito de uma República Federativa, o Rio de Janeiro tinha que ganhar novos ares. Pode se pensar a reforma através de um importante eixo explicativo, o político. **Campos Sales (1841-1913)**, presidente de 1898 a 1902, afirmava que o poder da República emanava do poder dos Estados e não da importância política da capital, o Rio de Janeiro. Era essencial, portanto, despolitizá-la, retirando sua importância de centro político (NEVES, 2006, p. 37). A reforma foi pensada nesse contexto, no qual o Rio de Janeiro havia de perder seu ímpeto de solo fértil para revoluções e sublevações. Para atingir esse objetivo, nessa mudança de perspectiva sobre o governo central e sua capital, a reforma surgiu, em muitas das suas explicações, como uma normatizadora de comportamento e cerceadora de ações.

O objetivo inicial, portanto, foi organizar e remodelar o porto da cidade, considerado pestilento e um antro de criminosos. Ao organizar a região portuária, o governo pretendia entusiasmar estrangeiros a migrarem para o país e angariar novos braços brancos para o trabalho livre.

Havia um ímpeto das autoridades locais em intermediar os usos do espaço urbano pela população, especialmente os mais pobres e a reconstrução do porto – logo de início – e de outras áreas eram um sintoma dessa vontade de tornar o espaço público como um espaço de ordem e progresso. Essa intermediação entre governo e população, muitas vezes violenta, era um princípio norteador do que seria uma cidade urbanizada, moderna e organizada.

Assimile

A cidade moderna e a expulsão de muitos moradores da região central

> “Na área central residia o nó górdio da renovação urbana: a expropriação de um conjunto socialmente diferenciado de ocupantes do espaço e sua apropriação por outros grupos, depois de ser

> modificado e valorizado pelos poderes públicos. Os melhoramentos atingiram áreas selecionadas com o objetivo de desarticular a trama de relações cuja permanência, ali, se tornara incompatível com a cidade requerida pelo grande capital, e com a capital requerida pelo Estado Republicano. Na linguagem com que os urbanistas da época justificavam esse propósito, as contradições reais de interesses eram dissimuladas pela oposição de gostos arquitetônicos, pela contraposição retórica entre prédios modernos e higiênicos versus edificação antiestética e repugnante; cidade civilizada e cosmopolita em lugar da cidade colonial e rotineira... (BENCHIMOL, 2013, p. 261)

As posturas municipais que eram uma série de códigos que pretendiam regular o espaço público ficaram mais restritivas. A cidade não permitia mais vendedores ambulantes, controlava com maior vigor a movimentação de pedintes, perseguia indivíduos com roupas muito informais e pretendeu com o aumento da punição ao descumprimento das posturas aburguesar o espaço público (JAGUARIBE, 2014, p. 17). Ao derrubar palacetes imperiais e prédios que abrigavam centenas de cortiços, o projeto de uma nova cidade buscava modernizar o espaço e "limpá-lo" de pessoas pobres, doentes e perigosas.

De certa maneira, o projeto urbanístico moderno entrava em profunda sintonia com os discursos sanitaristas. Vale apontar que a cidade carioca vivia desde o século XIX uma profusão de habitações coletivas e em péssimas condições sanitárias, muito por conta da pobreza que crescia com as frequentes crises econômicas.

Exemplificando

Na coluna *Queixas do Povo*, do Jornal do Brasil de maio de 1900, vemos publicado as seguintes reclamações:

> "Os mesmos reclamam os [moradores] da rua do Engenho de Dentro – que tem as sarjetas cheias de água podre e um caldeirão próximo à rua Dr. Dias da Cruz. Ainda há poucos dias foram denominados comissários auxiliares, mas para aquele distrito parece que não houve designação de nenhum.
>
> Vizinhos do prédio da rua do Rezende n. 91, casa de alugar cômodos, queixam-se do estado de imundice em que se conserva a referida casa, que é habitada por grande número de inquilinos e onde não se observa o menor preceito de higiene. Além disso, dizem-nos que há repetidas desordens dia e noite e pedem nos que chamemos a atenção das autoridades para a referida casa,

> que é um verdadeiro cortiço, sem asseio e sem moral." (Biblioteca Nacional, Jornal do Brasil, 16.05.1900, ed. 136, p. 2)
>
> Nessas duas queixas da população, vemos a precariedade das ruas e habitações do Rio de Janeiro. No primeiro parágrafo, sobressai a falta de cuidado das ruas feito pela própria prefeitura, que mesmo tendo nominado dois comissários, não executou nenhuma obra para retirar a "água podre" da rua de Engenho de Dentro. Nesse contexto, água podre era uma mistura de esgotos com água parada por escoamento deficitário. No segundo parágrafo, os queixosos reclamam da imundice presente nas habitações coletivas. Casarões antigos foram recortados em vários quartos para dar moradia a dezenas de famílias de trabalhadores cujos salários não eram suficientes para o aluguel de uma residência inteira. Na fala dos queixosos, vemos a relação entre os residentes de habitações coletivas, a imoralidade e a falta de higiene.

Os problemas encontrados na cidade, portanto, eram antigos e vinham desde a época do Império. Os residentes cariocas lidavam há décadas com frequentes epidemias: febre amarela, varíola, malária e influenza. "Desde 1850, quando aí ocorreu a primeira grande epidemia de febre amarela, a defesa sanitária se tornara uma forte preocupação das autoridades imperiais" (ATLAS FGV, Pereira Passos, 2016, [s.p]).

A questão sanitária era um dos pilares que sustentavam a reforma pela qual a cidade passou a partir de 1903 e na sua proposta congregavam diversas perspectivas: a urbanização, o sanitarismo e a modernidade. É através de ideais sanitários que o governo municipal impunha uma política que relacionava diretamente falta de higiene com pobreza e imoralidade. O objetivo da reforma era:

> "[...] transformar a capital antiquada em uma visão modesta de um ideal parisiense. Com o apoio higienista de médicos e engenheiros, Pereira Passos, pretendendo-se um Haussman local, tentou incutir um modelo de modernidade que reproduzisse no cenário tropical o que era considerado o planejamento urbano de maior modernidade, construído por modelos culturais e, em uma menor extensão, nas inovações norte-americanas (JAGUARIBE, 2014, p. 49-50).

A reforma urbanística planejada por **Georges Eugène Haussman** (1853-1870), feita em Paris, era um dos exemplos a ser seguido. "Dos escombros dos bairros populares mais densos de Paris, arrasados nesse período, Passos

viu emergir os contornos da nova metrópole que iria servir de modelo para renovações similares em todo mundo" (BENCHIMOL, 2013, p. 241).

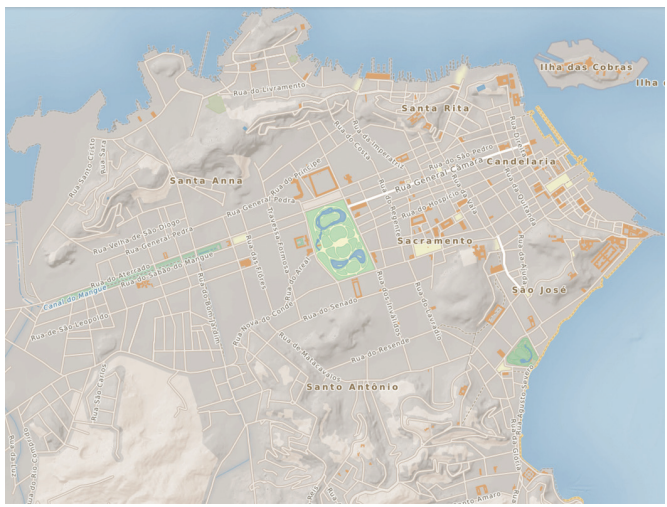
Ao derrubar de palacetes imperiais e prédios que abrigavam centenas de cortiços, o projeto de uma nova cidade buscava ser uma versão modesta do ideal parisiense de urbanização e modernidade (JAGUARIBE, 2014, p. 57). Alargaram avenidas, construíram novas ruas e demoliram muitos prédios. "Além da desapropriação e da demolição de cortiços para a abertura de novos espaços, intervenções conhecidas como 'o Bota-Abaixo', foram tomadas importantes medidas de higienização" (ATLAS FGV, "Revolta da Vacina", 2016, [s.p.]).

Do conceito de modernidade e progresso surgia uma versão da cidade carioca que eliminava o perigo sanitário e moral que as habitações coletivas traziam. Naqueles novos conceitos, o comportamento das classes populares precisava ser controlado.

Exemplificando

O Projeto *ImagineRio*, da Rice Univesity (EUA), elaborou um mapa histórico e interativo pelo qual é possível perceber as mudanças no espaço urbano carioca desde o século XVI até o século XXI. Escolhemos aqui dois mapas, um de 1900, antes da reforma urbanística, e um com o plano da reforma sobreposto para que pudéssemos comparar a extensão do projeto de modernização da cidade.

Figura 1.2 | Mapa do Rio de Janeiro, 1902



Fonte: https://imaginerio.org/. Acesso em: 30 set. 2018.

Figura 1.3 | Mapa do Rio de Janeiro sobreposto com o Mapa após a Reforma de Pereira Passos

Fonte: https://imaginerio.org/. Acesso em: 30 set. 2018.

Na comparação entre os dois mapas, é perceptível uma ampla reformulação da parte norte da cidade e um aterramento criando duas avenidas à beira-mar: Rodrigues Alves e do Caes. Uma avenida central também é adicionada à cidade conectando-a, de mar a mar. No mapa é possível ver o tamanho da avenida em relação às outras ruas. Passível de imaginar a quantidade de casas e edifício demolidos para dar a ampla avenida com os ares modernos pretendidos pela reforma.

As políticas sanitárias foram engendradas por **Oswaldo Cruz**, que tinha como objetivo central combater o grande número de ratos na cidade, vetores da peste bubônica e outras epidemias causadores de alta mortalidade entre os cariocas, como a febre amarela. Retirada de lixo acumulado, entulhos e demolição de prédios em condições precárias eram algumas das ações tomadas pelo sanitarista que entravam em consonância com a reforma urbanísticas de Pereira Passos. Porém, para conter a epidemia de varíola, a solução encontrada foi a vacinação ampla da população (ATLAS FGV, "Revolta da Vacina", 2016, [s.p.]).

Em 1904, pouco mais de um ano após o início da reforma urbanística, um projeto de lei foi enviado ao Senado e, posteriormente aprovado, determinando a obrigatoriedade da vacina.

Reflita

Uma Lei que obrigava a vacinação, uma cidade em guerra

> Rio de Janeiro, novembro de 1904. A divulgação do projeto de regulamentação da lei que tornara obrigatória a vacinação antivariólica transforma a cidade em praça de guerra. Durante uma semana, em meio a agitações políticas tentativa de golpe militar, milhares de pessoas saem às ruas e enfrentaram as forças da polícia, do exército e até do corpo de bombeiros e da marinha. O saldo da refrega, segundo os jornais da época: 23 mortos, dezenas de feridos, quase mil presos, sendo que centenas destes enfrentariam um breve 'estágio na ilha das Cobras e, em seguida, uma viagem sem regresso para o Acre. (CHALHOUB, 1996, p. 97)

A revolta contra a Lei da Vacina aconteceu durante uma reforma urbanística que incidia diretamente contra os pobres e, como o próprio trecho aponta, durante uma tentativa de golpe de Estado. A revolta seria, então, um produto apenas do desconhecimento da população sobre a vacina?

Pesaram na revolta da vacina alguns diferentes motivos. Primeiramente, a oposição política perpetrada pelo Partido Republicano Federal contra o Partido Conservador, maioria nas Províncias. Os opositores, então, apelaram "ao imaginário popular com a ameaça representada pela entrada de pessoas estranhas nos lares para desinfecção e limpeza dos ambientes, bem como tocar nas esposas e filhas" (ATLAS FGV, Revolta da Vacina, 2016, [s.p.]). A lei ainda feria direitos constitucionais que asseguravam a liberdade individual e a propriedade privada ao permitir que agentes entrassem em casas.

Para o historiador Sidney Chalhoub, as pessoas, especialmente as mais pobres, já estariam experimentando uma vacinação compulsória meses antes da promulgação da referida lei (CHALHOUB, 1996, p. 162). Agentes da municipalidade entravam com violência nas casas e obrigavam os residentes a tomar a vacina. Quando a revolta eclodiu, coincidentemente no mês de maior número de vacinados, a população já estava farta dos maus-tratos e abusos. Ao lado da violência da vacinação, estava a falta de explicação, fazendo com que muitos dos cariocas achassem um absurdo receber o vírus em seu corpo, na vacina, para poder se tornar imune. Mesmo figuras públicas como Rui Barbosa eram contra a vacinação. Dizia ele:

> Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue, de um vírus sobre cuja influência existem os

> mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte. (SEVCENKO, 1993, p. 8)

Dentre os grupos que faziam forte oposição à campanha de vacinação, estavam os militares positivistas e cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha (ATLAS FGV, "Lauro Sodré", 2016, [s.p.]). O desrespeito aos direitos individuais e a entrada de agentes nas casas representavam uma grave afronta aos ideais republicanos. Ainda quando o Rio de Janeiro se encontra como uma "praça de guerra", alguns generais, junto com deputados e um senador, saíram da Praia Vermelha com trezentos cadetes para irem "ao palácio do governo para depor o presidente (ATLAS FGV, "Lauro Sodré", 2016, [s.p.]). Foram, no entanto, interceptados por tropas do governo. Essa tentativa de golpe culminou na prisão de um dos líderes e na morte de outro. Após alguns dias de sublevações e destruição de bondes, a revolta foi contida.

Os ideais de modernidade, ordem e progresso que pautaram a Proclamação da República e a reforma urbana do Rio de Janeiro pareciam não ecoar nas classes populares. A derrubada de cortiços, o deslocamento de famílias inteiras, o aburguesamento dos comportamentos e condutas, a violência ao impor a vacina eram alguns dos motivos que conduziam à hostilidade para com o governo e à revolta popular.

De certa maneira, o mundo do trabalho foi permeado pelos ideais mencionados, mas principalmente no imaginário dos empregadores. Aos trabalhadores, exigia-se que tivessem jornadas longas, ultrapassando muito as dez horas por dia, podendo multar aqueles que não cumprissem os horários ou saíssem mais cedo. Não havia pagamento para aqueles que se acidentassem em serviço ou indenização para a família caso viessem a falecer por conta do serviço. Poderiam ter descontos vultuosos por reclamação ou desobediência a um superior. Para os empregadores, os trabalhadores deveriam sempre respeitar seus superiores, não importa os abusos sofridos e cumprir com suas funções, mesmo que para isso tivessem que trabalhar à exaustão. E, nesse contexto, de cobranças e abusos, os trabalhadores de diversas províncias se reuniram no I Congresso Operário (ATLAS FGV, "Congresso Operário", 2010, [s.p.]). Pediam oito horas de trabalho diárias e estabeleciam regras para os sindicatos, formulando estratégias para assegurar financeiramente vítimas de violência, acidentes ou de morte no trabalho, por exemplo.

A modernidade e a ordem, como pensavam Pereira Passos e o presidente Rodrigues Alves, não se assemelhava em nada com a requerida pelos trabalhadores no I Congresso. Influenciado pelas greves e organizações sindicais da Europa, trabalhadores de diversas partes do país se juntaram para exigir direitos e melhores pagamentos (ATLAS FGV, "Congresso Operário", 2016,

[s.p.]). Se a reforma urbanística pretendia impor comportamentos e cercear os espaços das classes populares, os trabalhadores, muito além do Rio de Janeiro, pediam um outro tipo de ordem dentro das fábricas e empresas.

Nem mesmo a marinha brasileira escaparia de impor exigências aos seus comandantes, em 1910, uma revolta se instaurou. Marinheiros não podiam se casar e tinham um código disciplinar extremamente rigoroso, no qual faltas graves tinham como punição chibatadas. Como a maior parte dos marinheiros era "negros ou mulatos recrutados pela polícia e comandados por oficiais brancos", ficava evidente o componente racial e preconceituoso nas punições. Os marinheiros brasileiros já sabiam que punições físicas haviam sido abolidas em outros países e que marujos britânicos e russos haviam se revoltado, exigindo direitos nos anos anteriores (ATLAS FGV, "Revolta da Chibata", 2016, [s.p.]).

Para o historiador Álvaro do Nascimento:

> "Antes de tomarem a extrema decisão, viram frustradas suas tentativas de melhorar as condições de trabalho, fosse na solicitação realizada ao então presidente Nilo Peçanha, quando lhe entregaram um quadro desenhado a carvão com seu perfil, em maio de 1910, ou mesmo por reclamações à imprensa. (...) Impedidos de votar por lei, não tinham como eleger um representante que os defendesse. Restou-lhes o caminho das armas, da ameaça, de seguir o exemplo dos seus colegas russos, a bordo do encouraçado Potenkim. (NASCIMENTO, 2016, p. 3)

O estopim para a revolta aconteceu quando um marinheiro desmaiou por conta do número de chibatadas que levara, mas continuou recebendo a punição mesmo após o desmaio. Os marinheiros tomaram um navio, o Minas Gerais, sob o comando de João Cândido. Em poucas horas, outras embarcações se juntaram ao levante. Pediam o fim dos castigos e anistia aos revoltosos. O presidente em questão, Hermes da Fonseca (1845-1923), acatou as reivindicações e a revolta se findou. Entretanto, os marinheiros foram presos ou expulsos da corporação, sendo que alguns foram, inclusive, levados para a ilha das Cobras.

Pesquise mais

Para saber mais sobre a Revolta da Chibata, veja o livro:
NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910.** Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2008.

Quando a República foi proclamada e seus ideais escritos na bandeira nacional, governadores da província, senadores e diversos setores se articularam para impor uma *ordem* e *progresso* a sua maneira. Trabalhadores empregados deveriam se submeter a jornadas extenuantes e a qualquer sinal de reclamação deveriam ser multados. Trabalhadores sem emprego que se submetiam a morar com suas famílias em pequenos cubículos deveriam obedecer a agentes municipais que constantemente os consideravam sujos, desordeiros e responsáveis pela proliferação de doenças. Para andar nas ruas, não bastava ser cidadão, tinha que se vestir de modo aburguesado, ou fiscais de posturas poderiam persegui-lo. Vielas, ruas, centros e praças não poderiam mais ser local de vendedores ambulantes. As regras, comportamentos e imposições de condutas da República ficaram explícitas na reforma da capital, o Rio de Janeiro. Colocaram prédios abaixo, despejaram famílias, tudo em prol de uma modernidade que garantiria, para as classes mais altas, a *ordem* na cidade e o *progresso*. Não contavam, no entanto, que as classes populares, trabalhadores, ambulantes, pessoas pobres e marinheiros tivessem outros planos para a República.

Sem medo de errar

Seus alunos do 9º ano estão convencidos de que a época mais bonita e memorável do Rio de Janeiro foi após a Reforma de Pereira Passos. Você, então, decide mostrar as contradições do processo de urbanização e mostra primeiramente uma foto para eles.

Figura 1.4 | Estalagem existente nos fundos dos prédios 12 a 44 da Rua do Senado

Fonte: Foto de Augusto Malta, [19--] Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Você explica que parte da reforma urbanística do Rio de Janeiro tinha como objetivo a demolição de habitações coletivas, cortiços e estalagens como visto na foto. Uma vez despejados, os moradores não recebiam qualquer amparo do Estado, ficando à própria sorte. Pergunta aos alunos quem estava no meio da foto. Muitos percebem que eram crianças que povoavam o centro da foto. Você, então, aponta que os pátios dessas habitações eram espaços coletivos, nos quais se lavavam roupas, cuidavam de crianças e se passava grande parte do dia, porque os cômodos eram muito pequenos para que as pessoas ficassem o dia inteiro neles.

Em seguida, mostra a:

Figura 1.5 | Avenida Central

Fonte: Augusto Malta, 1906, Instituto Moreira Sales.

Você explica que essa foto foi feita pelo mesmo fotógrafo em um período muito próximo. Mostra que a construção da avenida central era também parte da reforma da cidade. Aponta para o pacto da cidade começar a exigir uma vestimenta aburguesada, impedir a movimentação de ambulantes e de carroças. E pergunta a seus alunos se aquelas crianças e os pais delas estavam incluídos no projeto dessa nova cidade representada pela avenida central. Muitos chegam à conclusão que não "poderiam nem passar perto" e reparam nas roupas das pessoas do centro da foto: muito elegantes, com ares europeus. As crianças e os pais delas, da primeira foto, no entanto, parecem ser pobres demais e, dificilmente, a polícia iria deixar que passeassem nessa avenida.

Você, então, conclui que muitas das reformas urbanas têm como intuito esconder as diferenças sociais e raciais. Criminalizam e perseguem os populares e transformam as ruas em locais inatingíveis ou intransitáveis para os pobres. Esse é um processo que aconteceu no Rio de Janeiro no começo do século XX, mas até hoje se repete em diversas cidades.

Faça valer a pena

1. Leia o trecho abaixo:

> "No alvorecer do século XX, o Rio de Janeiro sofreu, de fato, uma intervenção que alterou profundamente sua fisionomia e estrutura, e que repercutiu como um terremoto nas condições de vida da população, dando a origem a uma paisagem nova, que reproduzia vários traços daquela cunhada por Georges Eugène Haussmann, em Paris, três décadas antes." (BENCHIMOL, 2013, p. 234)

Sobre a Reforma Urbana de Pereira Passos, é correto afirmar:

a) Transformou estruturalmente a cidade do Rio de Janeiro, objetivando um ganho amplo e disseminado de qualidade de vida entre os residentes.

b) Ampliou avenidas, aterrou grandes áreas, reformou o setor portuário e obteve grande aprovação da população.

c) Foi feita em um momento conturbado politicamente, pois contava com grande oposição dos conservadores.

d) Pretendeu higienizar o espaço público ao mesmo tempo que regulou o espaço privado dos residentes mais pobres.

e) Teve influências diretas do arquiteto Haussman que passou dois anos auxiliando Oswaldo Cruz no novo projeto urbano.

2. Leia o trecho abaixo:

> "A Revolta da Vacina, ocorrida num momento decisivo de transformação da sociedade brasileira, nos fornece uma visão particularmente esclarecedora de alguns elementos estruturais que preponderaram em nosso passado recente – repercutindo inclusive nos dias atuais. A constituição de uma sociedade predominantemente urbanizada e de forte teor burguês no início da fase republicana, resultado do enquadramento do Brasil nos termos da nova ordem econômica mundial instaurada pela Revolução Científico-Tecnológica (por volta de 1870), foi acompanhada de movimentos convulsivos e crises traumáticas, cuja solução convergiu insistentemente para um sacrifício cruciante dos

> grupos populares. Envolvidos que estamos com as condições postas por essas transformações, pouco temos refletido sobre o seu custo social e humano. Minhas ponderações, por isso, voltam-se com alguma persistência para essa questão delicada e, reconheço, um tanto incômoda porém imprescindível." (SEVCENKO, 1993, p. 3-4)

De acordo com o trecho e seus conhecimentos, é correto afirmar que a Revolta da Vacina:

a) Teve diversos motivos. Entre eles, o baixo entendimento da vacina pela população e a distância dos postos de vacinação.

b) Teve diversas influências da oposição ao governo que contribuiu para que a população se sentisse perseguida, apesar da vacinação ter sido gratuita e facultativa.

c) Eclodiu durante a reforma urbanística do Rio de Janeiro que já vinha criando um contexto hostil entre governo e moradores.

d) Era um clamor popular por uma melhor estrutura da cidade e uma crítica aos atrasos da reforma urbana.

e) Ficou restringida às classes médias e altas, pois o conhecimento acerca da vacinação não havia chegado nas camadas populares.

3. Analise o trecho abaixo e avalie as afirmações:

> "De forma rudimentar, a Marinha de Guerra oferecia oportunidades de moradia, alimentação, soldo, viagens para conhecer o mundo, alguma especialização profissional e estabilidade na atividade durante 6 a 15 anos (esse tempo era obrigatório. A evasão era entendida como crime de deserção). Não foi à toa que, ao longo do século XIX, escravos fugidos se candidatavam voluntariamente ao cargo de marinheiros, como se livres fossem, e dezenas deles foram encontrados por seus senhores a bordo dos navios da Marinha de Guerra, já recrutados. As Forças Armadas poderiam, mesmo com seu vasto manancial de problemas, surgir como uma saída para aqueles que não tinham muitas oportunidades. (NASCIMENTO, 2016, p. 35)

I. A Revolta da Chibata, como o próprio nome anuncia, é um levante contra à continuidade do trabalho escravo na marinha mesmo após abolição.

II. A Revolta da Chibata envolveu, majoritariamente, negros, pois o escalão mais baixo da marinha era formado por pessoas pobres e ex-escravos.

III. Apesar dos maus-tratos presentes na Marinha, os marujos conseguiam um emprego estável e qualificação profissional, raro para as pessoas mais pobres e negras.

IV. Marinheiros de baixa patente não poderiam votar nem se casar e constantemente eram chibatados quando descumpriam alguma regra.

V. À época da Revolta, os marinheiros pediram o fim dos castigos físicos que representavam um resquício da escravidão e tinha alto teor de preconceito racial.

Analise o texto-base e assinale a alternativa que contém somente as afirmativas corretas:

a) I, III, IV, V.
b) III, IV, V.
c) II, III, IV, V.
d) I, IV e IV.
e) II, III, IV e V.

Seção 1.3

Movimentos populares na Primeira República

Diálogo aberto

Quando falamos sobre História, é comum nos depararmos com o desafio de explicar os eventos sem colocá-los em uma escala de importância. Às vezes, só porque um evento está mais próximo de nós no presente, tendemos a achá-lo mais moderno e mais aceitável, enquanto outros recebem a conotação de antiquados ou "fora do lugar". O mesmo acontece com a República e os movimentos messiânicos que fazem parte desta seção. Apesar de suas mudanças importantes, a República recebeu diversas críticas de muitos setores da sociedade, por manter, como vimos, muitas características do Império e desigualdades. Os movimentos messiânicos, por sua vez, ora são vistos como um evento nada moderno, ora como violentos, por não seguirem o que se espera de uma moderna República. Acabamos por atribuir julgamentos, positivos e negativos, sobre diversos acontecimentos.

E, como professores, temos que lidar constantemente com opiniões e análises preconcebidas que desconsideram o contexto histórico. Não seria diferente ao ensinar o conteúdo obrigatório para a oitava série. Seus alunos, após verem uma reportagem sobre Canudos, emitiram opiniões com certos julgamentos. Para alguns dos estudantes, não poderíamos estudar criminosos nas escolas. Diziam que o povo de Canudos queria formar uma sociedade alternativa sem leis e, por tal razão, nem deveriam ser estudados.

Você, com seus conhecimentos de historiador e com as informações desta seção, é capaz de enfrentar esse novo desafio. Sabe, por exemplo, que a História também é feita de memória. O movimento de Canudos, de fato, era uma sociedade organizada dentro da República, mas não estava isolado de todo um contexto histórico. Em sua construção, Canudos era uma alternativa à fome e violência do sertão e fazia críticas também à República oligárquica. Foi um marco, assim como outros movimentos, e pode ser uma boa oportunidade para apresentar questões importantes como cidadania, direitos, coronelismo e justiça social; elementos caros na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Porém, como fazer isso em sala de aula ao mesmo tempo em que se desmitificam as opiniões sobre os movimentos sociais?

Não pode faltar

Nas últimas seções, vimos que as décadas subsequentes à Proclamação da República trouxeram diversas mudanças. Foi um período de crise econômica, de uma urbanização excludente na capital e também de lutas contínuas encabeçadas pelos trabalhadores urbanos e industriais. Nesta seção, vamos analisar as relações políticas do cotidiano e como também essas relações sofreram mudanças. Veremos a profusão de movimentos messiânicos intrinsecamente conectados com as relações sociais e políticas.

Assimile

O que eram os movimentos messiânicos?

> "Esses movimentos caracterizam-se pela emergência de um ou diversos profetas, espécies de messias que anunciam o fim dos sofrimentos para um povo arruinado pela miséria. Em torno de chefes carismáticos reúnem-se fiéis que formam comunidades que vivem em autarquia, isoladas da comunidade do sertão. (GRUNSPAN-JASMIN, 2006, p. 18)

No final do século XIX, Canudos surge como um dos maiores problemas para a República recém-proclamada. "O país vivia então o primeiro governo civil desde 1889, tendo à frente **Prudente de Morais (1841-1902)**, presidente empossado como representante dos cafeicultores paulistas, em 1894" (HERMANN, 2013, p. 139). E, ao longo de seu governo, emergiu uma sociedade diferente dentro da República: Canudos. Mas o que era essa sociedade? "Foi resultado de vinte anos de peregrinação de Antônio Vicente Mendes Maciel, que passou a ser conhecido como **Antônio Conselheiro (1830-1897)**" (MONTEIRO, 2009, p. 84). Após tomar para si uma fazenda abandonada em 1893, Antônio Conselheiro reuniu na propriedade, conhecida como Canudos, por volta de 25 mil pessoas. Eram sertanejos pobres e miseráveis que se dirigiam ao acampamento de Conselheiro na esperança de uma vida melhor.

Pesquise mais

Os dois volumes de *Antônio Conselheiro* por ele mesmo trazem textos de autoria do cangaceiro e uma análise da vida desse líder político e religioso organizada pelo professor Pedro Lima Vasconcellos.

VASCONCELLOS, Pedro L. (Org.). **Antônio Conselheiro por ele mesmo.** São Paulo: É Realizações, 2017.

Nas terras do povoado, havia diversos tipos de plantações e criações de animais, e mais importante: não havia carestia. Os sertanejos que para lá foram buscavam fugir dos trabalhos árduos e muito semelhantes à escravidão que prestavam aos coronéis locais. Fugiam também dos conflitos próprios do coronelismo, como veremos mais adiante. Sem terras, esses agricultores acabavam por se tornar trabalhadores nas terras de terceiros, coronéis. Em um acordo conhecido como **clientelismo**, o trabalhador ficava, então, submetido à autoridade desse proprietário de terras, que detinha também poder político na região. Em caso de seca ou de colheitas baixas, o agricultor receberia ajuda do coronel, mas se esse último precisasse de braços armados para disputas políticas ou territoriais com outros coronéis, o trabalhador tinha obrigação de servi-lo (GRUNSPAN-JASMIN, 2006, p. 14).

Pesquise mais

Para saber mais sobre **clientelismo, mandonismo** e **coronelismo**, veja o artigo de José Murilo de Carvalho:

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

O maior problema, no entanto, era a maneira que a sociedade do sertão estava organizada, "em torno da noção de poder privado, do exercício privado de uma certa justiça na qual o respeito da lei consuetudinária prevalecia sobre a lei instituída" (GRUNSPAN-JASMIN, 2006, p. 16). Em outras palavras, famílias de coronéis disputavam, com lutas sangrentas, territórios em busca de ter maior influência sobre a população. Violência, mortes e massacres faziam parte da vida do sertanejo. Nesse contexto, Canudos oferecia para milhares de trabalhadores a oportunidade de não viver mais sob o comando de um coronel nem mais ser um braço armado nas diversas lutas travadas.

A existência de Canudos, entretanto, era uma ameaça por si só à República. No acampamento, vigoravam outras regras, a constituição brasileira não era seguida e nenhuma autoridade poderia entrar. Tinham, portanto, uma organização social, política e legislativa própria, o que contrariava os ideais republicanos e ainda questionava os andamentos do governo brasileiro.

Assimile

Euclides da Cunha e Canudos: um repórter da República

A obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, tornou-se o relato mais famoso a respeito de Canudos e sua destruição. Mais do que relato jornalístico, a obra se tornou icônica da literatura brasileira do período. A seu respeito,

Oliveira afirmou:

> “havia também a negação do sertão no âmbito da sua concepção do que era a nacionalidade. Como falamos, o repórter que chegou ao arraial do Belo Monte não diferia aparentemente em nada dos outros que, como ele, narravam para a gente civilizada do litoral a vitória da República contra o atraso, a doença e a barbárie. A concepção de nação que tinha então Euclides alinhava-se à noção de nação republicana, largamente propagandeada nos primeiros tempos de implantação do regime. Por essa via, a idéia de nação materializou-se na construção do regime republicano e com a invenção de um imaginário apropriado à nova ordem que se diferenciava da velha, corroborando para o esquecimento dos símbolos ligados à monarquia. (OLIVEIRA, 2002, p. 516)

A existência de um líder político e messiânico, como Antônio Conselheiro, incomodava também a Igreja Católica. É importante lembrar que, até a Constituição de 1891, a Igreja guardava funções para além das religiosas. Era responsável pelos registros civis, como de nascimento e casamento, e tinha sob seu comando um regime de padroado autorizado pelo Estado. Antes de 1889, portanto, a Igreja tinha poderes políticos, comportando-se como um braço do Estado e interferindo em assuntos diversos. Após 1889, a secularização do Estado foi afirmada, e a Igreja Católica figurou como uma das muitas religiões do país, não sendo mais responsável pelos registros e nem por outorgar casamentos, por exemplo. A Igreja contava ainda com críticas vindas de grupos de outras ideologias, os quais estavam crescendo no Brasil e fora dele. Positivistas, liberais e socialistas eram alguns dos muitos que teciam críticas da ligação entre Estado e Igreja Católica.

Pesquise mais

Para saber mais sobre a Igreja Católica, o regime de Padroado e a Secularização da República, leia os seguintes textos:

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012.

CIARALLO, Gilson. O tema da liberdade religiosa na política brasileira do século XIX: uma via para a compreensão da secularização da esfera política. **Revista de Sociologia e Politítica,** Curitiba, v. 19, n. 38, p. 85-99, 2011.

Em resumo, houve uma perda de poder político sensível que resvalaria nas organizações de várias localidades, e a presença de homens que angariavam em torno de si seguidores, como foi Antônio Conselheiro, era mais um golpe na já ameaçada hegemonia católica.

O primeiro enfrentamento entre policiais locais e os conselheiristas aconteceu em 1896, quando Antônio Conselheiro não conseguiu comprar madeiras para construir mais uma das muitas igrejas que fazia ao longo de suas peregrinações. Instruídos por um juiz local, desafeto de Conselheiro, os comerciantes não poderiam mais vender nada para pessoas de Canudos. Como dito anteriormente, foram quatro expedições, mas a morte de um importante general durante o terceiro conflito intensificou a necessidade de destruir Canudos.

> “Foram necessárias quatro expedições militares para derrotar os homens de Antônio Conselheiro. O número de soldados crescia a cada expedição derrotada. A morte do general Moreira César na terceira expedição militar comoveu e assombrou os republicanos. Foi uma guerra com poucos prisioneiros, o número aproximado de mortes é de vinte e cinco mil pessoas, entre elas mulheres e crianças. A maior parte dos conselheristas capturados foi submetida a prática da “*gravata vermelha*”, como também ficou conhecida a degola. Nos últimos dias de conflito ela já era praticada a luz do dia. (MONTEIRO, 2009, p. 85)

O fato de ter emergido um movimento messiânico durante o primeiro governo civil trazia pressões sem precedentes, vindas dos militares. Para os civis no poder, era urgente a derrubada de Canudos e a morte de seus líderes para servir de exemplo para futuros movimentos messiânicos. Como veremos, Canudos não foi o único movimento do tipo; o mesmo período contava ainda com Padre Cícero e Contestado (HERMANN, 2013, p. 125).

Exemplificando

Figura 1.6 | 400 jagunços, Canudos, 1897

Fonte: http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4860. Acesso em: 21 nov. 2018.

A fotografia de 1897 feita após o massacre em Canudos nos permite diversos questionamentos. Primeiramente, devemos apontar para o título escolhido pelo fotógrafo: "400 jagunços". De antemão, o autor da foto classifica todos os moradores de Canudos como jagunços, independentemente de participarem diretamente em atos violentos ou não. O termo jagunço passa a designar, então, qualquer habitante de Canudos. Em seguida, podemos analisar a foto e as pessoas presentes nela. A quantidade de crianças no primeiro plano e ao longo dos planos mais distantes impõe questionamentos sobre a decisão do governo republicano em fazer um amplo massacre em Canudos: o inimigo da República seriam mulheres e crianças famintas? Havia necessidade da violência empregada? Podemos, então, articular a memória feita sobre Canudos como justificativa do aparato militar e violento utilizado no conflito. Em outras palavras, era preciso construir uma imagem muito diferente da mostrada na fotografia. Canudos precisava ser um local onde criminosos e sediciosos habitavam, não para onde crianças, mulheres e famílias migravam em busca de melhores condições de vida. A pose dos militares ao fundo, cercando os "jagunços" quase não se faz necessária quando nos atemos aos ditos criminosos de Canudos: mulheres, homens e crianças esquálidos e muitos com pouquíssima ou nenhuma vestimenta.

Nesse sentido, de conter movimentos que em sua essência pouco lembravam os ideais republicanos de ordem e progresso, o massacre contra os sertanejos de Canudos se fazia necessário para a elite política do país. Afinal, Conselheiro já havia declarado que não respeitava nem a República, nem suas leis (HERMANN, 2013, p. 139). Para Conselheiro, a República era autoritária, retirando de seu seio a instituição mais antiga, a religião. Deus deveria estar à frente do governo, em sua lógica.

"Após a inacreditável derrota da terceira expedição, Canudos passou a ser considerada uma séria ameaça à estabilidade do regime republicano" (HERMANNM, 2013, p. 143). A violência e a destruição tomaram Canudos. Era preciso justificar a morte de milhares de sertanejos pobres e a violência empregada.

Assimile

Canudos: uma construção da memória, uma nova versão da história

> "Era preciso desenraizar, desagregar a memória do que havia sido vivido e transformá-la em História. Desalojar a lembrança do vivido no solo sagrado da memória e construir uma representação de Canudos associada a barbáries e ao atraso no imaginário coletivo, e reconstruir, assim, aquilo que já não era. O que implica sempre na adesão a uma determinada visão de mundo, a determinada versão dos fatos. (MONTEIRO, 2009, p. 85)

As ordens eram não deixar nenhuma viga, qualquer edifício ou construção que lembrasse Canudos, Conselheiro ou sua memória. A República precisava ser erguida, apesar dos movimentos messiânicos. Entretanto, não era apenas Canudos que preocupava o governo.

O movimento de **Padre Cícero** (1844-1934) em Juazeiro está relacionado intimamente com a queda do poder da Igreja e a reconfiguração dos poderes locais e políticos. "Foi em meio a esse clima de fragilidade do catolicismo oficial e das estruturas de poder e das relações de trabalho que o padre Cícero viu crescer o seu poder" (HERMANN, 2013, p. 131). Padre e líder religioso, sua trajetória foi cercada por supostos milagres, primeiramente confirmados por outros párocos e depois desmentidos, o que causou um desconforto na relação de Cícero com a Igreja Católica. O número de seguidores do padre crescia, e a Igreja, por sua vez, temia que uma cisma dentro da sua própria organização fragilizasse ainda mais sua posição na sociedade (HERMANN, 2013, p.133).

As peregrinações para os sermões de Padre Cícero eram numerosas e constantes. Juazeiro se tornou, entre o fim do século XIX e as primeiras

décadas do século seguinte, destino para milhares de pessoas. Padre Cícero era conhecido por intervir em desavenças, solucionando-as. Também servia de juiz, propondo soluções entre vítima e acusados. Como dito anteriormente, a sociedade do sertão era constituída por conflitos violentos entre grupos políticos locais. Padre Cícero e sua capacidade de intermediar esses conflitos acabou por se tornar cada vez mais importante na região.

Apesar de ser proibido pela Igreja Católica de fazer pregações e comungar, a influência de Padre Cícero continuava. É em 1911, na assinatura do *pacto dos coronéis*, que conseguimos ter a dimensão da força política e social de Padre Cícero e, por conta desse mesmo evento, é possível entender a relação direta entre o surgimento de lideranças religiosas e messiânicas com o contexto político e social da época. Mas o que seria o *pacto dos coronéis*? Esse pacto foi assinado no Ceará com o objetivo de cessar a violência entre os poderes locais. Coronéis ficavam proibidos de continuar as inimizades e violências, assim como dar segurança e aparato a **cangaceiros**.

> “Bandos de cangaceiros, dirigidos por homens como Antônio Silvino e Lampião, devastavam o campo brasileiro, especialmente o Nordeste [...] atacando povoados e fazendas. Estes bandos eram formados nos mesmos moldes da tradicional sociedade interiorana brasileira, recanalizando a violência, característica das lutas políticas interfamiliares entre as classes proprietárias, contra membros desta classe aos quais não serviam. (FORMAN, 2009, p. 258)

Na lógica das disputas locais, os cangaceiros eram peça-chave. Eram recrutados por membros das elites em defesa de interesses particulares. A violência, portanto, que marcou a época era intentada por grandes senhores de terras e executada pelos cangaceiros. Estes últimos, claro, tinham também seus próprios interesses e projetos, como era Virgulino Ferreira da Silva, **Lampião** (1898-1938). Nesse contexto de violência constante e de embates entre elites, Padre Cícero emergiu como a solução pacificadora. Talvez, para além dos supostos milagres, tenha sido por sua capacidade de integrar esse jogo político que ele passou a atrair milhares de peregrinos.

É importante diferenciar o movimento em torno de Padre Cícero do movimento de Canudos. Padre Cícero, mesmo após ser excomungado e silenciado, tentou até o fim de sua vida reaver seus poderes sacerdotais. Ele funcionava mais como uma dissidência dentro da Igreja Católica. Nem ele nem seus seguidores propuseram novas abordagens ou entendimentos quanto aos dogmas e fundamentos católicos (HERMANN, 2013, p. 137). O

que nos impressiona em sua trajetória foi o fato de ser um mediador, político e religioso, de uma sociedade que estava em plena transformação.

Reflita

> "É da coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas que deriva a expressão *liberalismo oligárquico*, com que se caracterizou processo político da República no período compreendido entre 1889 e 1930. Ambígua e contraditória, a expressão revela que o advento da República, cujo pressuposto teórico é o de um governo destinado a servir à coisa pública ou ao interesse coletivo, teve significado extremamente limitado no processo histórico de construção de democracia e de expansão da cidadania no Brasil. (RESENDE, 2013, p. 91)

A força das elites se fortaleceu e se consolidou ainda mais durante a Primeira República. Seria o liberalismo aclamado durante esse período um liberalismo excludente, já que o interesse coletivo estava "extremamente limitado"?

A presença, portanto, de coronéis e a força das oligarquias podiam ser sentidas nas eleições, por exemplo. Constantemente fraudadas e contando com eleitores já falecidos como votantes, as eleições eram baseadas em violência e resultados que beneficiavam os coronéis locais. Estes últimos, por sua vez, conduziam seus trabalhadores aos locais de votação e se certificavam, por meio de violência e ameaças, que seus empregados votassem de acordo com sua vontade. O voto à época era aberto, o que facilitou o controle pelos coronéis. Esse tipo de voto, por ameaça, indicação ou violência, ficou conhecido como **"voto de cabresto"** e era amplamente disseminado pelo interior e capitais do território brasileiro (RESENDE, 2013, p. 113).

Nesse mesmo contexto, o presidente **Campos Sales** (1841-1913) deu início à política dos estados.

> "O compromisso recíproco entre Campos Sales e os governadores pressupõe que ele não interfira em assuntos de política estadual e que os governadores providenciem, em seus estados, resultados eleitorais que permitam a composição de um legislativo federal compatibilizado com as políticas de governo do presidente. (RESENDE, 2013 p. 117)

A política dos estados permitia, então, um revezamento entre os republicanos e entre as diversas oligarquias estaduais, o que impedia também o surgimento de partidos de oposição a esse quadro. Estavam envolvidos nessa política os seis estados mais fortes (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro). Os coronéis municipais eram essenciais para a manutenção dessa política de acordo entre governo central e estaduais. Era a partir das eleições municipais que o Partido Republicano saía fortalecido e com condições de sustentar a política dos estados.

O acordo entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, conhecido como **política do café com leite** em uma alusão às produções agropecuárias das duas localidades, parece ter sido muito mais amplo, envolvendo outros estados. Para a historiadora Claudia Viscardi, a expressão *café com leite* parece ter sido criada depois do período em uma tentativa de desqualificar a política dos estados (VISCARDI, 2012, p. 21). O que a autora aponta é um intricado acordo entre várias lideranças oligárquicas estaduais para a manutenção de uma república que governasse de acordo com seus interesses.

As oligarquias regionais estavam em todos os estados, e a região sul não seria diferente. Ao sul do país, na mesma época das peregrinações a Juazeiro, em 1911, um monge chamado **José Maria** "reivindicava uma 'linhagem sagrada' que havia muito reunia adeptos na região" (HERMANN, 2013, p. 150), ou em outras palavras dizia ser um dos enviados que outro monge de nome João Maria profetizara anos antes na região de Lages e da cidade de Curitibanos. Conseguiu reunir como líder religioso uma diversidade enorme de pessoas cansadas das tiranias das elites locais.

De modo parecido ao seu suposto antecessor, José Maria tecia críticas duras à República e a um governo que não se baseava na religião. Porém, diferente de todos os outros movimentos messiânicos ou de beatos, o **Contestado** "apresentou um certo ineditismo" por conta da morte do monge e líder logo em um dos primeiros combates com as autoridades em 1912. Apesar dessa diferença, o espectro do monge se perpetuou no movimento, especialmente por conta de um possível retorno de José Maria à vida e ao movimento (MACHADO, 2004, p. 25). O número de participantes, aliás, veio a aumentar no ano seguinte. O movimento do Contestado

> "acabou por agregar diferentes segmentos sociais, como posseiros e sitiantes, expulsos de suas terras, comunidades negras e caboclas do planalto, ervateiros, trabalhadores desempregados pela estrada de ferro, médios fazendeiros, antigas lideranças federalistas e opositores políticos dos coronéis de

> Curitibanos, Canoinhas, Lages, Rio Negro, Timbó e União da Vitória. (MACHADO, 2004, p. 25)

Como um movimento chamado de "sertanejo" acabou por congregar tão diferentes grupos sociais? Há diversos motivos. Primeiramente, a região na qual o movimento do Contestado surgiu estava em disputa entre duas províncias, Paraná e Santa Catarina. Para os sertanejos, apesar de muitos serem do Paraná, era melhor que a região ficasse sob o domínio de Santa Catarina, pois essa mudança os livraria de estar sob o julgo dos coronéis paranaenses, useiros em grilar terras e expulsar agricultores (MACHADO, 2004, p. 135). Nesse litígio, Santa Catarina saiu vencedora, mas não tinha força política para fazer valer a sentença, o que possibilitou que o Paraná colocasse nos municípios contestados "comitês de limites, organismos oficiais com fins 'cívicos', mas que, na prática, recebiam armas do Comitê Central de Limites sediado em Curitiba". Com ajuda desses comitês, central e local, os prefeitos montavam "verdadeiras guardas informais" (MACHADO, 2004, p. 137). Paralelo a esse contexto, a desapropriação de uma longa faixa de terras na rota onde veio a ser instalada a ferrovia São Paulo-Rio Grande deixou centenas de famílias de lavradores e posseiros sem acesso à terra, o que aumentou o contingente de sertanejos do Contestado. Aliado a isso, adiciona-se uma "tradição rebelde" na região, cimentada pelas revoluções farroupilhas e federalista (MACHADO, 2004, p. 146). Sertanejos, caboclos, lavradores e fazendeiros, despossados, encontravam nas "cidades santas" o reduto do Contestado, onde o coronelismo não teria vez e a posse da terra era assegurada.

Exemplificando

Estão escritas a seguir poesias que intentam reproduzir os pensamentos do monge João Maria:

Avarento é reu de curpa
Já tá preso e condenado;
Avareza é loucura
Custa muito sê curado

Tenha sempre tua família
Como Santos do teu lar.
Pro seu bem trabaie sempre
Que Deus há de te pagar

Se tu for um camarada
Zele tudo do patrão.

Trabaiando com respeito
Cuidem bem da obrigação

Sendo dono ou encarregado
De fazenda ou de empreitada:
Operário é como fíio
Cuida bem dos camarada!
(MACHADO, 2004, p. 97-99)

Os poucos versos que restaram dos ensinamentos do monge João Maria que viriam a ser influência para o principal líder do Contestado, José Maria, trazem elementos essenciais para análise da vida dos sertanejos, lavradores e posseiros. Os "mandamentos" prezavam por regular a vida no campo e "valores como o respeito, a defesa da vida e da honra, a lealdade" faziam-se presentes (MACHADO, 2004, p. 98-99). Quanto às duas últimas estrofes, tratam da relação de trabalho entre camaradas e seus patrões. Mesmo com a obrigação dos empregados de manter o respeito e zelar pelo patrão, eles deveriam ser muito bem cuidados por seus empregadores, tais quais filhos. Para o historiador Paulo Pinheiro Machado, responsável pela coleta desses mandamentos, "os mandamentos procuram recuperar um tipo de sociedade que as pessoas, naquela época, já não identificavam como parte de seu mundo real, ou seja, os patrões não agiam como pais e os camaradas não demonstravam zelo" (MACHADO, 2004, p. 98).

Entretanto, coronéis paranaenses armados estavam prontos para garantir a construção da estrada, e que Santa Catarina não tivesse qualquer domínio sobre o território contestado. Até o ano de 1914, os conflitos eram pontuais. Porém, no dito ano, tropas do exército cercaram e bombardearam um dos redutos messiânicos, Taquaruçu, levando "a um massacre até então inédito na região do planalto", com mais de duzentas pessoas mortas (MACHADO, 2011, p. 178). Nos meses seguintes, os sertanejos fizeram frente aos avanços do exército, porém sucumbiram, tanto por conta da violência e das baixas, como por conta da fome que se instalava nas "cidades santas".

Como interpretar esses movimentos que ocupavam diversas regiões do país? Por mais que pareçam distantes da modernidade e do liberalismo que os ideais republicanos propunham, esses movimentos estavam entrelaçados com o acesso a direitos, ao voto e a legitimidade do próprio Estado. A república foi proclamada em 1889 por meio de um golpe militar. A legitimidade do novo governo instaurado era pequena na população brasileira à época, e os movimentos messiânicos e de peregrinação eram um sintoma de um descompasso entre a República e seu povo. A imposição do fim do

padroado e a permanência dos poderes locais na figura de coronéis são evidências dessa incongruência. Os diversos movimentos, portanto, apresentavam-se como uma alternativa e uma resposta ao liberalismo excludente legitimado pela República.

Sem medo de errar

Uma vez questionado sobre a validade de estudar alguns movimentos, especialmente os messiânicos, você apresenta aos seus alunos alguns trechos de jornais da época. Seu objetivo é explicar-lhes como o governo republicano precisou criar uma imagem de banditismo em Canudos para justificar o gasto com as diversas batalhas e a violência empreendida no massacre de milhares de pessoas.

Trecho 1:

> "O nosso valente exército, arrostando todas as privações, fazendo os maiores sacrifícios e praticando atos de verdadeiro heroísmo, luta tenazmente contra a horda de fanáticos que surgem de todos os pontos, pondo em perigo tantas vidas preciosas para a República e que nos sertões da Bahia se batem pela defesa das instituições. **Os quinhentos jagunços** que se dizia haver em Canudos decuplicaram-se e para exterminá-los de uma vez, **para restabelecer a ordem pública de que tanto carecemos**, é que os nossos bravos soldados lá se batem com **extraordinário heroísmo**. (JORNAL DO BRASIL, 1897 *apud* LEÃO, 2015, p. 44, grifos nossos)

Trecho 2:

> "foi lamentável que uma **agremiação de bandidos e de fanáticos** pudesse levar vantagem, embora só pelo número, do exército federal, sacrificando assim tão **generosas vidas** como a dos oficiais brasileiros que dirigiam a operação contra esses **inimigos da ordem e do direito**. (JORNAL DO BRASIL, 1897 *apud* LEÃO, 2015, p. 45, grifos nossos)

Os dois trechos trazem o heroísmo e também Canudos como um local que congrega apenas criminosos e fanáticos. Considerados inimigos da república, os conselheristas tinham suas vidas diminuídas frente às vidas das tropas republicanas. Há uma hierarquia nos trechos: aqueles que respeitavam a ordem e o direito mereceriam viver, enquanto aqueles que eram jagunços deveriam ser exterminados.

Em seguida, você mostrou as imagens:

Figura 1.7 | Uma casa de jagunço, Canudos, 1897

Fonte: http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4861. Acesso em: 21 nov. 2018.

E mostra, em seguida, a:

Figura 1.8 | Cadáveres nas ruínas de Canudos, 1897

Fonte: http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4865. Acesso em: 21 nov. 2018.

É preciso explicar que a existência de uma sociedade como Canudos, que não seguia as leis nacionais e não estava sob o julgo de coronéis, era uma afronta à República, à ordem e ao direito. Você bem sabe, após ler esta seção, que o coronelismo era essencial para a manutenção da política oligárquica, e o exemplo que Canudos dava ao romper com a lógica dos coronéis não poderia se alastrar pelo país. Além disso, como as notícias afirmavam, era preciso conter os fanáticos de Canudos, os jagunços retrógrados que lá moravam. Quando lemos as notícias, não conseguimos imaginar a pobreza na qual os conselheiros viviam. Mesmo enfrentando a carestia, depoimentos apontam que a situação de Canudos era melhor do que a vida que tinham antes, ou seja, a pobreza e a violência eram disseminadas pelo sertão, e Canudos fornecia uma alternativa.

Na primeira foto, temos a oportunidade de analisar a pequena e rústica residência de um dos "jagunços". É importante frisar que o termo jagunço era uma maneira pejorativa utilizada tanto pelo fotógrafo quando pelos jornalistas de criminalizar os conselheiristas. Ao criminalizar os conselheiristas e colocá-los como fanáticos, desumanizava-se aquele contingente de milhares de pessoas, justificando o massacre que sucedeu em 1897. A foto seguinte, mostra alguns soldados posando com os corpos dos conselheristas no chão. O julgamento foi feito ali mesmo, com a execução de milhares de pessoas, incluindo mulheres e crianças. Com o massacre de Canudos, a República brasileira mostrava que não havia lugar para oposição, para a crítica e para a utopia.

Faça valer a pena

1. Considere o trecho a seguir:

> "É neste momento de profundas transformações que tem início a Guerra de Canudos onde a República recém proclamada enfrentará sucessivas derrotas de uma comunidade de sertanejos que, no sertão da Bahia fundara sua aldeia, suas próprias leis e sua própria ordem. Em Belo Monte a polícia não entrava não se pagavam impostos e a palavra do Conselheiro bastava para estabelecer a ordem e as regras de convivência. Era um território que não estava submetido a lógica instituída pela República. Por isso mesmo, uma ameaça. A comunidade é identificada pelos homens da República como local de desordem, de atavismo, um atraso que era preciso combater. (MONTEIRO, 2009, p. 84)

De acordo com o trecho e seus conhecimentos, Canudos:

a) Representava a desordem e atavismo durante a República e por isso precisava ser reformulada.
b) Apresentava uma alternativa de vida aos sertanejos, assolados pela seca e pelos combates violentos da política de coronéis.
c) Sofreu diversas investidas do governo federal que conduziu uma vitoriosa campanha desde o início do combate.
d) Era composto por homens, "sertanejos", como indicado no trecho, que buscavam uma terra sem lei para cometer crimes e se esconder das autoridades.
e) Representava um grande déficit orçamentário para o governo, já que não pagavam impostos.

2. Leia o trecho do historiado Vitor Leal,

> "devemos notar, desde logo, que concebemos o "coronelismo" como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 2012, p. 22)

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.
I. A política dos estados foi uma tentativa de retirar o poder das elites locais e centralizá-lo nos governos dos estados da federação.
PORQUE
II. O coronelismo estava disseminado em várias municipalidades, e era uma maneira de as elites locais imporem sua hegemonia política.

Assinale a alternativa correta:
a) As asserções I e II são proposições corretas, e a II é a justificativa da I.
b) As asserções I e II são proposições corretas, mas a I é a justificativa da II.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é falsa.
d) A asserção II é uma proposição verdadeira, e a I é falsa.
e) As asserções e II são proposições falsas.

3. Leia o trecho a seguir:

> "O movimento social do Contestado iniciou-se como um fenômeno religioso e de exaltação milenar com fortes características messiânicas, mantendo basicamente estas características místicas, com maior ou menor intensidade, até a sua liquidação total" (MACHADO, 2004, p. 17).

A respeito do movimento do Contestado, avalie as afirmações:
I. Foi um conflito entre tropas de Santa Catarina e Paraná por conta de brigas por divisas entre os estados.
II. Reuniu uma diversidade de setores incluindo, como agricultores e posseiros, descontentes com o coronelismo e fazendeiro de médio porte.
III. Formou cidades-santas para as quais muitas pessoas migraram em busca de terras, sendo uma alternativa à sociedade vigente.
IV. O conflito durou pouco tempo por conta da pobreza dos sertanejos do Contestado.

É correto apenas o que se afirma em:
a) I e II.
b) III e IV.
c) I, II e III.
d) II e III.
e) II e IV.

Referências

ALONSO, A. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 85, p. 131-148, 2009.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Atlas Histórico do Brasil.** 2016. Disponível em: https://atlas.fgv.br/. Acesso em: 23 out. 2018.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Encilhamento.** 2016. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbetes/encilhamento. Acesso em: 5 nov. 2018.

BELOCH, I.; ABREU, A. A. de. (orgs.). **Dicionário da elite política republicana (1889-1930).** Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010.

BENCHIMOL, J. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, J. M. de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia hist.,** Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 157-141, jun. 2011.

CHALHOUB, Sy. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, O. M. G.; GOMES, F. Introdução: que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença. *In:* CUNHA, O. M. G.; GOMES, F (orgs.). **Quase-cidadão.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERRERAS, N. O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina. **História,** Franca, v. 22, n. 2, p. 211-226, 2003.

FILOMENO, F. A. A crise Baring e a crise do encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. **Econ. soc.,** Campinas, v. 19, n. 1, p. 135-171, abr. 2010.

FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. *In:* FERREIRA, J.; NEVES, L. de A. D. **O Brasil Republicano:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FORMAN, S. Camponeses: sua participação no Brasil [on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Política do desespero: religião popular e movimentos de protesto. pp. 236- 286.

FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas a liberdade:** histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

FRAGA FILHO, W. Pós-abolição: o dia seguinte. *In:* GOMES, F; SCHWARCZ, L. **Dicionário da escravidão e liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, A. de C. Prefácio. *In:* VISCARDI, C. M. R.; ALENCAR, J. A. (orgs.). **A República revisitada:** construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

GRUNSPAN-JASMIN, E. **Lampião**: senhor do sertão: vidas e mortes de um cangaceiro. São Paulo: Edusp, 2006.

HERMANN, J. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 81-105, 1997.

HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.). **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 121-160.

JAGUARIBE, B. **Rio de Janeiro:** urban life through the eyes of the city. Londres: Routledge, 2014.

LEAL, V. N. **Coronelismo**, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEÃO, M. B. da C. B. A guerra de Canudos e a cultura republicana nos jornais da capital federal. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MACHADO, P. P. **Lideranças do contestado.** Campinas, Ed. da Unicamp, 2004.

MACHADO, P. P. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 178-186, jun. 2011.

MONTEIRO, V. S. V. Canudos: guerras de memória. Mosaico**,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 83-93, out. 2009.

NASCIMENTO, A. P. do. "Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 36, n. 72, p. 172-151, ago. 2016.

NEVES, M. de S. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v.1.

OLIVEIRA, G. M. de. Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910). 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, R. de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Rev. Bras. Hist.,** São Paulo, v. 22, n. 44, p. 511-537, 2002.

PENNA, L. de A. **O progresso da ordem:** o florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

RESENDE, M. E. L. de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 89-120.

ROCHA, I. P. **Imigração internacional em São Paulo:** retorno e reemigração,1890-1920. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. Scipione: São Paulo, 1993.

SIQUEIRA, J. P. F. H. de. A ideia de constituição: uma perspectiva ocidental-da antiguidade ao século XXI**. Cuest. Const.,** México, n. 34, p. 169-209, jan./jun. 2016.

STOLCKE, V.; HALL, M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História,** v. 3, n. 6. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH, 1984.

VISCARDI, C. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Unidade 2

Da crise da Primeira República à ascensão de Vargas

Convite ao estudo

Bem-vindo à Unidade 2, aluno! Essa unidade trata de temas fundamentais para o entendimento da Primeira República e seu fim, além de permitir a discussão sobre as relações entre política local, eleições nacionais e as disputas de poder nas primeiras décadas do século XX. Se anteriormente focamos nos dilemas da República recém-nascida para manter uma certa união dos Estados, veremos, nessa unidade, intensas disputas pelo governo central. Como você sabe, no que diz respeito à "grande política", São Paulo e Minas, importantes exportadores de café, se articularam para impor seus interesses e proteger sua produção agrícola das quedas de preço no mercado mundial, enquanto outros estados se articularam para romper essa hegemonia.

Nosso objetivo, porém, é entender e explicar aos nossos alunos que a política, apesar de parecer vez ou outra como o resultado da ação de alguns poucos indivíduos, estava em todas as esferas da sociedade, em lutas mais amplas, afetando a todos. Nesse sentido, a ação dos diferentes movimentos de trabalhadores da época evidencia como até mesmo os grandes articuladores da política precisaram negociar com as forças sociais. Por exemplo, é no período que vamos estudar, de contínua instabilidade, que greves de trabalhadores eclodiram por diversas cidades em 1917, resultando em mudanças trabalhistas importantes.

O cenário internacional também era marcado por instabilidade: a Primeira Guerra Mundial pautou novas discussões políticas e trouxe tensões e incertezas sobre o futuro; a Revolução Russa apresentava o comunismo soviético a um apavorado mundo capitalista; o entreguerras assistia à escalada do fascismo; a Crise de 1929 iniciaria um longo processo de recessão econômica para muitas das economias ocidentais.

Como veremos, foi nesse contexto de disputas políticas, mudanças econômicas e novas visões de mundo que um deputado gaúcho chamado Getúlio Vargas se transformou em importante líder político, protagonista da derrocada dos acordos tradicionais entre os estados. Se mais tarde a historiografia falaria em uma "Era Vargas", é importante enfatizar desde já que independentemente do apelo individual da figura do líder, Vargas, assim como qualquer

outra figura política, só pode ser entendido a partir de lutas mais complexas e amplas do que sua vontade particular. Dessa maneira, essa unidade pretende mostrar a você, aluno, como entender a política do período de diversas formas: a partir da construção de movimentos operários, da manutenção da hegemonia cafeeira com o Convênio de Taubaté, da ascensão de ideologias e das organizações integralistas, fascistas e comunistas, assim como das lutas pelo governo central com a Política dos Governadores e da ascensão política de Vargas.

Considerando toda essa problemática fica claro que a reflexão sobre o tema não se separa da reflexão sobre o ensino: como abordar essas temáticas clássicas da história política nacional evidenciando uma noção de política mais ampla? Como pensar a ação de homens e mulheres cujos nomes não entraram para a posteridade, mas que coletivamente foram fundamentais para as transformações da época? Essas são algumas das questões centrais que motivam a reflexão ao longo da unidade.

Seção 2.1

Proteção ao café e efeitos na economia e sociedade

Diálogo aberto

Veremos ao longo da seção como as estruturas políticas da República se organizavam para a defesa dos interesses políticos e econômicos das oligarquias. A política protecionista proposta pelos barões do café e colocada em ação pelo governo federal, por exemplo, é um indício da relação direta entre política e economia. Uma vez que esses barões ocupavam também postos políticos e exerciam muito poder, eles conseguiram fazer com que o Estado destinasse parte do orçamento para cobrir eventuais perdas no valor de negociação daquele grão, prejudicando diretamente o restante da população. Toda essa temática, como sabemos, é clássica. Mas como podemos pensá-la a partir de uma abordagem que valorize a relação entre política, economia e cotidiano da população?

É muito comum que os alunos sejam refratários a alguns temas recorrentes na História, como política e economia. Ao ensinar sobre as primeiras décadas do século XX no Brasil, você se depara com esse desafio, uma vez que o tema da crise econômica e política nesse período se sobressai. Muitos alunos acham que política "não serve para nada" ou que simplesmente é um tópico "muito chato; mais ainda se estudarmos voltados ao passado". Você, no entanto, como historiador e professor sabe que a política está em todos os lugares: respiramos política quando vamos à escola, quando trabalhamos e, até mesmo, quando fazemos nossas refeições. As decisões populares ou dos altos escalões do governo estavam presentes no cotidiano das pessoas aqui estudadas e é salutar que mostremos aos estudantes a complexidade das relações políticas. Se não conseguirmos mostrar a economia e política como presentes em nossas vidas, os alunos tendem a desmerecer o tema, perdendo grande parte do conteúdo obrigatório. Como, a partir do tema desta seção, explicar a conexão entre política, economia e história? Como fazer isso sem perder o foco dos estudantes?

Não pode faltar

Vimos, anteriormente, que os primeiros anos da República foram marcados por uma crise econômica. Pouco tempo após a Proclamação, uma bolha econômica estourou e a crise decorrente ficou conhecida como Encilhamento. Havia muito crédito no mercado e pouquíssima seguridade

dos valores que circulavam nas bolsas, nos empréstimos, hipotecas e notas promissoras. Ainda no século XIX, a crise economica tomava o país. Em poucos anos, um cenário parecido se repetiu, porém, com causas diferentes: uma política protecionista para o café.

Devemos lembrar que desde meados do século XIX, o café era o produto mais exportado pelo Brasil e durante a República a sua importância se manteve. A alta demanda de café no mercado internacional impuslionou muitos produtores a ingressarem nesse cultivo.

> "A trajetória do mercado mundial de café ao longo da segunda metade do século XIX, caracterizada por elevação dos preços e da demanda, associada à massificação do consumo, especialmente nos EUA, imprimiu, ao lado de outros elementos, o estímulo à expansão das plantações de café no Brasil, sobretudo no Oeste Paulista. (RIBEIRO, 2011, p. 75)

No ano de 1889, a produção atingiu 5,586 milhões de sacas de 69 kg, passando a 14,7 milhões de sacas no primeiro ano do século XX (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). Juntamente do Brasil, outros países também passaram a ter exportações volumosas. Superproduções abaixavam o preço do café nas negociações internacionais e entre as safras de 1906/1907, a crise se tornou aguda (RIBEIRO, 2011, p. 76).

Pesquise mais

Para saber mais sobre detalhes econômicos, intervenção estatal no comércio de café, consulte o seguinte artigo:

RIBEIRO, Fernando. A política econômica e o convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906). **Revista Pesquisa & Debate**, [*S.l.*], v. 22, n. 1(39), nov. 2011.

Nesse contexto, os estados com significativas produções do grão – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – fundaram o **Convênio de Taubaté**, "com o objetivo de por em prática um plano de valorização do café, garantidno o preço do produto por meio da compra, pelo governo federal do excedente da produção" (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]).

A proposta do Convênio era, portanto, que o governo federal completasse, com fundos do tesouro, o preço do café para que os produtores não tivessem qualquer prejuízo com a desvalorização do grão. No mesmo ano, tal proposta foi aprovada no Congresso e colocada em prática.

De 1906 até 1913, o governo e o Convênio conseguiram manter o saldo positivo. Havia, ainda, demanda pelo café e pela borracha e muito capital externo adentrava o país.

Porém foi com o governo de **Epitácio Pessoa (1865-1942)**, entre os anos de 1919-1922, que as intervenções se tornaram ainda mais incisivas e abrangentes. **Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)**, os produtores de café passaram a precisar de ajuda constante do governo federal para amenizar suas perdas. A valorização do produto era possível pela retenção de sobras da exportação e do comércio interno, ou seja, ocorria o armazenamento dos grãos até uma eventual melhora do preço do café para além dos empréstimos e outras manobras fiscais.

Pode parecer estranho uma ajuda estatal de tamanho porte para apenas um setor da produção. Mas, desde 1894, no governo de **Prudente de Moraes (1841-1902)**, 1894-1898, a oligarquia cafeeira estava no poder. Alguns autores até chamam o período de ***República Oligárquica*** (1895-1930) para evidenciar o poder desses setores no governo central (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]).

No entanto, a partir do mandato presidencial de **Campos Sales (1841-1913)**, entre 1898 e 1902, a relação entre as oligarquias do Sudeste, fortalecidas pelas décadas produzindo café, possibilitou a "política dos governadores".

Assimile

Uma política sem oposições

> "Dentro desta estrutura jurídico-pragmática é que Campos Sales consolida um sistema pragmático-jurídico: tendo assistido às contínuas lutas oligárquicas no plano estadual e às revoluções delas resultantes, ele concebe uma fórmula de consolidação e permanência dos grupos que estivessem no poder, sem permitir qualquer abertura às oposições. (CARONE, 1988, p. 299)

Nessa política, "o presidente negociava com o Congresso a aprovação do orçamento e de leis financeiras. Os governadores tiveram participação ativa nas negociações com as bancadas estaduais" (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). Eles passaram a aprovar projetos e políticas econômicas que cumprissem as demandas dos bancos ingleses responsáveis por um vultuoso empréstimo anos antes, o qual tinha como objetivo assegurar o prejuízo mínimo aos produtores de café. As exigências eram: "política anti-inflacionária, com o corte de investimentos, o fim do incentivo à indústria, o recolhimento de grande volume de moedas" (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). É

nesse acordo entre presidente, governadores dos estados, congresso e assembleia que vemos o poder das oligarquias, especialmente a do café. Em seu mandato, Campos Sales enfrentou uma enorme impopularidade, pois essa política econômica adotada de acordo com as exigências dos bancos portugueses causou uma elevação no preço dos alimentos e um arrocho salarial, prejudicando diretamente os trabalhadores e mais pobres.

Assimile

A política dos governadores: mais complexa e instável do que alguns autores afirmam

> “Em geral, a historiografia acerca do Estado oligárquico republicano antes referenciada atribuiu um papel maior ao processo de verificação de poderes do que efetivamente pesquisas empíricas mais recentes têm revelado. A verificação era uma etapa final de um longo processo, que se iniciava no município. As leis eleitorais definiam o município como o local de votação, o estado como o local de apuração e a Federação como o local do reconhecimento de poderes. (...) Cada um deles tinha sua reserva de poder. Uma avaliação apressada pode pressupor um equilíbrio de poder entre as três esferas. (...) Em oligarquias com razoável grau de controle de suas dissidências internas, ambas as situações eram raras, conferindo nesses casos pouco poder de controle ao terceiro escrutínio (o do Parlamento). Outrossim, em oligarquias com maior grau de animosidade interna, os resultados eleitorais escapavam do controle estadual, conferindo ao Parlamento um poder maior de intervenção sobre os resultados finais. (VISCARDI, 2016, p. 190-191)

A partir do exposto, como podemos fazer um balanço das relações de poder entre oligarquias locais e poder centralizado? Como pensar os resultados eleitorais daquele momento?

A partir dessa política se instaurou também um processo que ficou conhecido como “degolas da oposição”. O governo da situação, já oligárquico, não validava a eleição de oposicionistas, tornando as assembleias cada vez mais alinhadas aos projetos dos mandatos presidenciais. Esse é um dos exemplos que tornam o trecho da historiadora Cláudia Viscardi imprescindíveis para entender a Política de Governadores e a existência de uma República excludente e oligárquica. As elites locais, dependendo de seu grau de organização

e poder, conseguiam, em instâncias superiores à municipal, adulterar os resultados das eleições, ou seja, se um candidato da oposição conseguisse ganhar a eleição municipal, ele seria posteriormente alvo da referida degola, tendo seu nome retirado. A historiografia anterior colocava os poderes das oligarquias como bem distribuído por todas as etapas: municipal, estadual e federal, mas, por muitas vezes, os candidatos da situação foram beneficiados pelas instâncias maiores.

A prática de degolas durou até a década de 1930 (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). A Política de Governadores

> "[...] consolidou uma ampla cadeia de compromissos que costuma ser descrita como uma pirâmide: no topo estava o presidente, que controlava o Congresso e apoiava seus aliados nos estados; por sua vez, os governadores comprometiam-se a apoiar os candidatos a presidente indicados, escolher e eleger parlamentares de confiança; articulavam-se aos "coronéis" e seus "currais eleitorais", que formavam a base de todo o esquema. (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.])

Para alguns historiadores, os estados de Minas Gerais e São Paulo, com suas respectivas oligarquias de cada estado teriam firmado uma dominação mais duradora por meio de pactos de revezamento no governo federal. Essa aliança ficou conhecida como a "política do café com leite". Ambos os partidos republicanos, paulista e mineiro, fizeram parte desse pacto, na tentativa de assegurar a hegemonia dessas oligarquias no poder. Ora São Paulo indicava um presidente, ora um vice, revezando as posições com o estado mineiro.

Perceba que a partir da hegemonia dessas duas oligarquias foi possível aprovar e manter a política de valorização de café que vimos acima. Asseguravam-se "os lucros dos cafeicultores e, conforme a clássica tese do economista Celso Furtado, a "socialização dos prejuízos", já que a dívida deveria ser paga por toda a sociedade" (POLÍTICA DOS GOVERNADORES, 2010, p. 9).

A política dos estados e de valorização do café continuariam ainda por muitos anos. Nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial e durante o conflito, o preço do café passaria ainda por altos e baixos e a economia do Brasil, percebida pelos trabalhadores, nos arrochos salariais e nos aumentos de preço dos alimentos e alugueis, incentivaria sublevações dos operários.

Assimile

Contexto da Primeira Guerra Mundial e participação brasileira

> A Grande Guerra ou Primeira Guerra Mundial começou em agosto de 1914 e terminou em novembro de 1918. Tal evento dramático aglutinou, inicialmente, as forças aliadas da chamada Tríplice Entente, composta pelo reino da Grã-Bretanha, os impérios da Rússia e do Japão e a República da França, contra as forças da Tríplice Aliança, composta pelos impérios centrais da Alemanha e da Áustria Hungria, o império Turco-Otomano e o reino da Itália. No desenrolar do conflito, ambos os lados sofreram alterações em sua composição: a própria Itália entrou efetivamente na guerra ao lado da Tríplice Entente e não da Tríplice Aliança, e o Império Russo retirou-se da guerra em 1917 devido a graves problemas internos, ocupando seu lugar na Entente os Estados Unidos. A princípio neutro diante do conflito, o Brasil revogou a neutralidade em favor da França, Rússia, GrãBretanha, Japão, Portugal e Itália em junho de 1917, reconheceu o estado de guerra em novembro seguinte e enviou uma Divisão Naval em Operações de Guerra em maio de 1918. (PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, 2010, p. 1)

O contexto da Primeira Guerra Mundial traria significativas mudanças, para além de econômicas, ao nosso país.

> Os últimos anos da Primeira Guerra Mundial e os primeiros do pós-guerra foram marcados por um ciclo de agitação social global. Os países beligerantes, como todos os contextos nacionais afetados pela desestabilização da economia, foram palco de levantamentos populares contra os açambarcamentos e a carestia de vida e de uma onda de greves com uma adesão inédita. (PEREIRA, 2014, p. 45)

As greves de 1917 tomaram muitas cidades, incluindo importante capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife (TOLEDO, 2017, p. 498). Na capital paulista, por exemplo, por volta de cem mil trabalhadores, sendo eles homens, mulheres e crianças, tomaram a cidade "e, com a violência policial e o agravamento contínuo da situação dos operários, [a greve] transformou a cidade em palco de uma verdadeira revolta urbana (TOLEDO, 2017 p. 499). Houve ainda uma série de greves

e revoltas operárias em cidades menores, no interior dos estados, evidenciando que as pautas operárias incendiaram um rastilho de pólvora por todo o Brasil.

Vimos em algumas seções anteriores que a condição de trabalho dos operários era extremamente extenuante e degradante. As indústrias e empresas, além de contratarem crianças e adolescentes para fazer com que os salários dos adultos se mantivessem sempre muito baixos, acabavam por oferecer pouca ou nenhuma segurança aos trabalhadores (PEREIRA, 2014, p. 46). Eram comuns os acidentes, amputações e mortes sem que os empregados recebessem qualquer remuneração ou afastamento remunerado para se recuperar. Além dessa insegurança, os abusos no ambiente de trabalho eram comuns. Chefes de seção, patrões ou encarregados frequentemente abusavam das trabalhadoras, mulheres ou crianças, e usavam de força física para coagir os operários a trabalharem em ritmos extenuantes.

Com a Primeira Guerra Mundial, a inflação atingiu níveis extremos, prejudicando diretamente a subsistência de trabalhadores cujos salários já eram muito baixos (PEREIRA, 2014, p. 47). Na Europa, por exemplo, houve uma série de revoltas por conta da flutuação dos preços dos alimentos, as chamadas food riots. "A ação coletiva foi dirigida especialmente contra o açambarcamento e a especulação sobre os preços dos géneros de primeira necessidade" (PEREIRA, 2014, p. 48). Havia carestia de gêneros como carne, pão, farinha, café, por conta da guerra, mas comerciantes aproveitavam a grande procura por esses alimentos para especular, fazendo com que o preço desses itens aumentasse muitos e ficassem fora do alcance dos trabalhadores e trabalhadoras que se revoltaram.

Assimile

Para além de reinvindicações ao patrão: trabalhadores queriam mudanças estruturais

> "Essas reivindicações expressavam os interesses e necessidades dos trabalhadores e exigiam a ação tanto do Estado como dos empregadores, e nos dizem muito sobre as dificuldades da vida e do trabalho da população pobre das cidades naquele período, mas também sobre a mudança na relação com o Estado. Algumas reivindicações eram conjunturais, ligadas ao contexto específico, mas os trabalhadores aproveitaram a mobilização geral para trazer à tona outras antigas reivindicações ligadas a questões mais estruturais. (TOLEDO, 2017 p. 507)

No Brasil, a situação foi bastante similar. A inflação logo atingiu o país por conta de represálias vindas da Inglaterra. Ao adotar uma posição neutra durante o conflito, o Brasil continuou a fazer negócios com a Alemanha e sofreu sanções dos países da Tríplice Entente e seus aliados, que passaram a não mais comercializar com várias empresas brasileiras. Outro ponto foi a dificuldade de manter as exportações, pois os oceanos se transformaram, também, em zona de guerra (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]).

Exemplificando

Figura 2.1 | O feijão noticiado

O feijão.

A nossa imprevidencia está a nos proporcionar privações bem duras.

Não cuidámos em tempo util da lavoura, que fatalmente ha de ser um dia a base da nossa riqueza, e sempre achámos mais facil importar tudo do estrangeiro, até o alimento.

Dizendo-se que o Brazil importa a maior parte do feijão e do arroz que consome, e bem assim a farinha para o fabrico do pão, está dito tudo.

Se tivessemos enfrentado resolutamente o problema da polycultura e o tivessemos resolvido, dispondo, aliás, a nosso favor de todas e das melhores condições para supprir folgadamente as necessidades internas e transformarmo-nos em exportadores de muitos productos, não só não luctariamos agora com a falta de generos de primeira necessidade, nem com a apavorante carestia dos mesmos, que cada vez se torna mais insupportavel, como ganhariamos agora muitissimo ouro europeu, fornecendo os generos ás nações em lucta no velho continente.

Mas a nossa imprevidencia é como a bondade de Deus: é infinita.

O resultado ahi está patente. O modesto feijão preto vai subindo de preço, como se fosse... café.

Portugal era um dos nossos fornecedores dessa ora preciosa leguminosa, o que muita gente ignora, digamos de passagem. Viu-se a antiga metropole na contingencia de entrar na conflagração européa, e, como era de esperar, foi diminuindo a remessa para este lado do Atlantico dos generos que lá tambem se consomem.

Aqui no Brazil, sem contar outros centros productores de menor importancia, representa o Estado do extremo sul o papel de celleiro da capital da Republica quanto ao feijão.

E tal qual se verifica entre paizes differentes, que não estão ligados pela lingua e pelos interesses, se difficulta de lá a exportação do grão negro.

Calculou-se que o Rio precisa no minimo de 4.000 saccos por semana.

Depois de uma troca de correspondencia semi-diplomatica, devido á interferencia do Centro Commercial de Cereaes, conseguimos que nos sejam remettidos *mensalmente* 2.400 saccos.

All right.

Fonte: BIBLIOTECA Nacional (1915, p.1).

Há diversos elementos que podemos analisar nessa matéria intitulada *O feijão*. Primeiramente, a dependência nacional ao feijão de Portugal, evidenciando a preferência dos latifundiários em plantar gêneros como café e açúcar e a falta de uma política nacional pela policultura, como afirmado no texto. O autor continua apontando os resultados da "imprevidência", de não sermos nem autossuficientes em gêneros de primeira necessidade. Além da falta de feijão e arroz, as pessoas estavam pagando preços altíssimos, parecidos com o preço do café. Afinal, os países europeus diminuíram as remessas de seus produtos agrícolas para o exterior ou por conta da destruição que se instalava ou por previdência, com o objetivo de manter o fornecimento nacional. Por fim, o autor

> apresenta uma soma muito preocupante. O Rio de Janeiro receberia apenas pouco mais da metade do que consumia geralmente de Portugal, ou seja, a carestia e preços abusivos se instalariam.

Os industriais brasileiros colocavam suas fábricas a todo vapor, "num contexto de intensificação da produção industrial" (TOLEDO, 2017, p.502). A guerra e na destruição dos países europeus abria uma brecha para que os industriais abocanhassem uma parcela maior da produção para o mercado nacional, porém, o fizeram excedendo as horas trabalhadas pelos operários que costumeiramente já tinha seus turnos com mais de dez horas.

Em 1917, a situação ficou insustentável. Jornadas excediam 13 horas, carestia e inflação dominavam a vida dos trabalhadores. Organizados, os operários demandaram jornada de oito horas, semana inglesa (descanso aos Domingos), pagamento pontual feito quinzenalmente, aumento de salário e diminuição nos alugueis das casas operárias e o "imediato barateamento dos gêneros de primeira necessidade" (TOLEDO, 2017, p.504).

Alguns historiadores defendem que as greves de 1917 nasceram pela carestia e inflação e adquiriu caráter reivindicatório a direitos trabalhistas após a entrada de anarquistas e socialistas nos movimentos. Outros historiadores, por outro lado, apontam que foram movimentos paralelos, nos quais as demandas por alimentos com preços mais baixos se completavam a exigências de melhores condições de trabalho e pagamento. De qualquer maneira, a presença de grevistas anarquistas e socialistas é de extrema importância. A **Revolução Russa (1917)** entusiasmou muitos dos socialistas e anarquistas no território brasileiro que esperavam que acontecimentos semelhantes tomassem o Brasil. O discurso anarquista e socialista, apesar de diferentes entre si, viam na organização operária uma saída da opressão.

Exemplificando

Figura 2.2 | Protestos e greves

A GRE'VE ALASTRA-SE

Um protesto dos operarios do Votorantim

O pessoal da fabrica "Ypiranga" ainda não voltou ao trabalho

O Banco União, proprietario da fabrica de tecidos Votorantim, fez pela secção livre dos jornaes uma publicação em que qualifica de intrataveis, desordeiros e anarchizadores systematicos os operarios que foram despedidos.

Em resposta a essa publicação, os operarios fizeram distribuir naquella localidade um boletim em que protestam contra esse ataque, reaffirmando que a gréve foi puramente um movimento de defesa contra a ganancia dos patrões, que, além de lhes pagar irrisorio salario, ainda o faz com injustificavel demora e os amarra a um armazem em que sacrificam grande parte dos seus ganhos.

Os despedidos appellam para a solidariedade dos seus companheiros, lembrando-lhes que o fracasso da gréve seria uma vergonha e abriria um precedente que os sujeitaria, futuramente, ás maiores humilhações.

O pessoal, effectivamente, tem-se mantido firme nas suas reclamações, recusando-se a voltar ao trabalho emquanto não as virem attendidas.

A fabrica Votorantim foi arrendada, por 1.000 contos annuaes, a um grupo de capitalistas de S. Paulo e do Rio, á frente dos quaes se acham os srs. Pereira Ignacio & Comp.

E' de esperar que a nova direcção consiga entrar em accôrdo com os operarios, satisfazendo-os como é de justiça, para evitar a ambas as partes os prejuizos a que estão sujeitos.

***

Os srs. Nami Jaffet & Comp., proprietarios da fabrica de tecidos Ipiranga, já cederam ás reclamações dos operarios quanto ao dia do pagamento e a suspensão do serviço ás 4 horas dos sabbados. Quanto ao augmento de 20 % nos salarios diurnos e de 25 % para os salarios nocturnos, aquella firma fez uma contra-proposta, offerecendo um augmento respectivamente de 15 % e 17 %.

O pessoal não acceitou essa contraproposta e insiste nas suas primitivas exigencias. Por sua vez, os srs. Nami Jaffet declaram que já chegaram ao maximo das concessões e que não cederão mais nada. Preferem fechar a fabrica a assumir compromissos que não poderão cumprir, tendo em vista a situação financeira.

Nestas condições, o conflicto permanece insoluvel, continuando os operarios em parede e os srs. Nami Jaffet & Comp. dispostos a resistir ás suas exigencias.

*** *A' semana passada não houve um só caso de febre typhoide. Terá a população paulistana chegado ao periodo da immunização natural?...*

Para o Rio

Pelo nocturno de luxo embarcou hontem para o Rio de Janeiro o sr. dr. Oscar Rodrigues Alves, secretario do Interior.

Epidemia em Santos?..

Por decreto de hontem foi nomeado para exercer, em commissão, o cargo de inspector sanitario em Santos, o sr. dr. José Martins Fontes.

Conde Matarazzo

Do sr. cav. Ermelino Matarazzo recebemos um attencioso cartão de agradecimentos pelas referencias feitas a seu pai, sr. conde Francisco Matarazzo, que acaba de ser agraciado pelo rei Victor Manuel.

Fonte: BIBLIOTECA Nacional (1915, p.1).

> Na notícia do jornal, vemos algumas das reivindicações dos trabalhadores que entraram em greve. A diminuição da carga horária aos sábados, adicional de 25% aos operários do período noturno, entre outros. O que mais chama atenção nessa matéria é a denúncia que os trabalhadores teriam feito em um folhetim. Eles recebiam salários atrasados e boa parte do valor ficava comprometido no sistema de armazém/galpão. Em outras palavras, os empresários ofereciam lojas para compra de gêneros de primeira necessidade, mas colocavam preços abusivos, o que comprometia grande parte dos pagamentos futuros desses trabalhadores. Quanto à greve, os empresários já haviam tomado medidas: ofereceram contrapropostas que não foram aceitas e já haviam demitido funcionários em uma tentativa de fazer os trabalhadores retornarem à jornada regular.

Além da carestia, inflação e das péssimas condições de trabalho, havia um contexto internacional no qual vários países também enfrentavam greves de trabalhadores e saques. Havia ainda:

> “[...] a propaganda desenvolvida pelas várias lideranças anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionárias; as atividades concretas de organização da classe trabalhadora com a criação de sindicatos, uniões, ligas e federações, e também a conjuntura internacional, marcada pela Revolução Russa e por uma onda revolucionária que atingiu a Europa. (TOLEDO, 2017, p. 515)

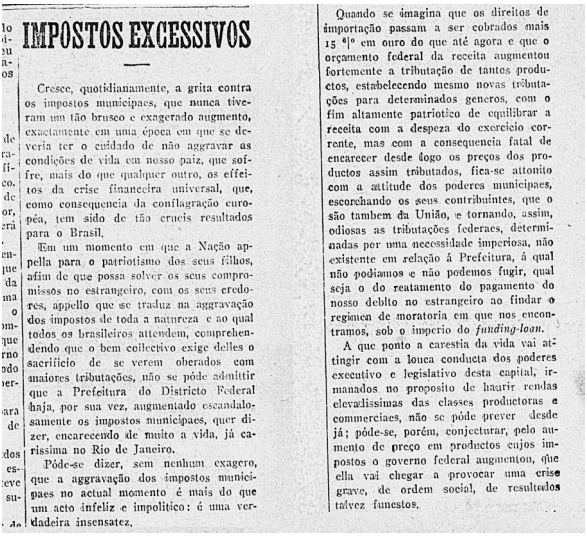
As greves, portanto, não foram uma exclusividade do território brasileiro e também não foram causadas exclusivamente por eventos nacionais. Temos de lembrar que a imprensa operária era bastante forte na época e que as notícias sobre organizações operárias e sobre a busca por direitos corriam as páginas dos jornais. O mesmo valia para ideias socialistas, anarquistas e de caráter sindical revolucionário. Elas povoavam diferentes jornais e clamavam por uma maior organização dos trabalhadores.

Em uma República dominada por oligarquias que faziam todo o tipo de acordo para se manter hegemônicas, os trabalhadores viram nas organizações sindicais, de caráter socialista, anarquista e de esquerda, uma maneira de lutar por seus direitos e exigir mudanças nas políticas econômicas conduzidas pelo governo federal.

Sem medo de errar

Com o objetivo de conectar o aprendizado dessa seção com a queixa dos alunos sobre política e economia, você apresenta uma matéria de jornal e pede que os estudantes a leiam. Os jornais são uma ótima fonte para relacionar o cotidiano das pessoas com a política, seja ela nacional, municipal e estadual. Ao apresentar notícias, queixas ou colunas desses periódicos, conseguimos demonstrar aos nossos alunos como a política estava disseminada na sociedade e como mudanças nos governos afetavam diretamente a vida das pessoas.

Figura 2.3 | Notícias sobre impostos



IMPOSTOS EXCESSIVOS

Cresce, quotidianamente, a grita contra os impostos municipaes, que nunca tiveram um tão brusco e exagerado augmento, exactamente em uma época em que se deveria ter o cuidado de não aggravar as condições de vida em nosso paiz, que soffre, mais do que qualquer outro, os effeitos da crise financeira universal, que, como consequencia da conflagração européa, tem sido de tão crueis resultados para o Brasil.

Em um momento em que a Nação appella para o patriotismo dos seus filhos, afim de que possa solver os seus compromissos no estrangeiro, com os seus credores, appello que se traduz na aggravação dos impostos de toda a natureza e ao qual todos os brasileiros attendem, comprehendendo que o bem collectivo exige delles o sacrificio de se verem oberados com maiores tributações, não se póde admittir que a Prefeitura do Districto Federal haja, por sua vez, augmentado escandalosamente os impostos municipaes, quer dizer, encarecendo de muito a vida, já carissima no Rio de Janeiro.

Póde-se dizer, sem nenhum exagero, que a aggravação dos impostos municipaes no actual momento é mais do que um acto infeliz e impolitico: é uma verdadeira insensatez.

Quando se imagina que os direitos de importação passam a ser cobrados mais 15 % em ouro do que até agora e que o orçamento federal da receita augmentou fortemente a tributação de tantos productos, estabelecendo mesmo novas tributações para determinados generos, com o fim altamente patriotico de equilibrar a receita com a despeza do exercicio corrente, mas com a consequencia fatal de encarecer desde logo os preços dos productos assim tributados, fica-se attonito com a attitude dos poderes municipaes, escorchando os seus contribuintes, que o são tambem da União, e tornando, assim, odiosas as tributações federaes, determinadas por uma necessidade imperiosa, não existente em relação á Prefeitura, á qual não podiamos e não podemos fugir, qual seja o do reatamento do pagamento do nosso debito no estrangeiro ao findar o regimen de moratoria em que nos encontramos, sob o imperio do *funding-loan*.

A que ponto a carestia da vida vai attingir com a louca conducta dos poderes executivo e legislativo desta capital, irmanados no proposito de haurir rendas elevadissimas das classes productoras e commerciaes, não se póde prever desde já; póde-se, porém, conjecturar, pelo augmento de preço em productos cujos impostos o governo federal augmentou, que ella vai chegar a provocar uma crise grave, de ordem social, de resultados talvez funestos.

Fonte: BIBLIOTECA Nacional (1917, p.1).

Pede ainda que relacionem o conteúdo da matéria com a seguinte foto:

Figura 2.4 | Trabalhadores e São Paulo na greve de 1917

Fonte: https://goo.gl/NLFEV3. Acesso em: 8 out. 2018.

Você logo adverte seus alunos sobre a matéria: apesar de citar um imposto municipal da cidade do Rio de Janeiro, ela traz todo o cenário de carestia por conta das políticas públicas em nível estadual e federal. Após a leitura, alguns alunos apontam para o crescimento de impostos retratado no texto e também para a falta de incentivos para a indústria nacional. Outros conseguem perceber a relação que o autor fez entre carestia, alta de impostos, baixa qualidade de vida e futuras sublevações. Você, então, aproveita esses apontamentos para relacionar a foto com a notícia. As políticas do governo, com a proteção constante ao café, custaram investimentos no âmbito nacional e conduziram o país a uma perda intensa de qualidade de vida. Você diz, também, que não foi à toa que as reivindicações mais imediatas dos operários, na greve de 1917, foram contra a carestia, a pobreza que enfrentavam, os preços abusivos dos gêneros alimentícios. Diariamente, esses trabalhadores viam seus salários perderem valor. A situação se tornava inviável e, como o autor da reportagem previa, sublevações foram organizadas em várias cidades. Trabalhadores pediam fim à carestia, aumento de seus salários e reivindicavam melhores condições trabalhistas. Você, então, conclui que, por mais que não gostemos, a política e a economia estão em nossas vidas, no preço do pão, no salário que nos é oferecido e no nosso poder de compra.

Faça valer a pena

1. Leia o trecho a seguir:

> “Durante todo o mandato de Campos Sales (1898-1902) foi levada a cabo uma política deflacionária, tendo havido uma elevação geral dos impostos federais, estaduais e municipais, um aumento do custo de vida, carestia e falências de empreendimentos industriais e agrícolas. (ARIAS NETO, 2013, p. 214)

Sobre a política econômica destacada no trecho, é correto afirmar que:
a) Tinha apoio popular, uma vez que, Campos Sales, eleito pelo povo, tentava abaixar a inflação originária da economia imperial.
b) Estava profundamente relacionada com as oligarquias cafeeiras que, apesar de não conseguirem eleger seus representantes, faziam valer suas vontades pelo seu poder financeiro.
c) Se baseava num intricado jogo político – envolvendo acordos entre os governadores, prefeitos e deputados – o qual assegurava a alternância de poder entre trabalhadores e empresários.
d) Foi baseada em exigências feitas por bancos ingleses que após um empréstimo feito procuravam regular a economia brasileira.
e) Foi um dos poucos momentos que a regularidade da Primeira República foi abalada, uma vez que crises econômicas não marcaram o período.

2. Leia o trecho abaixo e considere as afirmações.

> “À greve geral de São Paulo seguiram-se várias outras em diversas partes do país. Verdadeiras multidões saíram às ruas para protestar e reivindicar. Manifestações quase diárias ocorreram em várias cidades contra o alto custo de vida, o trabalho de crianças, os baixos salários e tantos outros problemas que afligiam os trabalhadores no Brasil. Elas foram organizadas pelos próprios trabalhadores e contaram com a participação de lideranças sindicalistas, anarquistas, socialistas e de outros grupos descontentes com a situação do país. (TOLEDO, 2017, p. 499)

I. As reivindicações eram contra a carestia e as precárias condições de trabalho enfrentadas pelos operários.
II. As crianças eram vistas como inimigas da causa operária, pois sua presença no mercado de trabalho fazia com que os salários ficassem sempre baixos.
III. As organizações de trabalhadores não conseguiam divulgar suas ideias para outras cidades, por conta da limitação dos meios de comunicação da época.
IV. Anarquistas, socialistas e outros grupos faziam parte das organizações que acabaram por extrapolar suas reivindicações para fora das fábricas.

3. Leia o trecho abaixo:

> "A política dos governadores teve como objetivos confinar as disputas políticas no âmbito de cada estado, impedindo que conflitos intra-oligárquicos transcendessem as fronteiras regionais, provocando instabilidade política no plano nacional; chegar a um acordo básico entre união e os estados; e por fim as hostilidades existentes entre executivo e Legislativo, controlando a escolha de Deputados. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 2)

Sobre o trecho e o período a que se refere, assinale a alternativa correta:
a) A política dos governadores era uma aliança firmada entre os governos dos estados brasileiros para evitar conflitos políticos.
b) A política dos governadores propunha um revezamento de oligarquias no poder e a eleição em níveis estaduais e municipais que beneficiassem o governo federal.
c) A política dos governadores foi uma maneira encontrada para colocar fim à prática do coronelismo, uma vez que a União e os Estados passaram a ter mais força que o poder local.
d) A política dos governadores foi uma medida adotada por Campos Sales para governar sem conflitos e que acabou no último ano de seu mandato.
e) A política dos governadores visava uma maior participação popular dos estados, fortalecendo-os em detrimento do governo federal.

Seção 2.2

Da ruptura com a Primeira República ao Governo Provisório de Vargas

Diálogo aberto

A história da Primeira República e também da ascensão de Vargas é bastante política, ou seja, repleta de detalhes sobre disputas parlamentares, eleitorais, tentativas de golpes e insurreições. Nas últimas seções, você já analisou muitos desses acontecimentos e conhecendo tal característica do período, sabe que alguns alunos podem achar seu estudo bastante monótono.

Alguns alunos dizem que esse período é extremamente "chato". Inclusive, boa parte dos alunos consideram que política é sempre "a mesma história" e que os políticos nunca propõem mudanças e só têm interesses individuais. Como professores e historiadores, ouvimos constantemente essas afirmações apontando por permanências profundas no decorrer histórico. Mudanças políticas, exceto as mais profundas, são inexistentes, na perspectiva de certos alunos e do senso comum. Do mesmo modo, repete-se sempre a ideia de que todos os políticos são iguais.

Nosso dever, portanto, é questionar essa percepção e, simultaneamente, ensinar o conteúdo obrigatório. Como, então, explicar aos alunos do 9º ano as mudanças profundas que levaram ao fim da Primeira República e desconstruir essa ideia de que política é sempre igual no decorrer histórico?

Não pode faltar

Na primeira unidade, vimos o nascimento da Primeira República Brasileira. Sob forte influência dos cafeicultores, ex-senhores de escravos, um novo Estado se firmava. Esses produtores agrícolas haviam conseguido que o Estado brasileiro dividisse com eles qualquer prejuízo nas vendas do café, ou seja, fizeram com que dinheiro público fosse destinado a eles a fim de garantir um mínimo de lucro em suas operações. A participação do exército também ficou evidente, uma vez que a Proclamação foi feita por um Marechal e os primeiros mandatos de presidentes foram militares. No entendimento das elites políticas, o exército e os diversos acordos que surgiram entre as lideranças regionais, especialmente do sul e sudeste, foram imprescindíveis para a manutenção da ordem e para a sustentação da própria República. Vimos também que a República das oligarquias era extremamente excludente, apesar de se considerar democrática. A restrição na participação

política, pelo voto de alfabetizados, as eleições fraudadas por violências e deturpações marcaram a Primeira República. E, de certa maneira, os movimentos messiânicos, trabalhados na última seção, são um sintoma da distância entre população e governo.

Na esteira da falta de representatividade do governo republicano, da força das oligarquias cafeeiras, um movimento ganhou força: o **tenentismo**. Temos de lembrar que foram diversas as crises econômicas que marcaram os primeiros anos e décadas do século XX, porém, as oligarquias cafeeiras articularam-se por meio de seus poderes políticos com os diversos governos presidenciais para compartilhar os prejuízos de suas safras com o restante da população. Além de gerar um descontentamento, essa "socialização das perdas" intensificou as "tensões interoligárquicas", ou seja, de outras elites não necessariamente produtoras daquele grão (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). Vamos entender, então, as causas desse movimento.

Assimile

Tenentismo: uma conspiração e um governo

> "O significado do Tenentismo foi forjado na proporção de suas ações, que ocorreram entre 1922 e 1934. Nesse período, existiu como movimento de conspiração e como governo. De 1930 a 1934, período marcado pela participação no governo e pela formação do Clube 3 de Outubro, o tenentismo teria vivido s sua fase final e menos original. (LANNA JR., 2013, p. 315)

Em 1921, mais uma vez, a República recebia duras críticas. Um movimento político e eleitoral, chamado **Reação Republicana**, foi criado para fazer duras oposições à maneira que se conduziam as eleições e o próprio governo republicano. Nas eleições para o governo de 1922, "pela primeira vez o confronto entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou claramente numa disputa sucessória, revelando as tensões regionais interoligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro" (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). Até aquele momento a política dos governadores, instaurada pelo presidente Campos Sales, havia controlado as oposições e restringido os conflitos regionais, porém, a dissidência de parte dos estados na proposta de um segundo candidato apontava para o fim daquele acordo.

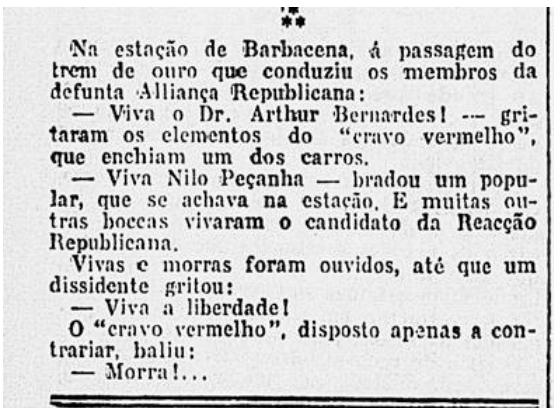
Os estados de Minas Gerais e São Paulo colocavam como seu candidato **Artur Bernardes** (1875-1955), enquanto a Reação propunha **Nilo Peçanha** (1867-1924) do Rio de Janeiro em uma coligação com estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, e Bahia, para além do território carioca. Os dissidentes que propunham a candidatura de Peçanha também publicaram

um documento com profundas crítica à *política dos governadores*. Ao longo de sua campanha, o candidato fazia referências diretas a uma retomada dos princípios democráticos e republicanos. O movimento ainda propunha um fortalecimento das forças armadas, afastadas de pastas e ministérios durante o mandato de **Epitácio Pessoa** (1865-1942), entre 1919 e 1922.

A campanha de Nilo Peçanha foi uma das primeiras a utilizar propaganda eleitoral. Para alcançar a situação, retratada pela candidatura de Artur Bernardes, Peçanha e a Reação Republicana precisavam que oligarquias dissidentes e classes populares letradas votassem, e a propaganda tinha esse objetivo.

Exemplificando

Figura 2.5 | Trecho do jornal À Noite



Na estação de Barbacena, á passagem do trem de ouro que conduziu os membros da defunta Alliança Republicana:

— Viva o Dr. Arthur Bernardes! — gritaram os elementos do "cravo vermelho", que enchiam um dos carros.

— Viva Nilo Peçanha — bradou um popular, que se achava na estação. E muitas outras boccas vivaram o candidato da Reacção Republicana.

Vivas e morras foram ouvidos, até que um dissidente gritou:

— Viva a liberdade!

O "cravo vermelho", disposto apenas a contrariar, baliu:

— Morra!...

Fonte: Jornal A Noite (1922, p. 2).

Nesse pequeno trecho do jornal vemos uma história que não necessariamente precisa ter acontecido, mas que nos traz alguns pontos importantes da política da época. Primeiramente, o trem da "defunta Aliança Republicana" em uma referência possível à própria morte da República por conta dos diversos acordos entre as oligarquias, fraudes nas eleições e os sucessivos processos de "degola" dos candidatos. Pode também ser uma referência a própria Aliança Republicana fundada em 1918 por políticos do Rio de Janeiro que enfrentou uma importante evasão de membros após o apoio da AR à candidatura de Bernardes. O apoio fica evidente no grito que vem de dentro do vagão apoiando o candidato. De acordo com o jornal, os populares da estação eram apoiadores de Nilo Peçanha e revidaram o apoio a Bernardes com gritos, ovacio-

nando seu candidato. Para apaziguar os ânimos, um terceiro grita "Viva a liberdade", em uma alusão aos princípios republicanos das eleições. A anedota ou o ápice do pequeno parágrafo está na resposta vinda de dentro do vagão, do apoiador de Bernardes, que grita "morra". Morra a liberdade era o que ele queria dizer?

Se o fato aconteceu ou não, é pouco importante para o historiador. Temos de nos atentar a maneira que o jornal colocou o possível encontro entre as duas vertentes políticas. De um lado Peçanha, apoiado por muitos, de outro Bernardes, apoiado por uma "defunta Aliança Republicana", e, por fim, um apoiador que prefere a morte da liberdade à vitória de Nilo Peçanha.

A Reação Republicana contou, ainda, com a aproximação dos militares. Como dito anteriormente, a relação do governo republicano com os setores militares estava bastante corroída, já que no governo de Pessoa, as pastas tradicionalmente militares foram dadas a civis. Apesar dos apoios das oligarquias dissidentes, de boa parte dos militares e das classes urbanas, Nilo Peçanha não venceu. É essencial lembrar, como vimos na última seção, que a máquina estatal trabalhava para que o partido da situação pudesse continuar no poder. "Diferente dos pleitos anteriores, porém, não houve uma aceitação dos resultados eleitorais pela oposição" (BELOCH & ABREU, 2010, [s.p.]).

Em julho de 1922, a situação se tornava uma rebelião no Rio de Janeiro, sede das forças militares. A participação dos tenentes e militares iniciou o movimento conhecido como tenentismo. Apesar dos esforços, a rebelião logo foi contida, com dois feridos entre os revoltosos. A falta de apoio popular e de articulação da revolta com o povo podem ser considerados um dos fatores para a queda rápida do movimento. Para além da baixa adesão, os rebeldes contavam com o avanço de tropas por mar e por terra (LANNA JR., 2013, p. 317). Essa rebelião ficou conhecida como 18 do Forte, em uma referência à tomada do Forte de Copacabana e ao número de rebeldes, ainda que não haja um número certo sobre a exata quantidade de pessoas presentes.

Quando o mandato de Bernardes se iniciou, em novembro, sob estado de sítio, qualquer participação dos deputados a favor de Peçanha foi rechaçada de cargos na mesa da Câmara, o que causou uma radicalização ainda maior (BELOCH & ABREU, 2010, [s.p.]).

Em 1924, no entanto, o movimento tenentista se espalhava por alguns estados. "Agora os tenentes não falavam mais em nome do Exército, como em 1922. Supunham representar os 'interesses nacionais'" (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). O programa e a suas intenções pareciam estar muito mais consolidadas também. Propuseram o voto secreto, em uma tentativa de acabar com o voto de cabresto, reafirmação da liberdade de imprensa e o estabelecimento

de equilíbrio entre os três poderes. Em 1824, uma coluna formou-se sob o comando de **Isidoro Dias Lopes (1865-1949)** e **Miguel Costa (1885-1959)** e marchou entre julho daquele ano até março de 1925 pelos estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, onde se encontrou com a Coluna de **Luís Carlos Prestes (1898-1990)**. Mas, então, o que era uma coluna? Era um movimento armado que, como uma caravana, movimentava-se por diversas cidades. No caso da Coluna, o objetivo era tomar o poder no Rio de Janeiro para tal. Para isso, eles passavam de cidade em cidade com planos de ocupar, por meio de invasões, pontos militares estratégicos. Após ocuparem a cidade de São Paulo, as tropas rebeldes cercadas se retiraram da localidade, pois temiam que o avanço do confronto pudesse prejudicar ainda mais o país.

Foi após essa debandada que os revoltosos se uniram à Coluna de Prestes e passaram a marchar por diversos estados.

Assimile

Luís Carlos Prestes, líder da Coluna do Rio Grande do Sul e o Tenentismo

> "Classificado em seguida no 1º Batalhão Ferroviário em Santo Ângelo (RS), aí se tornou chefe da seção de construção. (...) entrou em contato com o problema da corrupção administrativa, reforçando as suas posições quanto à necessidade de mudanças políticas no país. Por outro lado, ainda em Santo Ângelo [RS], foi despertado para a questão das condições de vida da população do interior, principalmente ao trabalhar com trezentos soldados analfabetos. Criou então uma escola, onde acumulou as funções de diretor eProfessor. (...) Os trezentos soldados da Companhia do 1º Batalhão Ferroviário que Prestes comandara na abertura da estrada de ferro o acompanharam no levante. O líder lançou um manifesto no qual assegurava ao povo "a ordem, o respeito à propriedade e à família", vinculando sua revolta à de São Paulo, comandada por Isidoro. Declarou também que seus objetivos eram depor Bernardes e impedir que a Inglaterra se apropriasse das alfândegas brasileiras para a amortização da dívida externa em 1927. (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.])

Quando percebemos a importância de uma Coluna formada no sul do país, conseguimos entender a dimensão do descontentamento dos tenentes com os rumos da República e com o mandato anterior de presidente, feito por Epitácio Pessoa. Após a união das Colunas de São Paulo e Rio Grande do Sul, dando origem a Coluna Miguel Costa- Prestes, o movimento ganhou nova força.

Assimile

Trecho de carta de Luís Carlos Prestes

> “O dr. Assis Brasil (quer dizer, o Partido Libertador, ora organizado no Rio Grande) e a parte mais importante do Partido Democrático de S. Paulo concorda hoje conosco em que somente a revolução – levada ao extremo da guerra civil – será remédio idóneo para resolver a situação nacional, e estão ambos dispostos a auxiliar-nos no sentido de se organizarem as forças indispensáveis à execução de um levante capaz de vencer os elementos de que dispõe o governo. Nesse sentido pedirei, ou melhor, pediram-nos a nós que constituímos a última coluna revolucionária – que aceitemos a chefia militar de tal organização. Depois de conversar com o Marechal Isidoro (cuja opinião a respeito de chefia militar, já era conhecida), vi-me na contingência de aceitar a posição ou lugar em que me colocaram. Fizeram do meu nome uma bandeira, e eu, como revolucionário, procurarei, no lugar em que me colocaram, cumprir as obrigações que a ele correspondem. (...) Todos os que meditarem criteriosamente a respeito da situação nacional, chegarão a estas mesmas conclusões: o Brasil está escravizado a uma terrível máquina de opressão, que é preciso ser, quanto antes, desmontada, desmantelada, completamente destroçada. (Acervo FGV/CPDOC, PRESTES, 1928, [s.p.])

O trecho retirado do líder da mais importante coluna da Revolução de 1930 traz elementos para a nossa análise. Para Prestes, a máquina estatal desenvolvida pelas oligarquias de Minas e São Paulo precisava ser destruída e para o mesmo líder não parecia haver outra maneira que não fosse por meio de uma guerra civil. Vemos, também, no trecho a ligação política da Coluna com movimentos do sul e também de São Paulo, evidenciando que as oligarquias dissidentes paulistas tinham interesse em destruir a hegemonia vigente.

Colunas se formaram no Mato Grosso, Sergipe, Belém do Pará e Rio de Janeiro (LANNA JR., 2013, p. 325). As revoltas foram abafadas, restando apenas a Coluna liderada por Prestes que “marchou aproximadamente 24 mil quilômetros, atravessando onze estados brasileiros” (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). A dita coluna sobreviveu o mandato de Artur Bernardes e viu a posse de mais um presidente da situação, **Washington Luís** (1869-1957).

O tenentismo, como movimento, acabou por ter várias cisões. Os tenentes não buscavam apoio e mobilização popular e se apoiavam nas dissidências

oligárquicas para tentar fazer uma revolução. Luís Carlos Prestes, no entanto, se afastava cada vez mais dessa estratégia e se aproximava de leituras marxistas e líderes comunistas, como **Astrogildo Pereira** (1890-1965), do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Os cismas pareciam estar muito difundidos na política brasileira da época, mesmo entre os governistas. São Paulo e Minas Gerais não concordaram sobre o presidente posterior à Washington Luís, o que fez com que os políticos mineiros se unissem com as oligarquias gaúchas, formando a Aliança Liberal, "que apresentou as candidaturas de **Getúlio Vargas** (1882-1954) e **João Pessoa** (1878-1930) para disputar o pleito presidencial de 1930" (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]).

O programa da Aliança Liberal propunha o voto secreto, a criação de uma justiça eleitoral, a independência do Judiciário, "a liberdade do pensamento e de imprensa, a moralização do Poder Legislativo, a anistia para os revolucionários de 1922,1924,1925-1927 e a adoção de medidas econômicas protecionistas para produtos de exportação além do café" (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). Para os trabalhadores, a candidatura de Vargas e João Pessoa ainda propunha a regularização do trabalho das mulheres e dos menores de idade que como vimos era uma pauta recorrente em greves. Além disso, propunha a extensão do direito à aposentadoria. Até aquele momento apenas algumas categorias tinham direito ao fundo de pensão, que era como uma poupança feita de modo particular pelos trabalhadores, porém, regulada pelo Estado.

A vitória de Júlio Prestes era, no entanto, iminente. Getúlio Vargas tentou, por várias vezes, construir uma conciliação com Washington Luís e seu sucessor. Após a vitória do candidato do Partido Republicano Paulista, a Aliança Liberal passou a denunciar diversas irregularidades na eleição, como a apuração do município de Osasco, com um eleitorado de 3.095 cidadãos, resultando, porém, em 6.018 votos para Júlio Prestes (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]).

A maioria governista passou a executar o processo de degola que, como vimos, consistia em reconhecer ou não certos candidatos, resultando na manutenção da hegemonia do partido da situação (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]).

> "O inconformismo da oposição fomentou a conspiração revolucionária, resultante da articulação dos grupos derrotados nas eleições com os "tenentes" que haviam participado dos movimentos de 1922 e 1924, até que, em 3 de outubro, a revolução eclodiu em diversos pontos do país. (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.])

A Revolução, construída ao longo de meses, eclodiu simultaneamente em Belo Horizonte e Porto Alegre onde os revolucionários conseguiram controlar prédios e unidades militares. Nos dias subsequentes, cinquenta mil voluntários juntaram-se à revolução. Na capital mineira, a população também se juntou aos revolucionários. Em seguida, no dia 4, a Revolução também tomou a capital da Paraíba e de Pernambuco. Logo as tropas avançaram para os estados de Sergipe e Bahia (BELOCH & ABREU, 2010, s/p) (REVOLUÇÃO DE 1930, 2010, p. 17-18). E as colunas gaúchas avançavam em direção a São Paulo. No Rio de Janeiro, generais exigiam a renúncia do ainda presidente Washington Luís, que se recusava a aceitar a ofensiva, mas após um cerco no Palácio da Guanabara, sede do Governo, acabou renunciando e, sendo substituído por uma junta provisória.

Os revolucionários não tinham nenhuma garantia, no entanto, que a tal junta lhes daria o poder ou faria mudanças profundas como aventado pela Aliança Liberal. "De Ponta Grossa, Vargas comunicou imediatamente à junta que prosseguiria a luta se não fosse reconhecido como chefe de um governo provisório" (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]). Em poucos dias, a Junta transferiu o poder à Vargas, dando início ao Governo Provisório.

> "Como chefe do Governo Provisório, Getúlio assumiu poderes ditatoriais, dissolvendo o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e câmaras municipais. Sem fixar prazo, prometeu convocar eleições para uma Assembleia Constituinte encarregada de estabelecer novo ordenamento jurídico-político em substituição à primeira constituição republicana(...) Vargas concedeu anistia aos tenentes, instituiu o Tribunal Especial como órgão de justiça revolucionária e criou os ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde. (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.])

Aos trabalhadores, leis foram promulgadas regulando o trabalho das mulheres e dos menores de idade e se estabeleceu o limite da jornada de trabalho diária em oito horas; todas as demandas das diversas greves da Primeira República. Na área da economia, o governo provisório centralizou decisões, proibindo estados de contrair empréstimos sem autorização do governo federal.

Reflita

Historiografia e a Revolução de 1930: um favor às classes trabalhadoras?

> As análises teóricas que se seguiram ao golpe de 1964 enquadraram numa mesma dimensão de vencidos a classe operária e os projetos políticos dos intelectuais, e nessa medida um 'fato político' que se fixou como referência universal àqueles que se pretendiam opositores do regime. (...)
>
> Essa reação dos setores intelectuais e essa estratégia dos discursos acadêmicos, próprias do período pós-1964, não deve mais ser encarada pelo ângulo já desgastado das análises cujas conclusões sugerem, via de regra, a inoperância e a insuficiência históricas do proletariado no Brasil. Há um viés voluntarista não apenas no pensamento político brasileiro, mas também nos discursos acadêmicos que sobrelevam, frequentemente, determinados grupos da sociedade ou, quando não, o Estado como agentes exclusivos para a realização e transformação históricas. Há, entre nós, um modo específico de pensar que, quando não anula a realidade das classes sociais, as reconhece vinculadas às noções de atraso e dependência da formação social brasileira, desqualificando invariavelmente a efetivação histórica dos conflitos na própria instituição do social. (DE DECCA, 1981, p. 32)

Apesar dos esforços do governo provisório, pairava a dúvida se as eleições iriam de fato acontecer. Em 1932, Vargas, então, instituiu o voto secreto, o voto feminino e criou a Justiça Eleitoral. O governo ainda se comprometeu a realizar um pleito para a constituinte (BELOCH & ABREU, 2010, s/p) (GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 27). Para as elites paulistas, não bastava um compromisso firmado pelo governo, especialmente porque as novas diretrizes econômicas postas por Vargas feriam a autonomia estatal. Iniciou-se, então, um movimento em São Paulo, com ampla adesão da classe média, a Revolução Constitucionalista de 1932.

Antes da eclosão da guerra civil, o Partido Democrático de São Paulo angariava apoiadores na classe média por uma constituinte, com o objetivo de retomar a influência política das oligarquias paulistas no governo. Desse movimento, estavam "ausentes as organizações operárias politicamente mais representativas e economicamente mais significativas, como a dos empregados têxteis, ferroviários, metalúrgicos, sapateiros, empregados da construção civil, marceneiros etc." (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]. Com o apoio das classes médias e universitárias, o Partido Democrático rompeu com o governo provisório no início de 1932 e, em pouco tempo, as oligarquias

mais tradicionais do Partido Republicano Paulista se uniram ao movimento. Grande parte do descontentamento dessas oligarquias era advindo da interrupção da política de valorização do café em 1931. Se antes, os governos estaduais e federais dispendiam muito dinheiro para diminuir os prejuízos dos cafeicultores, após 1931, os produtores do grão tinham que lidar só com as oscilações de mercado, não mais dividindo os ônus dos preços baixos de suas safras com o resto da população.

Pesquise mais

Para saber mais sobre a memória criada ao redor da Revolução Constitucionalista de 1932, consulte:

RODRIGUES, J. P. Tradição e retórica imagética: a construção da propaganda visual oposicionista no levante de 1932 em São Paulo. **História**, Franca , v. 30, n. 1, p. 372-395, 2011.

Foram diversos os motins nas ruas de São Paulo e em um deles quatro acadêmicos acabaram sendo mortos, dando origem ao anacrônico MMDC, iniciais dos falecidos. O MMDC era uma sociedade secreta cujo objetivo era organizar o levante contra o governo federal. Inicialmente, alguns grupos mineiros e gaúchos acenaram apoio ao levante, porém, logo voltaram atrás, deixando as oligarquias cafeeiras e as classes médias que conduziam o movimento em completo isolamento.

> “Isolados em suas fronteiras, bloqueados pelo litoral, com inferioridade brutal em homens, armas e tiros, os paulistas procuravam obter empréstimos no exterior, comprar armas e conseguir o reconhecimento do estado de beligerância pela Itália e outros países. Mas na realidade, apesar do elevado número de pessoas enviadas em missão ao exterior, nada de concreto foi obtido, e a compra de armamentos — condição básica para que o exército constitucionalista tivesse alguma possibilidade de resistir às tropas federais — não se realizou. (BELOCH; ABREU, 2010, [s.p.]).

Em poucos meses a revolta constitucionalista foi contida pelo governo federal. Apesar de terem perdido o conflito, as forças paulistas saíram com algum saldo positivo. Conseguiram que o governo provisório mantivesse a política da valorização do café e forçaram o governo federal a compor politicamente com as oligarquias paulistas, desejo e pauta frequentemente explicitados durante os meses de guerra.

A queda da Primeira República e ascensão de Vargas por meio de um governo provisório não fizeram com que as oligarquias desaparecessem do jogo político. A tentativa de Revolução, pelas classes médias e elites paulistas, é um sintoma de que os futuros governos deveriam orquestrar as forças políticas estaduais e federais. De fato, o novo governo, ainda que provisório, trazia importantes mudanças na maneira que o país era **conduzido**, retirando a exclusividade de comando **do** eixo Minas-São Paulo, por exemplo, e reconhecendo direitos trabalhistas há décadas demandados por operários e trabalhadores. Porém **o governo continuava** a lidar com a ascensão de elites dissidentes tanto em Minas como em São Paulo, que ao apoiarem a Revolução de 1930 buscavam também exercer poder político.

Sem medo de errar

Para seus alunos, todo regime político é igual e não há necessidade de ficar estudando os pormenores. Você, buscando explicar que a História é bem mais complexa, pede para que eles leiam com você o Poema de Carlos Drummond de Andrade, A flor e a naúsea

> "Preso à minha classe e a algumas roupas, vou de branco pela rua cinzenta.
> Melancolias, mercadorias, espreitam-me.
> Devo seguir até o enjôo?
> Posso, sem armas, revoltar-me?
>
> Olhos sujos no relógio da torre:
> Não, o tempo não chegou de completa justiça.
> O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
> O tempo pobre, o poeta pobre
> fundem-se no mesmo impasse.
>
> Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
> Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
> O sol consola os doentes e não os renova.
> As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.
>
> Vomitar este tédio sobre a cidade.
> Quarenta anos e nenhum problema
> resolvido, sequer colocado.
> Nenhuma carta escrita nem recebida.
> Todos os homens voltam para casa.
> Estão menos livres mas levam jornais

e soletram o mundo, sabendo que o perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio." (ANDRADE, 2012, p.13-14)

Apesar do poema ter sido escrito em 1945, a obra conjuga bem o momento vivido por Drummond, a Revolução de 1930 e a ascensão de Vargas nos anos seguintes. Você, então, pede que os alunos comparem o mundo do eu-lírico antes da rosa mencionada nascer. Alguns deles dizem que parecia muito chato, nauseante. Outros apontam para a sujeira. Você pede que eles vejam a referência ao anarquismo e ao ano de 1918, pós grandes greves, e assinala o ódio que percorria as pessoas e o eu-lírico. Nesse contexto, o eu-lírico

apresenta uma mudança, uma rosa, feia, sem cor. Na concepção do eu-lírico, a rosa feia **pode ser** Getúlio, afastando as galinhas, **os integralistas**, fascistas. **A rosa pode ainda significar a ideologia socialista, considerando o contexto da segunda guerra, na qual a União Soviética teve papel fundamental, que persiste no Brasil apesar do avanço do capitalismo. Se, para o eu-lírico, a rosa era Getúlio ou a ideologia socialista, ela trouxe importantes mudanças em sua vida nauseante.**

Você, então, conclui para seus alunos que, para nós, as mudanças políticas de uma determinada **época** podem **parecer sem significados** e muito monótonas, mas para as pessoas que nela viveram eram cruciais. Para o eu-lírico de Drummond, foi possível canalizar seu ódio, sua monotonia, o esgoto da cidade e propor algo novo, rompendo o asfalto, fazendo o impossível.

Quando estudamos e ensinamos História temos que nos lembrar que aquele contexto era tudo que as pessoas tinham e, se para nós ou para os alunos, parece bastante monótono, é porque sabemos o fim, conhecemos os eventos subsequentes. Para o sujeito histórico, tudo é indeterminado e uma rosa em meio a "um tempo de fezes", mesmo que feia, é a mais linda das rosas.

Faça valer a pena

1. Leia o trecho e avalie as afirmações:

> "A primeira diz respeito ao "lugar" que a democracia ocupou na prática e no discurso políticos dos anos 1930. É importante entender que, devido à montante internacional do antiliberalismo, foi possível para o pensamento autoritário do período capturar a bandeira da democracia, preenchendo-a de sentidos inteiramente novos e encontrando ampla recepção tanto junto às elites, como nas camadas populares da população. O significado histórico da palavra democracia, particularmente no caso da experiência brasileira, esteve associado à dimensão social e não política, o que permitiu a construção de um conceito aparentemente paradoxal: "democracia autoritária. (GOMES, 2005, p. 107)

I. A expressão "democracia autoritária" é uma referência ao governo de Vargas.
II. O período anterior à década de 1930 foi um período de democracia e republicanismo, com respeito às eleições e ao voto.
III. Democracia e direitos acabaram por se fundir na realidade brasileira, o que permitiu a ascensão de Vargas por meio de uma guerra civil.
IV. A chamada Revolução de 1930 recebeu adesão dos estados do sul e pouca ou nenhuma adesão no norte ou nordeste.

De acordo com o trecho e seus conhecimentos, as afirmações corretas são:
a) II e III.
b) II, III e IV.
c) III e IV.
d) I, II, IIII e IV.
e) I, III e IV.

2. Leia o excerto:

> "O tenentismo recebeu essa denominação uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das forças armadas, mas os oficiais de nível intermediário do Exército – os tenentes e os capitães. O alto-comando militar do Exército manteve-se alheio a uma ruptura pelas armas, assim como a Marinha. O movimento, que tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos (camadas médias e a classe operária das cidades). (FERREIRA; PINTO, 2013, p. 400)

Assinale a alternativa correta:
a) Como apontado no texto, o tenentismo ficou restrito a militares de baixa patente.
b) O tenentismo foi marcado por diversos motins que pretendiam a derrubada de Artur Bernardes e a concretização de práticas efetivamente republicanas e liberais.
c) Uma das reivindicações do movimento, era o combate à fraude nas eleições, o voto secreto e a manutenção do pacto dos governadores.
d) O tenentismo recebeu apoio popular e contou como participante a Coluna Preste, evidenciando sua distância das elites.
e) O tenentismo usava terra de guerrilha e atacava eventualmente, o que ocasionou perdas massivas de seus membros.

3. Leia o trecho:

> "O agravamento das tensões na década de 1920, as peripécias eleitorais das eleições de 1930, a crise econômica (de 1929) propiciam a criação de uma frente difusa que traduz a ambiguidade da resposta à dominação da classe hegemônica, em equilíbrio instável, contando com o apoio das classes médias de todos os centros urbanos, reúnem-se o setor militar, agora ampliado com alguns quadros superiores e as classes dominantes regionais. (FAUSTO, 1982, p. 112)

Assinale a alternativa correta:
a) A expressão "agravamento das tensões" remonta os motins tenentistas de 1922, 1924 e 1927, que visavam uma recolocação das forças armadas no governo central.

b) A "dominação da classe hegemônica" estava instável por conta de crises econômicas, incerteza na sucessão presidencial e pela retirada da política de valorização do café.
c) A ambiguidade do quadro apresentado pelo autor é o fato de o setor militar intervir por uma república que honrasse seus princípios.
d) No trecho, a expressão "peripécias eleitorais de 1930" é uma referência à quebra de acordo sobre a sucessão presidencial entre as oligarquias estaduais de Minas e São Paulo.
e) "As classes dominantes regionais" não conseguiram participar do movimento de 1920 e 1930 por conta da sua alta instabilidade política.

Seção 2.3

Do Governo Constitucional de Vargas ao Golpe do Estado Novo

Diálogo aberto

Na última seção, você aprendeu como a Revolução de 1930 era um sintoma e o ápice de décadas de uma República oligárquica e excludente. Os pactos dos governadores, a política do café com leite e o descaso com as populações pobres em tempos de crises econômicas foram os principais motivos que levaram a adesão da população à Revolução.

Vamos recordar o contexto de aprendizagem apresentado que envolvia você como professor de História de uma sala. Seus alunos, a partir dos estudos sobre a Revolução de 1930, perguntaram se não houve nenhum movimento que propunha uma mudança radical para "melhorar o Brasil". Para eles, a Revolução de 1930 não trouxe tantas mudanças e nem "revolucionou" o país. Você explica, então, que as demandas e também propostas de mudanças são resultados de um contexto no qual se vive e que elas precisam ser analisadas em conjunto. Em outros termos, você lembra os estudantes que não podemos cobrar do passado perspectivas do presente. Ao mesmo tempo, outra questão se apresenta a você, professor: como explicar as diversas profusões de ideologias e críticas, inclusive, ao recém governo provisório para seus alunos? Quais materiais, fontes históricas, podem auxiliá-lo a explicar a importância da Revolução de 1930 e as críticas que esse evento recebeu? O estudo da presente seção, que inclui movimentos críticos como a Ação Integralista e a Aliança Nacional Libertadora, auxiliará você na resolução dessa situação.

Não pode faltar

Os primeiros anos desde a Revolução de 1930 foram bastante incertos. A ascensão de um governo provisório e a demora em construir uma nova constituição geraram muita ansiedade e incertezas sobre as eleições e o futuro do próprio país. Era perceptível o objetivo centralizador de **Getúlio Vargas (1882- 1954)** desde o início de seu governo.

Já nos primeiros anos de governo provisório, por exemplo, Getúlio Vargas instaurou interventorias nos estados, em vez das tradicionais eleições para governadores (PANDOLFI, 2010, p.18). O governo central escolhia os interventores, em vez de eleições e disputas entre as elites locais dos estados. Vargas fez diversas concessões, indicando interventores de acordo com as

disputas e oligarquias de cada estado, mas a instauração dessas interventorias já eram um sinal da vontade centralizadora de Vargas.

No entanto, o governo provisório, conduzido por Getúlio Vargas precisava de uma nova constituição e entre os anos de 1930 a 1934, uma constituinte foi formada. Um dos maiores aspectos do texto constitucional, se não o mais importante, era a relação dos estados e a federação. Havia uma preocupação de se repetir a alta federalização que aconteceu nas primeiras décadas da República, ao mesmo tempo que o receio de se formular uma constituição com um estado centralizador perpassava os debates.

Algumas mudanças foram iniciadas já no governo provisório, como a instituição do voto secreto, a extensão do direito ao voto e a possibilidade de candidatura das mulheres para cargos políticos. Com direitos políticos reconhecidos, elas foram representadas na constituinte pela presença de uma médica, Carlota Pereira de Queirós (1892-1982).

Pesquise mais

Para a saber mais sobre a participação das mulheres na constituinte e na vida política e pública, leia o artigo a seguir:

ARAUJO, R. de C. B. de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 133-150, dez. 2003.

O texto final da constituição de 1934, então, propôs "um Estado mais liberal e menos centralizador do que desejava Vargas" (PANDOLFI, 2010, p. 29). Entretanto, a constituição que viria a ser promulgada anos depois traria posições muito diferentes das do novo presidente. O poder executivo, na figura de Getúlio, teria menos liberdade e poder do que as câmaras legislativas, por exemplo. A mesma constituinte derrubou também a proposta do governo provisório de um sindicato único. Criaram-se a Justiça do Trabalho e a Justiça Eleitoral. Os pleitos eleitorais passaram a ser feitos de forma direta e mandatos de quatro anos, sem possibilidade de reeleição, foram estabelecidos. (PANDOLFI, 2010, p. 29)

Reflita

Um novo órgão regulador das eleições traria maior lisura na apuração dos pleitos?

> "Embora todas essas mudanças visassem minar o grande controle político que as oligarquias estaduais tinham sobre as eleições, devemos ter em mente que, dos oito membros efetivos da Justiça Eleitoral, três eram nomeados diretamente pelo presi-

> dente da República, sendo que entre os oito suplentes (substitutos), quatro também eram escolhidos pelo Executivo. Portanto, mesmo essa instância jurídica, garantidora da lisura dos pleitos, não estava imune à influência de quem ocupasse a presidência da República. (....) Talvez seja mais adequado dizer que [a Justiça Eleitoral] tinha grande margem de isenção para a fiscalização das eleições, sobretudo se contraposta à Câmara dos Deputados, antiga responsável pela tarefa. Mas, mesmo assim, o novo órgão fiscalizador foi apontado algumas vezes como omisso diante dos ataques sofridos pelas oposições, durante as campanhas eleitorais (MOURELLE, 2015, p. 19)

Com a característica de reduzir o poder centralizado do executivo, a constituição de 1934 não foi bem recebida por Vargas, que teceu críticas públicas ao texto. (PANDOLFI, 2010, p. 29-30). Após findada a constituinte e promulgada a constituição, eleições para o legislativo foram chamadas. A maior parte dos interventores, espécie de governadores indicados por Vargas, não foi reeleita, indicando uma certa perda de poder político do presidente provisório. Além disso, alguns interventores foram substituídos, via eleições, por líderes oligárquicos que haviam caído com a Revolução de 1930.

Foi nesse contexto de críticas e de "restabelecimento de uma ordem legal", com a promulgação da carta magna e da efetivação das eleições, que dois importantes movimentos, tanto à direita quanto à esquerda, surgiram: a **Ação Integralista Brasileira (AIB)** e a **Aliança Nacional Libertadora (ANL)** (PANDOLFI, 2010, p. 31).

Ambos os movimentos tiveram alcance nacional e influenciaram diretamente nos acontecimentos tratados nessa seção e por esse motivo vamos nos deter um pouco nas suas trajetórias. A AIB, fundada por **Plínio Salgado** (1895-1975) em 1932, se inspirava no fascismo italiano e tinha um alto teor nacionalista. A sua proximidade com o fascismo italiano era tanta que o governo daquele país europeu, por meio da sua embaixada no Brasil, mantinha-se continuamente informado sobre os rumos da AIB, fornecendo subsídios transferidos "regularmente dos cofres italianos para os integralistas" (BERTONHA, 2001, p. 87).

Após uma viagem à Europa, onde conheceu **Mussolini**, Plínio Salgado passou a escrever em seu jornal A Razão sobre sua "aversão ao liberalismo e ao pluripartidarismo", em defesa "de um nacionalismo" e "sua simpatia por regimes fortes e ditatoriais" (OLIVEIRA, 2016, p. 131). As críticas atingiam partidos de esquerda e também os liberais, se estendendo a qualquer Estado liberal, incluindo a República brasileira.

Os pensamentos veiculados por Plínio Salgado em tal periódico resultaram no manifesto integralista, posteriormente, em 1932, marco fundador da AIB. Como partido político, a AIB chegou a reunir entre 500 e 800 mil adeptos, elegendo em 1936, 500 vereadores, vinte prefeitos e alguns deputados estaduais (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2010, p. 42-43).

Mas o que seria um partido ou um movimento fascista?

> "Caracteriza-se o fascismo, em princípio, por um modelo de dominação política que apresenta os seguintes aspectos: controle exclusivo do exercício da representação política mediante a atuação de um partido único de massa, caracterizado por forte estrutura hierárquica; ideologia centrada no culto à liderança política; exacerbação dos valões da nacionalidade; recusa dos princípios que norteiam o liberalismo individual; oposição radical aos valores do socialismo e do comunismo; exaltação dos valores da colaboração de classes e crença no ideal corporativo; atribuição de um papel central ao aparato estatal no plano econômico, social e político; domínio absoluto do Estado sobre as informações e, especialmente, os meios de comunicação de massa; eliminação de qualquer forma de pluralismo político com o aniquilamento das oposições, embasado na violência e no terror. (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2010, p. 44)

Os integralistas propunham, então, com base nesses ideais fascistas uma sociedade unida, sem qualquer tipo de cisão, negando a existência de classes e sobrepujando as diferenças sob um ideário nacionalista. Assim, não poderiam existir dissidências partidárias, políticas, ideológicas ou de classe, pois elas atrapalhariam o desenvolvimento da nação. O mesmo valia para influências de outros países, a cultura e costumes deveriam se basear em uma suposta e "imaginada" cultura nacional brasileira. Havia uma alta descrença na democracia e a defesa de um líder com poder centralizado (BERTONHA, 2001, p. 89). Tinham, portanto, um discurso e proposições de ações extremamente violentas contra a democracia, o sistema partidário e parlamentarista, já que apenas um líder e o próprio movimento fascista/integralista seriam os únicos responsáveis por trazer coesão à nação. (CYTRYNOWICZ, 2001, p. 280)

Os integralistas compartilhavam do fascismo de Mussolini, além de semelhanças ideológicas, "a mística e a simbologia", construindo em torno de um líder a esperança, fazendo movimentos coreografados nas manifestações e também demonstrando preocupação com a doutrinação dos jovens (BERTONHA, 2001, p. 89). O integralismo, assim como o fascismo italiano,

construía sua própria estética, com insígnias, palavras de ordem, canções, desfiles coreografados e com uma adesão que não poderia se resumir a um gesto político de participação em um partido político, mas a adesão a "um movimento que se apresentava como renovador das forças espirituais da nação" (CYTRYNOWICZ, 2001, p. 279).

Exemplificando

Selecionamos trechos de duas colunas publicadas em 1936 no jornal integralista *A Ofensiva*:.

> **Coluna I – Democracia e cultura**
>
> A União Democrática Estudantil, este novo pseudônimo da turma esquerdo-bolchevista das escolas superiores, anda gritando que em nome da Democracia e da cultura, vão acabar com o integralismo. [...] Há pouco tivemos algumas palavras fantasias: Liberdade - Povo. E certo grupo parlamentar usou e abusou tanto dessas bonitas fantasias que a polícia resolveu impedir se transformasse a Câmara dos Deputados em reinado de Momo. [...] Por que [esses jovens] não protestaram quando os seus colegas o fizeram contra a infiltração comunista nas escolas? Por que não se insurgiram contra os professores marxistas e marxistisantos os verdadeiros pregadores das sublevações sociais? (BIBLIOTECA, 1936, p. 10)
>
> **Coluna II – Educação da criança**
>
> Deve-se incutir o patriotismo nas crianças desde o berço junto ao amor por Jesus e ao afeto por seus pais. Amar a terra natal é dever de cada um como é dever amar aos pais que nos deram o ser e servir a Deus, que nos criou. Deve-se ensinar as crianças a respeitar a Bandeira Nacional, fazendo-as com brandura e carinho, levantar-se à sua passagem debaixo do máximo respeito, como que ali passasse a própria Pátria. [...] Não tendes reparado como é comovente no momento supremo entre a Hóstia e o Cálice, ouvir-se o Hino Brasileiro, como representando a Pátria agradecida a Deus – por tantos benefícios recebidos? (BIBLIOTECA, 1936, p. 10)

Nos dois trechos, vemos a maneira como o movimento integralista encarava os ideais liberais de liberdade política e religiosa. No

primeiro excerto, a entrada na ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) é referenciada, se não fosse a repressão de Vargas após a Insurreição de 1935 a Câmara de Deputados teria se tornado o "reinado de Momo". É importante ressaltar que não só os poucos participantes diretos da insurreição foram presos, mas o partido inteiro foi colocado na ilegalidade, assim como seus jornais. A coluna prossegue, então, com indagações sobre a participação de liberais na perseguição dos comunistas. Como vimos, a perseguição aos comunistas se acirrou após 1935, muito por conta da construção de um suposto perigo vermelho que ameaçaria o país. Nesse sentido, os integralistas chamam a democracia e a liberdade de fantasias, o que está em consonância direta com o pensamento fascista que pregava a redução/aniquilação das individualidades e liberdades em prol de um Estado forte que trouxesse unidade à nação.

De forma muito parecida, o trecho sobre educação é antiliberal, refuta a liberdade religiosa aprovada pouco depois da Proclamação da República e relaciona diretamente a existência de uma única religião, a católica, na nação. Participar do movimento integralista e fascista era, portanto, muito mais do que um dever político, relacionava-se diretamente à religião e à própria história da nação, como se todos fossem indissociáveis.

A profusão de movimentos e partidos fascistas não foi uma exclusividade brasileira, na verdade, estavam presentes em vários países da Europa para além da Itália. "Os Estados fortes, com regimes autoritários, eram apontados como solução para a crise de democracia liberal e do capitalismo de livre concorrência, que parecia haver falido depois da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929" (VIANNA, 2010, p. 69).

Assimile

"1929: o ano de uma crise sem precedentes

A economia dos EUA, entre 1921 e 1928, ao mesmo tempo em que atravessava um "boom" pelo lado real, exorbitou o crescimento pelo lado financeiro, com expansão do crédito e taxas de juros muito baixas, estimulando os mercados de valores e o imobiliário. Pelo lado real, alguns sinais já se manifestavam antes de outubro de 1929: como a reacomodação baixista dos preços agrícolas, especialmente das commodities, ao longo do período; estouro de bolha imobiliária no sul em 1925; desaceleração da demanda de imóveis e a de automóveis já a partir de 1927-28.(...)

> Era mais uma crise do sistema capitalista de produção, mas que se manifestaria com muito mais intensidade, duração e amplitude espacial do que as anteriores. Foi uma profunda depressão, contagiando todo o mundo capitalista. (CANO, 2009, p. 603-604)

No Brasil, o fascismo, carregado pelo integralismo tinha suas próprias especificidades. A AIB fazia amplos discursos de como o integralismo iria libertar a sociedade da política tradicional e das mãos das oligarquias regionais, o que atraía um amplo setor de pessoas que não se sentiam representadas pela forma que a política era conduzida no país (CYTRYNOWICZ, 2001, p. 278-279).

> "É próprio da ideologia fascista ser um aglomerado de ideias contraditórias entre si, porque o Fascismo e o Nazismo devem ser entendidos, historicamente, muito mais como respostas, como reação, como ideologia do anti (principalmente anticomunismo e, no caso alemão, antissemitismo) e da destruição, do que como a formulação efetivamente coerente de constituição de um projeto nacional. O partido nazista derivava sua força muito mais da violenta reação contra a democracia, o parlamento, os judeus e o Comunismo, e da violenta pregação que prometia uma inclusão aos setores marginalizados e ameaçados pela crise. Por isso, a guerra e o genocídio, da mesma forma que o racismo e a eugenia, estiveram no centro da ideologia e da ação nazistas (CYTRYNOWICZ, 2001, p. 283).

Por conta dessa proposição contrária à esquerda, conflitos com o PCB eram, portanto, bastantes frequentes, uma vez que o partido fascista pregava a aniquilação total de dissidentes, especialmente comunistas e soviéticos. Uma década mais velho do que o movimento integralista, o PCB foi fundado ainda em 1920, sob grande influência da Revolução Russa de 1917. Até o início da década de 1930, o PCB sofreu um esvaziamento, muito por conta da decisão determinada nos congressos da Internacional Comunista de que os líderes políticos deveriam ser proletários ou filhos de proletários. Essa postura afastava outros integrantes da esquerda e restringia a atuação dos antigos integrantes do PCB.

Nos primeiros anos da década de 1930, comunistas, socialistas e uma série de integrantes de movimentos de esquerda passaram a constituir uma frente de luta antifascista, ainda que formalmente o PCB não reconhecesse essa estratégia (VIANNA, 2010, p. 74). Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora foi fundada para combater o fascismo, o integralismo e o imperialismo. A

maioria de seus líderes e participantes, no tempo da fundação, eram tenentes ou capitães do exército, alguns participantes da Revolução de 1930, incluindo Luís Carlos Prestes, como um dos líderes.

Os ideais que conduziam a ANL eram a luta contra o nazi-fascismo, crescente no Brasil com o movimento integralista, e a bandeira nacionalista na proteção do mercado nacional, na recusa de pagamentos de dívidas externas. Seus adeptos queriam uma reforma agrária ampla. Poucos meses após sua criação formal, a ANL foi colocada na informalidade por Vargas, muito por conta da capacidade do movimento em angariar seguidores. Foram diversas as cidades que montaram núcleos da ANL, e seus apoiadores, além de numerosos, estavam mobilizados em comícios e divulgando constantemente suas ideias em jornais e boletins. No mesmo ano, a ANL organizou um levante com objetivo de derrubar o governo de Vargas e instaurar um governo popular. Sua intenção era iniciar um evento em cadeia, cujo primeiro ataque deflagraria greves e outros movimentos armados pelo país, conduzindo, assim, Luís Carlos Prestes ao poder (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017).

A Insurreição Comunista de 1935 iniciou em 23 de novembro de 1935 e fracassou logo, apenas quatro dias após seu início. Foi um movimento desorganizado e com baixa adesão que aconteceu em algumas cidades do Brasil. Não tinham qualquer plano de governo, nem mesmo socialista. De fato, uma maioria dos participantes estava ligada a movimentos, mas uma grande parte era também militar, o que transformou a insurreição em um evento que dialogava mais com as demandas de quartéis do que com aspirações soviéticas. "A plataforma do movimento era a dos tenentes, de luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária, pela democracia – por pão, terra e liberdade" (VIANNA, 2010, p. 102).

O governo já vinha recebendo comunicados e informações sobre um possível golpe comunista. Havia, inclusive, colaborações entre o governo americano e brasileiro para monitorar as ações dos comunistas e partidos de esquerda. Estudiosos, no entanto, não estão certos se Vargas sabia sobre a dita Insurreição e a deixou ocorrer para depois justificar o golpe que daria, ou se simplesmente não esperava que fosse acontecer (MARQUES, 2011, p. 69 e p. 85).

De qualquer forma, a repressão que se seguiu à fracassada Insurreição Comunista serviu aos anseios de Vargas. O estado de guerra foi decretado, liberais que antes viam com receio a tendência centralizadora de Vargas, apoiaram a repressão orquestrada pelo governo. Era essencial continuar construindo o avanço do comunismo como inimigo do governo Vargas para que, assim, pudessem reprimir pensamentos dissidentes. A Insurreição, que não foi um levante de grande porte ou adesão, tornou-se nos discursos, uma ameaça a ser combatida.

O medo do comunismo era um discurso que vinha sido construído e comentado ainda no governo provisório. Greves operárias passaram a ser vistas como frutos quase que exclusivos da influência comunista ou de um aparelhamento das classes trabalhadoras pelos soviéticos (MARQUES, 2011, p. 43). Como o governo provisório e o subsequente governo de Vargas pouco fizeram quanto à lei que autorizava fechar jornais e impedir circulação de escritos que fossem "contrários à ordem, à moralidade e à segurança pública", a perseguição a jornais e fechamento de editoriais inteiros puderam ser feitos em nome do combate ao comunismo. (MARQUES, 2011, p. 42)

> "A **Lei de Segurança Nacional**, por exemplo, foi proposta antes da Insurreição e delimitava, restringindo os direitos individuais em prol de uma pretensa ordem política e social. Para alguns dos parlamentares que a defendiam, uma vez vivendo em uma república e tendo a representação da vontade do povo na figura dos governantes, não havia qualquer necessidade de aglomerações, como movimentos sociais, ou levantes, como greves ou protestos. Rebelar-se era, de acordo com essa visão, ir contra à vontade do povo e deveria ser impedido (MARQUES, 2011, p. 52).

Assimile

Tradição anticomunista forjada ao longo dos anos

> "Criaram-se, assim, bases para estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista. Tal tradição passou a ser elemento constante nas campanhas e nas lutas políticas, o que não significa que suas manifestações tenham tido sempre a mesma intensidade. (MOTTA, 2000, p. 7)

Após a derrota da Insurreição Comunista, criou-se todo um imaginário entorno do evento. O levante ou a insurreição em pouco tempo acabou por ser chamado de ***Intentona Comunista*** e, como afirmado por Rodrigo Motta, era uma tentativa da história oficial, de desqualificar o movimento, uma vez que a palavra escolhida por eles remetia a um "motim insensato" a um "intento louco" (MOTTA, 2000, p. 106). De acordo com o mesmo autor, tal léxico foi novamente utilizado para designar a Insurreição dos integralistas que viria a acontecer anos depois, em 1938. Entretanto, o episódio de vitória do governo sobre a Insurreição Comunista passou a ser comemorada

anualmente pelos quartéis a partir de 1936, indicando certa permanência dos discursos anticomunistas (MOTTA, 2000, p. 59).

O cenário estava construído: a constituição aprovada em 1934 limitava os anseios de Vargas, ao mesmo tempo que a opinião pública, muito inflamada pela própria imprensa varguista, aterrorizava a sociedade com o avanço do comunismo. Aliado a esse contexto havia a falência óbvia do Estado liberal, "incapaz de solucionar os problemas sociais" (CAPELATO, 2010, p. 109). É importante lembrar que desde a Proclamação da República, em 1889, foram diversas as crises econômicas que afetaram incisivamente as camadas mais pobres. Após a Primeira Guerra, a ideologia liberal, com um caráter extremamente individualista e uma alta liberdade do mercado não tinha o mesmo poder de convencimento. É a partir desses elementos todos que vemos um líder carismático ser visto como a solução dos impasses colocados. Como afirmado anteriormente, a ascensão de líderes como Vargas aconteceu também em outros países. Havia um questionamento intenso da representatividade, para muitos, os políticos, na figura de deputados e governadores, não representavam a vontade de uma nação, mas de apenas alguns indivíduos. A solução seria abolir essa intermediação e colocar as massas em contato direto com o líder (CAPELATO, 2010, p. 116).

Em 1937, Getúlio Vargas instituiu um golpe, interrompendo a campanha presidencial que havia se iniciado em 1936, fechou os parlamentos e deu início ao que ficou conhecido como Estado Novo.

Exemplificando

Discurso de Vargas: o fim da democracia

> [...] O sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos.
>
> [...] Isto [perigo imediato] mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.
>
> [...] A manutenção desse aparelho [Poder Legislativo] inadequado e dispendioso era de todo desaconselhável. Conservá-lo seria, evidentemente, obra de espírito acomodatício e displicente, mais interessado pelas acomodações da clientela política do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas. Outros, por certo, prefeririam transferir aos ombros do Legislativo os ônus

> e dificuldades que o Executivo terá de enfrentar para resolver diversos problemas de grande relevância e de graves repercussões, visto afetarem poderosos interesses organizados, interna e externamente. Compreende-se, desde logo, que me refiro, entre outros, aos da produção cafeeira e regularização da nossa dívida externa. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA, 1937, p. 23-25)

O discurso no dia seguinte ao Golpe de Estado traz indícios importantes para entendermos como uma anunciada falência do Estado Democrático de Direito abria brechas para a tomada de poder por Vargas. Esse discurso foi feito por Getúlio Vargas e irradiado para todo o Brasil em 10 de novembro de 1937.

No primeiro trecho do discurso, o sufrágio universal, o voto, não mais é visto como a representação do povo, de uma nação, mas de certos indivíduos, sedentos por poder e por defender seus interesses. O segundo trecho retoma o perigo do comunismo e faz uma relação com os ambientes de manifestações, comícios e movimentos. Não havia espaço para tal tipo de ações, pois seriam esses espaços que dariam força ao comunismo.

Por fim, a dissolução das assembleias e parlamentos são vistas como uma maneira de se economizar e vetar o contínuo uso da política para interesses pessoais. O "peso" das decisões caberia ao executivo, a Vargas. Porém as preocupações e emergências permaneciam as mesmas do início da República: financiar os cafeicultores e pagar a dívida externa.

Não houve participação popular ou um levante, sendo o golpe anunciado no dia seguinte via rádio para a população. Os interventores, indicados pelo governo central, foram atribuídos para os estados. A censura foi instaurada e qualquer manifestação contra o governo era reprimida. A Federação não mais existia, um governo e um governante se autoproclamavam responsáveis por unir todo o país.

O Estado Novo que se iniciava com o governo de Getúlio Vargas se prolongaria por mais quase duas décadas como veremos nas próximas unidades. Propunha, é verdade, mudanças estruturais há muito tempo reivindicadas por trabalhadores e pela oposição, mas para a sua manutenção no poder utilizaria a censura e a perseguição a movimentos sociais. Novamente, a República Brasileira se distanciava dos ideais liberais pretendidos nos discursos presentes na Proclamação de 1889.

Sem medo de errar

Você foi indagado pelos seus alunos se não havia nenhum projeto mais incisivo de mudanças após a Revolução de 1930. Você, então, mostra o Manifesto da Aliança Nacional Libertadora:

> "Brasileiros!
> Aproximam-se dias decisivos.
> Os trabalhadores de todo o Brasil demonstram, através de lutas sucessivas, que já não podem mais suportar e nem querem mais se submeter ao governo em decomposição de Vargas e seus asseclas nos Estados. Além disso, os cinco últimos anos deram uma grande experiência a todos em que no Brasil tiveram de suportar e sofrer a malabarista e nojenta dominação getuliana. E esses cinco anos de manobras e traições, de contradanças de homens do poder, de situacionistas que passam a oposicionistas e vice-versa, de inimigos "irreconciliáveis" que se abraçam, cinicamente, sobre os cadáveres ainda quentes dos lutadores de 1922, abriram os olhos de muita gente. Onde estão as promessas de 1930? Que diferença entre o que se dizia e se prometia em 1930 e a tremenda realidade já vivida nestes cinco anos getulianos! (...) Não há pretextos que justifiquem, aos olhos do povo, a luta contra a Frente única Libertadora. É por isso que as fileiras da Aliança Nacional Libertadora estão abertas a todos os que querem lutar pelo seu programa antiimperialista, antifeudal e antifascista, programa que somente o governo popular revolucionário realizará:
> I - Não pagamento das dívidas externas, nem seu reconhecimento.
> II - Denúncia dos tratados anticomerciais com o imperialismo.
> III - Nacionalização dos serviços públicos mais importantes e das empresas imperialistas que não se subordinem às leis do governo popular revolucionário.
> IV - Jornada máxima de trabalho de oito horas, seguro social, aposentadorias, aumento de salários, salário igual para igual trabalho, garantia de salário mínimo, satisfação dos demais pedidos do proletariado.
> V - Luta contra as condições escravistas e feudais do trabalho.
> VI - Distribuição entre a população pobre camponesa e operária das terras e utilização das aguadas, tomadas sem indenização aos imperialistas, aos grandes proprietários mais reacionários e aos elementos da igreja, que lutam contra a liberdade do Brasil e

a emancipação do povo.
VII - Pelas mais amplas liberdades populares, pela completa liquidação de quaisquer diferenças ou privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, pela mais completa liberdade religiosa e a separação da Igreja do Estado.
VIII - Contra toda e qualquer guerra imperialista e pela estreita união, com as Alianças Nacionais Libertadoras dos demais países da América Latina e com todas as classes e povos oprimidos. (A PLATÉA, 1935, [s.p.])

Você, então, sugere a leitura do manifesto acima. Primeiramente, explica que para muitas pessoas, a política não havia sofrido grandes mudanças, pois Getúlio passou a centralizar os poderes. O manifesto denuncia, inclusive, que antigos opositores e inimigos de Vargas passaram a amigos e "vice-versa", indicando que havia muitas permanências na maneira de se fazer política. O Manifesto da ANL, além de duras críticas ao governo provisório de Vargas faz uma série de propostas para o Brasil. Você, então, pontua a seus alunos que a defesa da nação era uma preocupação intensa na época. O nacionalismo estava em alta, tanto nos ambientes e movimentos de esquerda quanto de direita. Nessa época, você explica, o nacionalismo estava intensamente relacionado ao anti-imperialismo, ou seja, havia uma busca por uma soberania nacional que fica clara no primeiro e segundo itens do manifesto, onde negam-se o pagamento das dívidas externas e o cumprimento de acordos que prejudicavam o Brasil. Havia, ainda, uma preocupação com a maneira que a sociedade se organizava. Latifundiários e oligarquias agrárias deveriam acabar, tendo suas terras divididas entre camponeses e pequenos agricultores. Havia também a defesa pelos direitos de trabalhadores.

Você, então, conclui que muitos não acharam que a Revolução de 1930 e os seus anos subsequentes trouxeram as mudanças necessárias, se organizando para demandar novas atitudes dos governos ou propondo governos novos.

Faça valer a pena

1. Leia o seguinte trecho:
"O Estado Novo se constituiu em decorrência de uma política de massas que se foi definindo no Brasil a partir da Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. " (CAPELATO, 2010, p. 109)

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.
I - O fascismo e o integralismo passaram a compor a referida política de massas porque a ascensão de um governo como o de Getúlio Vargas, que criou o Ministério do Trabalho e atendeu demandas antigas dos trabalhadores, poderia levar ao comunismo.
PORQUE
II - A Revolução de 1930 teve ampla adesão da população que se sentia pouco representada pela política oligárquica adotada pela chamada República Velha.

Assinale a alternativa correta:
a) As asserções I e II são proposições corretas, mas a I é a justificativa da II
b) As asserções I e II são proposições corretas, e a II é a justificativa da I.
c) A asserção II é uma proposição verdadeira e a I é falsa.
d) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é falsa.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

2. Leia o excerto e analise as afirmações:

> "É certo que o partido integralista teve outras motivações além da luta contra o comunismo. Seu surgimento correspondeu a um contexto mundial de crescimento das ideias autoritárias e reação antiliberal, fenômeno relacionado à crise decorrente da Grande Guerra e ao crack de 1929. Entendendo que o capitalismo liberal não apresentava alternativas para solução dos problemas, um número crescente de lideranças passou a aceitar os argumentos dos fascistas e autoritários de vários matizes, defensores de uma transformação que, em essência, levaria à constituição de um Estado forte e interventor. No Brasil, esta tendência autoritária e fascistizante foi encarnada principalmente pelos integralistas, que se colocavam em oposição ao liberalismo e federalismo herdados da "República Velha". (MOTTA, 2000, p. 29)

I - A AIB era antiliberal, anticomunista e antifascista.
II - Os integralistas defendiam um Estado forte sem a presença da religião.
III - A descrença na negociação política, na democracia e no voto faziam dos integralistas antidemocráticos.

IV - A AIB se espelhava no fascismo de Mussolini, apesar de não ter tido proximidade com o movimento fascista italiano.

Assinale a alternativa correta:
a) I e II
b) I e IV
c) II e III
d) II, III e IV
e) III e IV

3. Leia o trecho a seguir:

> "O período ente 1930 e 1937 se caracteriza por um quadro de imprevisibilidade no terreno político. O ambiente de indefinições que compreendeu o intervalo entre a crise de hegemonia das oligarquias da República Velha e o fechamento político no Estado Novo favoreceu o surgimento de projetos radicais e mobilizantes que tentaram galvanizar a sociedade com a ideia de mudança (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2010, p. 41).

Assinale a alternativa correta:
a) O governo provisório entre 1930 e 1934 ficou atado em suas decisões, uma vez que não havia uma constituição própria para aquele momento.
b) O ambiente de indefinições refere-se em parte à demora no chamamento e na construção de uma constituinte, ao autoritarismo de Vargas com suas interventorias e insurreições.
c) A expressão "projetos radicais" é uma referência aos movimentos fascistas e comunistas que apesar de grande projeção na imprensa tinham poucos filiados e adeptos.
d) O golpe que deu origem ao Estado novo foi fundamentado na adesão de milhares de pessoas descontentes com os rumos políticos do país.
e) O medo do avanço desses movimentos radicais, como fascismo e comunismo, estava disseminado pela sociedade, o que transformou a opinião pública em favorável ao Golpe.

Referências

A PLATÉA. **Manifesto da ANL**. 6 jul. 1935.

ANDRADE, C. D. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARAUJO, R. de C. B. de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 133-150, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18401.pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

ARIAS NETO, J. M. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. *In:* DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 193-229.

BELOCH, I.; ABREU, A. A. de. (orgs.) **Dicionário da elite política republicana** (1889-1930). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010.

BERTONHA, J. F. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo , v. 21, n. 40, p. 85-104, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n40/a05v2140.pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA. **Discurso de Getúlio Vargas de 10/11/1937**. p. 23-25. Disponível em: https://goo.gl/sLUZHb. Acesso em: 23 out. 2018.

BIBLIOTECA Nacional. **A Offensiva,** 5 jul. 1936, ed. 224, p. 10.

BIBLIOTECA Nacional. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 13 jan. 1915, ed.11055, p.1.

CANO, W. América Latina: notas sobre a crise. **Economia social**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 603-621, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n3/v18n3a08.pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de Novo? *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). **O Brasil republicano 2**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 107-143.

CARONE, Edgar. **A República Velha**: Instituições e Classes Sociais. Difel: São Paulo, 1988.

CYTRYNOWICZ, R. Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 277-286, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n40/a15v2140.pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

DE DECCA, E. E. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FANZERES, M. A. Educação da Criança. **A Offensiva**. Rio de Janeiro, 5 ago. 1936. p. 11.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**: Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERREIRA, M. de M.; PINTO, S. C. S. A crise de 1920 e a Revolução de 1930. *In:* DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 387-415.

FERREIRA, M. de M.; PINTO, S. C. S. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FLEURY, H. Democracia e Cultura. **A Offensiva**. Rio de Janeiro, 5 ago. 1936. p. 11.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. A Era Vargas – 1º tempo: dos anos 20 a 1945. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro/ São Paulo, 2017. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao. Acesso em: 31 out. 2018.

GOMES, A. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, n. 65, p. 105-119, 1 maio 2005.

JORNAL A Noite, Rio de Janeiro, 17 jan. 1922, p. 2.

LANNA JR., M. C. M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. *In:* DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 313-349.

MAIO, M. C.; CYTRYNOWICZ, R. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). **O Brasil republicano 2**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 39-61.

MARQUES, R. P. de P. **Repressão Política e usos da constituição no Governo Vargas (1935-1937): a Segurança Nacional e o combate ao comunismo**. 2011. Tese. (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10412/3/2011_RaphaelPeixotodePaulaMarques.pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOURELLE, T. C. **Guerra pelo poder**: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935). 2015. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

OLIVEIRA, R. S. O Jornal A Razão: O Ventre Fecundo que Criou o Modelo de Totalitarismo Integralista. **Historiæ**, Rio Grande, v. 7, n. 2, p. 129- 159. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6724/4419. Acesso em: 31 out. 2018.

PANDOLFI, D. C. Os anos de 1930: as incertezas de um regime. *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). **O Brasil republicano 2**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13-37.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920, Ler História [Online], 66, 2014.

PRESTES, L. C. [Carta] 18 abr. 1928, Rio de Janeiro, não consta destinatário.

RIBEIRO, Fernando. A política econômica e o convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906). **Revista Pesquisa & Debate**, v. 22, n. 1(39), nov. 2011.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, 2017, p. 497-518.

VIANNA, M. de A. G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935? *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). **O Brasil republicano 2**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 63-105.

VISCARDI, Cláudia Maria R. O Federalismo como Experiência: Campos Sales e as Tentativas de Estabilização da República. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, out. 2016, p. 1169-1206.

Unidade 3

Era Vargas: o Estado Novo

Convite ao estudo

Caro aluno, ao longo desta unidade aprenderemos sobre um período decisivo da história nacional, o chamado **Estado Novo** (1937-1945). Como sabemos, a História é a ciência ou ofício que estuda as transformações humanas ao longo do tempo. Mais do que isso, é a área do saber que busca, a partir de questões que formulamos no presente, a partir das fontes, a construção de uma narrativa verossímil sobre o passado. Trata-se de uma tarefa difícil, uma vez que somos estrangeiros a esse passado. Mais do que isso, temos dele apenas seus vestígios. Nossa tarefa é, justamente, a partir desses fragmentos, montar um quebra-cabeças, uma tradução que nos dê acesso, ainda que incompleto, parcial e provisório, a um "regime de verdades" (para utilizar uma expressão de Michel Foucault) que, via de regra, não é o nosso.

A despeito do que imaginamos intuitivamente, as sociedades mudam cotidianamente. O que entendemos, por exemplo, como "democracia", "política", "trabalho" – ou até mesmo por conceitos tão naturalizados quanto "amor" – são noções que, em alguma medida, variam ao longo do tempo, seja porque os sujeitos históricos são outros ou porque o acordo coletivo no qual estamos imersos se altera frequentemente. Talvez seja mais fácil visualizar essas transformações em casos de grande ruptura, em eventos como a **Revolução Francesa** (1789), a **Revolução Haitiana** (1791-1804), a **Russa** (1917) ou a **Iraniana** (1979). Independentemente de terem obtido ou não sucesso, o fato é que os acontecimentos acima apontaram para uma profunda insatisfação de uma parcela significativa dessas sociedades. Casos limites no qual os insatisfeitos se aglutinaram e, cada qual a sua maneira, expressaram seu desejo de mudança por meio da radicalidade, uma vez que o contrato social fora quebrado.

O caso que vamos estudar, guardadas as devidas proporções, tem semelhanças com esses períodos e eventos: o **Estado Novo**. Embora tenha se instalado uma ditadura, a dinâmica que o governo assumiu dá a entender uma série de dilemas e conflitos que demonstram a existência de um forte desejo de mudança vindo de uma parcela significativa da população. Por meio de medidas autoritárias, **Getúlio Vargas** buscou gerenciar novos acordos e, ao mesmo tempo, construir, para a sua administração, a ideia de que esses acordos eram benesses concedidas por um distinto líder. Por isso,

se por um lado é verdade que o período do Estado Novo é marcado por muitas transformações sociais associadas a políticas de estado, por outro, é igualmente verdadeiro afirmar que essas mudanças também se dão a partir de uma demanda social: seja da incipiente elite industrial ou dos trabalhadores (muitos deles egressos da escravidão).

Considerando esse aspecto central da historiografia do tema – a relação entre Vargas e os trabalhadores – algumas questões gerais se colocam: como podemos explicar o apelo da figura de Getúlio Vargas para grande parte da população sem cair na armadilha da explicação simplista de uma "manipulação das massas"? Em outros termos, como podemos explicar o apoio a Vargas sem considerar o trabalhador do período como página em branco, pronta para a dominação de um líder? Considerando o cenário da sala de aula, como podemos abordar o tema, dominado pela figura central de Vargas, sem repetir uma concepção de história política que trata apenas de "grandes homens"?

Além disso, se no debate acadêmico essas questões e suas respostas são repletas de nuances, é preciso lembrar que, certamente, em sala de aula, você ouvirá perguntas muito mais diretas, como "*Vargas foi bom ou ruim para o país?*", assim como relatos de memórias familiares em intensa defesa ou acusação do ex-presidente. Nesse sentido, outra questão ainda mais importante se coloca: como fazer a ponte entre o debate historiográfico e a sala de aula? Como explorar, didaticamente, as divergências entre as narrativas históricas do período sem cair no "relativismo" de que toda explicação é apenas uma "opinião"?

Seção 3.1

Estado Novo: ideologia e administração

Diálogo aberto

Às vésperas do golpe que deu origem ao Estado Novo de Getúlio Vargas, o general Newton Cavalcanti (1885 — 1965) conclamava seus pares a "desencadear uma guerra sem tréguas e de **morte ao comunismo**" e afirmava "não consentiremos nunca que o **judeu** moscovita faça deste Brasil invejável o mercado sórdido e infame de nosso caráter" (PLANO COHEN; CPDOC, 1937, [s.p.], grifo nosso). O anticomunismo e o antissemitismo, assim como a associação entre os judeus e o comunismo, porém, não eram invenções políticas varguistas ou do Estado Novo, tampouco o antiliberalismo e as críticas às democracias liberais de Vargas, que disse no discurso inaugural do golpe que "o sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais". (VARGAS, 1937, [s.p.] apud BRASIL, [s.d.], p. 21)

Essas ideias estavam em diálogo direto com o debate político internacional dos anos 1930 e não é possível entendê-las sem considerar esse cenário. Diante da crise do liberalismo, a partir de 1929, do estabelecimento da União Soviética e do crescimento do nazi-fascismo, novas ideias e novos medos passaram a pautar governos e sociedades dos dois lados do Atlântico. Como vimos, o Estado Novo se formou em 1937 a partir de uma denúncia de um suposto plano comunista para tomar o país, e a moeda de troca apresentada por Vargas e seus generais para que a sociedade evitasse o comunismo significava abrir mão da democracia e das liberdades individuais, concentrando poderes em seu líder. Quatro anos antes, diante do incêndio do Reichstag, o recém empossado chanceler alemão, Adolf Hitler, afirmava: "Se esse incêndio, como acredito, tiver sido obra dos **comunistas**, precisamos exterminar essa peste assassina com punho de ferro" (LÜPKE-SCHWARZ, 2013, [s.p.], grifo nosso). Após o episódio, o chanceler concentrou poderes em uma sociedade tomada pelo medo e, em pouco tempo, tornava-se "*Führer*", líder acima de qualquer poder constitucional.

Os eixos comuns desse cenário político, como as semelhanças acima mostram, não podem, portanto, ser ignorados. E é diante dessas similaridades que seus alunos podem considerar o Estado Novo como a simples transposição do ideário nazifascista ao Brasil - e, como resultado, podem erroneamente ignorar as problemáticas específicas da política brasileira do período. Como explicar aos alunos as complexas articulações e os jogos políticos nacionais apesar da linguagem comum à política internacional? As

relações entre a ditadura varguista e os regimes italiano e alemão, o anticomunismo e o antiliberalismo, permitem classificar o Estado Novo como um regime fascista?

Não pode faltar

A constituição de 1937

Nas democracias liberais, a constituição é peça fundamental: ela é a síntese de um contrato social a partir do qual organiza-se a vida social, um contrato firmado em torno de algum consenso em que a sociedade negociará as suas contradições constantemente. Da Inglaterra que surgia da Revolução Gloriosa, passando pela formação da república dos Estados Unidos da América e pelas demais revoluções dos séculos XVIII e XIX, as constituições assumiram esse aspecto fundacional nas democracias contemporâneas. Em alguns casos, como nos EUA, uma mesma constituição vigora há mais de um século (a constituição estadunidense é de 1787).

No entanto, em alguns países como o Brasil, as mudanças foram mais frequentes: já estamos em nossa sétima constituição, que vigora desde 1988. Essa reelaboração recorrente de constituições ao longo da história é um fato comum em outros países latino-americanos, um sintoma das transformações, dos impasses e dilemas que indicam consensos dissolvidos com relativa frequência e vividos nessas sociedades profundamente desiguais, com classes dominantes diversas, que buscam, por meio de grandes acordos, conciliar interesses distintos. Não houve uma regra, mas de tempos em tempos, esses acordos foram desfeitos, desembocando em regimes autoritários que visaram, essencialmente, o restabelecimento de uma ordem em que os interesses distintos de uma classe dominante novamente se conjugassem.

Em 1937 o Brasil experienciava a sua quarta constituição, com o início do Estado Novo e o período ditatorial da Era Vargas. Do ponto de vista político, o evento que sustentou o golpe foi o famigerado "**Plano Cohen**". Como vimos, em setembro de 1937 chegou a conhecimento do público a notícia de que existia um plano comunista para tomada do governo brasileiro. O documento – forjado, lembre-se – foi amplamente divulgado pela imprensa regular da época, marcada pelo clima de anticomunismo comum dos dois lados do Atlântico na década de 1930 (na Argentina, por exemplo, discutia-se no congresso um projeto para perseguição dos comunistas).

Exemplificando

Os Protocolos dos Sábios de Sião e as falsas conspirações da política

Muito antes de falarmos em *fake News*, a obra *Os Protocolos dos Sábios de Sião* havia sido publicada em 1903, na Rússia. O texto do escritor antissemita Mathieu Golovinski criava uma conspiração judaica mundial, disposta a derrubar governos – como o do czar Nicolau II, que intensificou a perseguição aos judeus a partir da publicação dos Protocolos. Mais tarde, a obra seria publicada e referida por personalidades do Ocidente, como Henry Ford, nos EUA, e se tornaria um dos escritos centrais do regime nazista, que utilizava seus trechos para justificar a perseguição aos judeus. No Brasil, o livro foi divulgado pela **Ação Integralista Brasileira** a partir de 1937, sobretudo com o apoio do jornalista e advogado Gustavo Barroso, intelectual integralista que possuía grande admiração pelo regime nazista.

Infelizmente, ainda hoje, a falsa conspiração escrita por Golovinski ganha novas publicações pelo mundo e compõe parte das teorias da conspiração recorrentes da internet. Ao longo do último século, várias obras demonstraram os delírios presentes nos Protocolos, e a última delas a ser publicada em português é da autora polonesa Hadassa Ben-Itto: *A força da mentira*. São Paulo: Hucitec. 2017.

Diante desse clima, Vargas, como planejado, decretou o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e de câmaras municipais. O então presidente converteu-se numa figura com amplos poderes – que se acumulavam desde 1936 e a declaração de estado de guerra – para o combate ao suposto perigo comunista. No poder desde 1930, Vargas consolidava-se na presidência indefinidamente com a suspensão das eleições presidenciais que deveriam ocorrer em 1938 e, dessa vez, estava regido por uma constituição que permitia a concentração de poderes no executivo. A chamada "Polaca", apelido da constituição que havia sido inspirada pela "Constituição de Abril da Polônia", foi redigida por **Francisco Campos** (1891 – 1968), eminente jurista que, mais adiante, seria ministro da Justiça dessa administração. O mesmo jurista, não por coincidência, envolveu-se, na década de 1960, na redação dos Atos Institucionais n. 1 e n. 2, além de ter feito sugestões aos militares acerca da Constituição de 1967 (FERNANDES, 2007).

Pesquise mais

Para saber mais sobre as constituições brasileiras convidamos você a ler *Constituições Brasileiras*. Produzido pelo **Centro de documentação e informação** da Câmara dos deputados, trata-se de um breve resumo

de cada uma delas, apontando suas principais mudanças a partir de uma exposição ocorrida em 2005.
BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Constituições Brasileiras**. Brasília, 2005.

Cabe perguntar: se as constituições são traços básicos das democracias contemporâneas, pode uma constituição ser autoritária? O que faria da "Polaca" uma constituição autoritária? Numa primeira leitura percebemos que, a grosso modo, ela possui uma estrutura parecida com as de 1891 e 1934; o regime continuava a ser presidencialista, o legislativo seria composto por um sistema bicameral (Conselho Federal e Câmara dos deputados) além do Supremo Tribunal Federal, fechando o tripé administrativo nacional. Contudo, o poder que o presidente passou a exercer congregava tanto o poder executivo quanto o legislativo - e isso por si só já se constituiria num problema para o sistema de balanças previsto pela tripartição dos poderes, que contava justamente com o equilíbrio entre legislativo, executivo e judiciário. Se o poder executivo era preponderante diante dos demais, não haveria forma de limitar os poderes do governante e a sua interpretação da lei passaria a ser unívoca.

Assimile

O que é autoritarismo?

Autoritarismo é uma forma de governo que concentra o poder na figura de um líder tido como forte ou de um pequeno grupo, que passa a exercer o poder de maneira autocrática. Diz-se que o Governo Vargas teve essa característica dado que, uma vez que o Estado de Guerra havia sido declarado como caminho para o combate de uma suposta ameaça comunista, sua constituição concentrava demasiados poderes na figura do presidente. Isso fez com que o sistema de "três poderes", uma ideia proposta inicialmente por **Montesquieu** (1689-1755), em seu clássico iluminista O *espirito das leis*, fosse colocada em xeque. Quando prevalece um poder sobre o outro, abre-se espaço para a formação de um governo concentrador e despótico.

Dessa maneira:

> "A essência autoritária e centralista da Constituição de 1937a colocava em sintonia com os modelos fascistizantes de organização político-institucional então em voga em diversas partes do mundo, rompendo com a tradição liberal dos textos consti-

tucionais anteriormente vigentes no país. Sua principal característica era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Do ponto de vista político-administrativo, seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, os interventores. Aos interventores, por seu turno, cabia nomear as autoridades municipais. (CPDOC, [s.d], [s.p])

Governantes e lideranças políticas que se opuseram aos decretos do Estado Novo foram cassados e substituídos; no caso dos governadores, por interventores escolhidos por Vargas. Tão autoritária quanto essa medida foi aquela que determinou o fechamento de todos os partidos políticos considerados elementos desagregadores da nação pelo poder executivo e dissolvidos pelo Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, que afirmava:

> "O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição;
> CONSIDERANDO que, ao promulgar-se a Constituição em vigor, se teve em vista, além de outros objectivos, instituir um regime de paz social e de ação política construtiva;
> CONSIDERANDO que o sistema eleitoral então vigente, inadequado às condições da vida nacional e baseado em artificiosas combinações de caráter jurídico e formal, fomentava a proliferação de partidos, com o fito único e exclusivo de dar às candidaturas e cargos eletivos aparência de legitimidade;
> CONSIDERANDO que a multiplicidade de arregimentações partidárias, com objetivos meramente eleitorais, ao invés de atuar como fator de esclarecimento e disciplina da opinião, serviu para criar uma atmosfera de excitação e desassosego permanentes, nocivos à tranquilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do povo brasileiro;
> CONSIDERANDO, além disso, que os partidos políticos até então existentes não possuiam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro, em desacôrdo com as circunstâncias reais da sociedade politica e civil;
> **CONSIDERANDO que o novo regime, fundado em nome da Nação para atender às suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sôbre posto às lutas partidárias de qualquer ordem, independendo da consulta de**

agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público;
DECRETA:

Art. 1º Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos.

§ 1º São considerados partidos políticos, para os efeitos desta Lei, tôdas as arregimentações partidarias registadas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais Regionais da Justiça Eleitoral, assim como as que, embora não registadas em 10 de novembro do corrente ano, já tivessem requerido o seu registo.

§ 2º São, igualmente, atingidas pela medida constante dêste artigo as milícias cívicas e organizações auxiliares dos partidos políticos, sejam quais forem os seus fins e denominações.

Art. 2º É vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos e organizações auxiliares compreendidos no art. 1°. (...)

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República. (BRASIL, 1937, [s.p.], grifo nosso)

Como vimos logo no início do decreto, a decisão de dissolução dos partidos se reveste de uma legitimidade constitucional – o presidente usa uma atribuição de poder garantida pela Constituição de 1937. Ao longo do documento, enquanto o regime do Estado Novo é associado à "paz social", os partidos são descritos como elementos causadores de "desassossego permanentes", "nocivos à tranquilidade pública". O pluripartidarismo seria, portanto, incapaz de representar a Nação, descrita sempre como um todo consensual, com interesses comuns: no decreto, a Nação não possui impasses, divergências ou contradições. Ao mesmo tempo, a única instituição capaz de representar as verdadeiras aspirações e necessidades da *Nação* seria o "novo regime" encarnado na figura do Presidente da República. A relação entre líder e *Nação*, portanto, daria-se sem intermediários: aquele seria o representante legítimo e inquestionável da vontade popular.

Reflita

"É vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos"

Figura 3.1 | Manchete O Globo, 1937

NEM BANDEIRAS
NEM EMBLEMAS!
SO' O PAVILHÃO BRASILEIRO
PODERA' SER DESFRALDADO EM TODO O BRASIL
O GLOBO
Revendo as demissões do Governo Provisorio
TIROTEIO
POR CAUSA DE UMA MULHER

Fonte: https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/vargas-assina-polaca-passa-ter-plenos-poderes-para-estado-novo-10169358#. Acesso em: 18 dez. 2018

A imagem acima é da primeira página do jornal *O Globo*, de 11 de novembro de 1937. A manchete estampava a proibição de manifestações de bandeiras partidárias na ditadura varguista: apenas a bandeira do Brasil seria aceita como símbolo político.

Outro ***Estado Novo***, a homônima ditadura portuguesa que perdurou entre 1933 e 1974, sob a liderança de **Antônio Salazar** (1889 – 1970), iniciava-se poucos anos antes do golpe de Getúlio Vargas. Em um panfleto publicado em 1934, o regime português dizia:

> "Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é, da ordem do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força que realiza, neste caso, a legitima defesa da pátria. (SPN, 1934, [s.p.], apud VISUALIZING, 2014, [s.p.])

Em regimes autoritários, sobretudo naqueles de inspiração mais claramente fascista, a identificação entre *líder* e *nação* considera qualquer oposição (ou posicionamento político distinto daquele expresso pelo poder executivo) um ataque à nação. A partir disso, busque refletir: é possível existir uma democracia sem o reconhecimento de diferentes

> partidos ou visões distintas sobre a realidade? Existe um interesse consensual da Nação e uma única pessoa ou grupo capaz de traduzir esses interesses em políticas de Estado?

Dessa maneira, como podemos perceber, as liberdades de se discordar do governo não apenas se tornavam menores como passaram a ser ilegais e, muito rapidamente, criminalizadas. Além disso, a intervenção estatal em diferentes aspectos da sociedade se consolidava. O direito à greve era abolido diante do controle mais direto do Estado frente aos sindicatos:

> "A intervenção estatal na economia, tendência que na verdade vinha desde 1930, ganhava força com a criação de órgãos técnicos voltados para esse fim. Ganhava destaque também o estímulo à organização sindical em moldes corporativos, uma das influências mais evidentes dos regimes fascistas então em vigor. Nesse mesmo sentido, o Parlamento e os partidos políticos, considerados produtos espúrios da democracia liberal, eram descartados. A Constituição previa a convocação de uma câmara corporativa com poderes legislativos, o que no entanto jamais aconteceu. A própria vigência da Constituição, segundo o seu artigo 187, dependeria da realização de um plebiscito que a referendasse, o que também jamais foi feito. (CPDOC, [s.d.], [s.p.])

Como veremos mais à frente, a ideologia nacionalista do Estado Novo articulava problemáticas comuns a diversos países dos anos 1930 aos jogos políticos nacionais. As disputas entre as oligarquias locais, a pressão do movimento operário e da elite industrial seguiram atuando sob o governo por diferentes vias a despeito de seu caráter autoritário e da ausência de eleições.

A influência do "fascismo"

Em primeiro lugar devemos entender o significa o termo *fascismo*. Em tempos de discussão política acalorada nas redes sociais, o termo virou xingamento gratuito, esvaziando seu sentido na arena pública. É preciso lembrar as origens não só do termo, mas dessa prática política.

O fascismo não é somente a antítese das democracias liberais como a negação da política que conhecíamos até então. Marcado pelos seus alvos, o fascismo se definia mais facilmente por aquilo que ele buscava negar: era *antiliberal*, *anticomunista*. Essa ideologia tem origem na Itália dos anos 1910-20, sob o comando de Benito Mussolini. A partir do exemplo italiano

e sobretudo após a Crise de 1929, governos e movimentos de inspiração fascista se tornaram comuns na Europa e na América dos anos 1930. Em termos gerais, um governo fascista se orienta pela presença de um grande líder, "forte" e intocável. Um indivíduo capaz de guiar a sociedade a um outro patamar, que passa, necessariamente, pela violência (inclusive física). Não se admite, em qualquer hipótese, pensamento contraditório, isto é, questionamentos ou pensamento crítico. Não se trata, portanto, de uma forma de governo em que a sociedade se veja representada em suas diferenças, mas de um processo no qual o poder é transferido a um "escolhido" e que, por meio da força, há de impor um caminho a ser seguido. Seria possível dizer que esse tipo de organização foi a mesma que Vargas empreendera no "Estado Novo"?

Como vimos até aqui, o fascismo era uma das ideologias centrais do debate político nos anos 1930. Não apenas os integralistas, mas uma série de importantes figuras do cenário político e econômico brasileiro nutriam grande admiração pelo fascismo. O mesmo se dava entre outros grupos, sobretudo entre as famílias de imigrantes italianos no Sudeste e Sul do país. O historiador João Fábio Bertonha traz o seguinte relato de um velho italiano do interior de São Paulo:

> "Eu era italiano e fascista. Achava que Mussolini era um grande homem que governou a Pátria e fez muito por ela. Os movimentos de antes da guerra [Segunda Guerra Mundial, entre 1939 – 1945] eram autorizados pelo governo brasileiro. Aqui em Rio Claro marchavam juntos os fascistas de camisas pretas e os integralistas de camisas verdes." (BERTONHA, 2001, [s.p.])

Entender, portanto, a disseminação do fascismo na sociedade e na política brasileira dos anos 1930 é um primeiro passo para entender que a relação de influências e diálogos com a ditadura italiana não se dava necessariamente a partir das políticas de Vargas com o Estado Novo.

Ainda sobre as similaridades entre o regime brasileiro e o fascismo europeu, temos a aproximação que iniciou essa seção: o Estado Novo ganhou força justamente pelo medo – medo de uma suposta invasão comunista na vida social brasileira. Isto é, diversos grupos sociais ofereceram poderes irrestritos a um líder carismático para que ele conduzisse o país usando, nesse caso, os meios que julgasse necessários (até mesmo autoritários) para trazer a suposta paz social.

Outro aspecto comumente associado à aproximação entre Vargas e o fascismo vem, sobremaneira, de uma ideia corrente de que a legislação trabalhista brasileira seria uma cópia, *ipsis literis*, da "Carta del lavoro" italiana.

(GOMES, 1988; VIANNA, 1976). As leis trabalhistas, que seriam mais tarde consolidadas pela CLT, em 1943, foram gestadas logo nos primeiros anos da década de 1930, a partir da criação do Ministério do Trabalho, sob o comando de Lindolfo Collor (1890 – 1942). A seu respeito e sobre as associações diretas entre a CLT e a "Carta del Lavoro", o professor Alfredo Bosi afirmou:

> "[...] ele sabia muito bem o que estava acontecendo fora do Brasil. E não só o que estava acontecendo na Itália fascista como se acredita às vezes, num abuso de interpretação. Ele sabia o que se passava na França, na Alemanha, ainda antes da ascensão de Hitler e dos nazistas. Na Alemanha, havia uma constituição liberal, mas com muitos dispositivos favoráveis aos operários. Ele também estudou o que se passava no México, na Espanha. Estudou o que estava acontecendo e procurou aplicar ao Brasil. Daí vem o núcleo da CLT, embora ela só tenha sido promulgada em 1943. (BODI, 2017, [s.p.] *apud* AGUIAR, 2017, [s.p.)

Novamente, temos aqui o fascismo como um dos elementos centrais do cenário político, mas, mais uma vez, ele constitui apenas uma das peças no tabuleiro do jogo político nacional e internacional. A Constituição Mexicana de 1917, por exemplo, anterior ao fascismo, foi a primeira do mundo a garantir direitos trabalhistas – o direito à greve, por exemplo – e serviu como uma das referências para o debate sobre os direitos do trabalhador. Ao mesmo tempo, o grupo que lançou as figuras de Vargas e Lindolfo Collor à política no Rio Grande do Sul já apontava à questão social, às condições do trabalhador no pós-abolição, como sendo uma de suas pautas políticas quando da Proclamação da República, em 1889. Mais tarde, na candidatura de Vargas, em 1930, pela Aliança Liberal, a atenção ao trabalhador havia se tornado uma das promessas de campanha do grupo que mais tarde tomaria o poder.

Ainda no debate sobre as similaridades entre o Estado Novo e o fascismo, a historiografia costuma apontar para a ideia de que Vargas teria emplacado um modelo de governo que propôs uma "aliança pelo alto". Em meio às políticas autoritárias, seu governo buscou um concerto entre os interesses de uma elite agrária e a necessidade de estimular o surgimento de uma burguesia industrial. Governo e industriais acreditavam que essa última, por si só, não conseguiria se desenvolver de maneira satisfatória, tendo aí a necessidade do apoio de um Estado forte e centralizador. Vejamos como, em 1945, o próprio Vargas faz uma avaliação da forma de governo que ajudou a implementar:

> O regime de 37 é sem dúvida um regime forte, de concentração de poderes. Mas, para ser isso não precisava ser, como não é, totalitário. É realmente muito diferente. Instituindo novo processo de consulta às necessidades e opiniões da população através de corpos econômicos e agremiações de caráter produtivo, tendo em vista precisamente dar realidade ao princípio democrático segundo o qual os poderes públicos devem ser apenas órgãos de execução da vontade popular, eliminando a clássica oposição entre governantes e governados e corrigindo o desvirtuamento do sistema representativo pelos grupos partidários ou de interesses particularistas. (VARGAS, 1945, p. 99-100 *apud* CONTRIM, 1999, p. 163-164).

Para Vargas, o que o modelo de governo que estava implementando oferecia à população uma outra forma de democracia; diferiria radicalmente da tradição liberal burguesa, contudo, buscaria atender demandas da população por meio da criação de um Estado forte. Ele seria democrático, no seu entender, justamente pela sua capacidade de dar uma resposta coerente aos problemas que a sociedade apresentava. Ao se defender da aproximação com o fascismo e os regimes totalitários, Vargas apontava para a reação dos integralistas ao seu governo com o levante integralista de 1938 – após a proibição de agremiações e partidos políticos em 1937. Para ele, a tentativa de golpe dos militares integralistas e seus líderes seria prova de que o governo não era totalitário: "Víamos, assim, paradoxalmente, um regime dado como totalitário assaltado e agredido pelos maiorais do totalitarismo" (VARGAS, 1945, p. 62 *apud* PENSAMENTOS, 1945, [s.p.]). Obviamente sua análise não fala, entre outras coisas, sobre os opositores que foram calados. Como vimos, constitui-se de uma narrativa que simplifica o cenário político e seus impasses ao criar uma ideia de "vontade popular" uníssona e transparente. De qualquer maneira é interessante pensar que Vargas estivesse interessado em teorizar sua prática política e, mais do que isso, desvencilhar-se dos regimes totalitários.

Pesquise mais

Estado Novo, propaganda e Nazi-fascismo

A historiadora Maria Helena Capelato produziu alguns dos mais importantes estudos sobre as políticas varguistas e a imprensa. Para ela:

> O varguismo não se define como fenômeno fascista, mas é preciso levar em conta a importância da inspiração das experiências alemã e italiana nesse regime, especialmente no que se refere à propaganda política. (CAPELATO, 1999, p.167)

Isso se explica, ainda de acordo com Capelato, porque:

> Os organizadores da propaganda varguista, atentos observadores da política de propaganda nazi-fascista, procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os à realidade brasileira. (CAPELATO, 1999, p.169)

Recomendamos aqui a leitura de seu clássico *Multidões em cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.* São Paulo: Fapesp/ Papirus, 1986/2002.

Outro tópico recorrente na reflexão sobre as políticas autoritárias de inspiração fascista do Estado Novo é a sua relação com a imprensa e a censura. Afinal, quais instrumentos o Estado possuía para se tornar "forte" na opinião pública? A criação do **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)** teve papel fundamental nesse processo. O DIP buscava, ao mesmo tempo, criar uma narrativa oficial para os acontecimentos do país e censurar veículos de imprensa e produções culturais que não apoiassem a versão governamental da realidade. Apoiando-se na popularização do rádio naquele momento, o DIP contribuiu grandemente para a popularidade do regime estadonovista. Pela primeira vez na história, a própria voz dos governantes chegaria aos lares da população – o que fez do rádio um dos elementos centrais das práticas políticas dos anos 1930 no mundo. Programas como "**A Voz do Brasil**", o "**Repórter Esso**" e o "**Cinejornal Brasileiro**" foram todos criados/repaginados pelo DIP e são peças que, ainda hoje, povoam o imaginário da população, sobretudo mais idosa. Esses veículos não eram somente informativos, eles buscavam monopolizar a informação: tratavam-se de fontes "oficiais" que procuravam construir uma relação de forma e conteúdo que aparentasse neutralidade, erudição e distanciamento. As notícias eram apresentadas como se compusessem uma análise técnica e sóbria acerca do que não se poderia discordar. Reafirmar a crença em sua própria neutralidade era parte essencial da ideologia estadonovista. Concomitantemente, a censura era estabelecida diretamente pelo DIP e buscava aplacar vozes dissonantes. A Constituição de 1937 tornava legal a prática da censura prévia, dava fim à liberdade de

imprensa e transformava os veículos de imprensa em instrumentos do Estado (CAPELATO, 1999).

À medida que o aparato de controle estatal se consolidava, uma burocracia se formava a partir dos estudos encomendados para o recém-criado IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O **IBGE**, que, enquanto órgão público, existia desde 1934, nasceu como *Instituto Nacional de Estatística* e foi renomeado no primeiro ano após o golpe de Vargas, em 1938. Trata-se de uma instituição que visa, essencialmente, produzir conhecimento estatístico sobre a população em todo território nacional e possui papel estratégico na medida em que pode mapear a população e orientar políticas públicas, as mais diversas. Foi nesse governo que, por exemplo, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (**SENAC**) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (**SENAI**). Com dados mais precisos, tornou-se possível direcionar as políticas públicas mais acertadas para suprir demandas que eventualmente o sistema apresentasse à administração central. Nesse sentido, um tópico recorrente da historiografia é o debate sobre as aparentes contradições do Estado Novo: um regime autoritário e violento, e que, ao mesmo tempo, produziu uma série de aparatos sociais avançados, muitos deles facilmente reconhecíveis pelas siglas que representam tais aparatos ainda em uso.

Finalmente, nosso último tópico diz respeito à política externa do Estado Novo, tema que ainda será retomado quando pensarmos a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Apesar das associações ou da pecha de fascista, a política externa do governo brasileiro no Estado Novo esteve sempre condicionada à relação que o país estabelecia com os EUA – mais do que com os países do Eixo. Cada vez mais influente na América Latina, os norte-americanos buscaram uma aliança não apenas econômica, mas estratégica (CORSI, 1997).

Toda a política externa brasileira foi orientada com a finalidade de alavancar um projeto nacional de desenvolvimento, isto é, a busca por alinhamento que permitisse ao país o estabelecimento de um projeto econômico efetivo em vez de afinidade ideológica. Embora alguns autores digam que a industrialização brasileira seja mais ocasional do que um projeto propriamente pensado, a questão é que o governo brasileiro buscou apoio para o desenvolvimento de um parque industrial em meio a um "campo minado" em boa parte dos anos 1930. A busca por uma política externa independente visava, em especial, ocupar um espaço de negociação entre os flancos deixados por um mundo de acirramentos entre as potências. Não tomar uma posição pública mais agressiva era uma estratégia para se resguardar; ocupar um papel mais sóbrio, eventualmente, e, a partir de decisões circunstanciais, alcançar, ainda que aos poucos, autonomia. Vargas estabeleceu um

jogo duplo com EUA e Alemanha, decidindo-se, enfim, pelos EUA, como estudaremos mais à frente. Assim, tanto no cenário interno quanto externo o autoritarismo do regime de Vargas não significou a ausência de conflitos e jogos políticos.

Pesquise mais

Repensando o Estado Novo

A obra organizada por Dulce Pandolfi é um ótimo compilado com grandes especialistas no tema (como Boris Fausto, Ângela de Castro Gomes e Maria Helena Capelato), reunindo leituras essenciais sobre o que vimos ao longo da seção. Cada um dos artigos explora um dos eixos clássicos da historiografia do Estado Novo, e para a felicidade dos historiadores, agora a obra se encontra disponível online pela **Fundação Getúlio Vargas**.

REPENSANDO o Estado Novo. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Assimile

Nesta seção buscamos pensar o Estado Novo e os caminhos adotados pela administração de Getúlio Vargas para negociar seu poder mediante a pressões internas muito importantes e uma situação externa cada vez mais bélica e imprevisível. No plano interno, o governo apostou na suspensão das liberdades individuais e no estabelecimento de um governo autoritário, com uma série de instrumentos que permitiam a percepção de um poder legítimo, tanto do ponto de vista legal quanto por aqueles atingidos por conquistas sociais. No plano exterior buscou o alinhamento de uma política externa independente, embora em meio à Segunda Guerra tenha se decidido pelo lado estadunidense.

Sem medo de errar

Podemos agora retomar de maneira mais enfática a questão colocada inicialmente: como podemos responder ao estudante que entende o Estado Novo simplesmente como uma transposição da ideologia fascista ao Brasil? O primeiro passo pode ser reconhecer a origem dessa ideia e porque ela parece se sustentar. Como vimos ao longo da seção, muitos dos aparatos criados pelo Estado Novo – da censura à proibição dos partidos políticos – possuíam inspiração no fascismo. No momento do golpe, aliás, Vargas contou com o apoio de Plínio Salgado, líder do integralismo – movimento de inspiração

fascista nacional e que contava com a simpatia de alguns dos generais do exército brasileiro.

Como vimos, o fascismo era uma ideia política (ou apolítica, se considerarmos as reflexões de Hannah Arendt) disseminada nos debates políticos e intelectuais dos dois lados do Atlântico. Nos anos 1930, não era incomum que jornalistas, juristas e políticos brasileiros demonstrassem publicamente sua admiração pelo nazi-fascismo. Isso fazia do fascismo um elemento incontornável do debate ideológico e político naquele momento.

No entanto, essa onipresença do fascismo não significa pensar esse fenômeno como um "marco zero" e único a partir do qual o Estado Novo deva ser analisado. Vargas, seus apoiadores e opositores já estavam em jogos políticos próprios, com raízes vindouras de outras tradições, antes do avanço fascista nos anos 1930. O positivismo, por exemplo, era, certamente, uma das ideologias centrais para pensar a política brasileira das primeiras décadas do século XX – e ela não se apagou da mente dos contemporâneos do dia para a noite com o Estado Novo.

Podemos, além disso, é claro, apontar algumas distinções elementares entre os processos comparados:

> "O regime fascista italiano resultou de um movimento organizado que tomou o poder. O partido teve um papel fundamental como propulsor das transformações por que iria passar o novo Estado, era uma entidade que "representava" a vontade da nação, mobilizando intensamente a população e chegando a assumir feições militarizadas. Já o regime de 1937 no Brasil não resultou da tomada do poder por nenhum movimento revolucionário, nem era sustentado por qualquer partido. A mobilização e organização das massas em milícias também era recusada, como o demonstra o caso da Organização Nacional da Juventude, que foi transformada em um programa de educação moral e cívica. Ainda que haja semelhanças no tocante ao cerceamento da liberdade individual, percebe-se assim que tanto do ponto de vista doutrinário como da realidade histórica, o Estado Novo brasileiro não foi a reprodução literal do fascismo italiano. (CPDOQ, [s.d.], [s.p.])

Contudo, mais do que reconhecer distinções entre os fenômenos do Estado Novo brasileiro e do fascismo italiano, é importante que o estudante não faça "tábula rasa" da história brasileira, como se essa fosse apenas resultado daquilo que se passava na Europa daquele momento. Ao abordar o Estado Novo ou qualquer

momento da história, é importante que o estudante seja capaz de articular histórias locais e processos mais amplos em suas complexas relações.

Faça valer a pena

1. Belmonte e o nazismo

Fig. 3.2

Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/09/Quem-foi-Belmonte-o-cartunista-que-desafiou-Get%C3%BAlio-e-Hitler. Acesso em: 19 dez. 2018.

A imagem acima é de autoria do cartunista Belmonte, uma resposta a Goebbels, ministro da propaganda de Hitler que teria criticado o cartunista paulistano em 1943.

A partir da fonte histórica acima é correto afirmar que:

a) A charge acima destaca a colaboração política estadonovista com as políticas adotadas pela Alemanha nos anos 1930.

b) A partir da fonte acima é possível refletir sobre os espaços da crítica ao nazifascimo e do debate na imprensa, apesar da censura típica do Estado Novo.

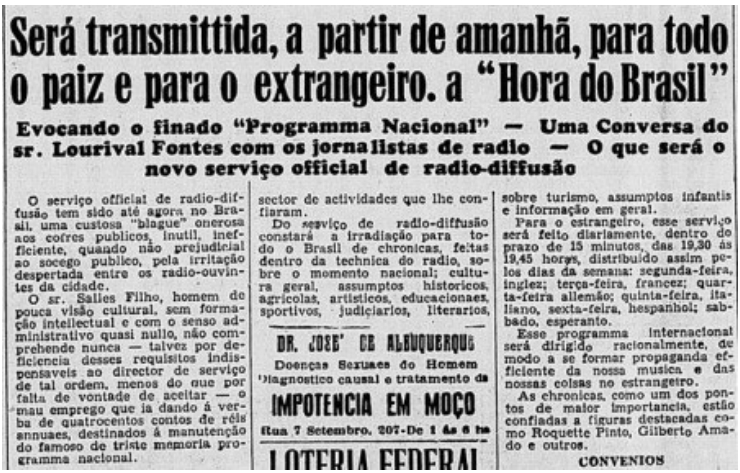
c) A política internacional de Vargas buscou alinhar-se ao governo norte-americano transformando-se em seu maior parceiro comercial. É disso que se tratava a crítica de Goebbels.

d) A charge de Belmonte é uma crítica a aproximação do governo Vargas com a Itália fascista. Como fica claro na imagem, o chargista propunha uma aproximação com a Alemanha de Goebbels.

e) Belmonte era propagandista oficial do governo Vargas, sendo muito comum que fizesse charges elogiosas aos governos apoiados pelo Brasil, como era o caso da Alemanha.

2. Em 1938 o governo Vargas dava início ao **DIP** (Departamento de Imprensa e Propaganda). Esse departamento buscava, ao mesmo tempo, criar uma narrativa oficial para os acontecimentos políticos do país e censurar as vozes dissonantes da imprensa e da sociedade civil. Observe agora a manchete do jornal Gazeta de Notícias, de julho de 1935:

Figura | Jornal Gazeta de Notícias, julho de 1935



Será transmittida, a partir de amanhã, para todo o paiz e para o extrangeiro. a "Hora do Brasil"

Evocando o finado "Programma Nacional" — Uma Conversa do sr. Lourival Fontes com os jornalistas de radio — O que será o novo serviço official de radio-diffusão

O serviço official de radio-diffusão tem sido até agora no Brasil, uma custosa "blague" onerosa aos cofres publicos, inutil, inefficiente, quando não prejudicial ao socego publico, pela irritação despertada entre os radio-ouvintes da cidade.

O sr. Salles Filho, homem de pouca visão cultural, sem formação intellectual e com o senso administrativo quasi nullo, não comprehende nunca — talvez por deficiencia desses requisitos indispensaveis ao director de serviço de tal ordem, menos do que por falta de vontade de aceitar — o mau emprego que ia dando á verba de quatrocentos contos de réis annuaes, destinados á manutenção do famoso de triste memoria programma nacional.

Do serviço de radio-diffusão constará a irradiação para todo o Brasil de chronicas, feitas dentro da technica do radio, sobre o momento nacional; cultura geral, assumptos historicos, agricolas, artisticos, educacionaes, sportivos, judiciarios, literarios, sector de actividades que lhe confiaram.

DR. JOSÉ' DE ALBUQUERQUE
Doenças Sexuaes do Homem
Diagnostico causal e tratamento da
IMPOTENCIA EM MOÇO
Rua 7 Setembro, 207-De 1 às 6 ha
LOTERIA FEDERAL

sobre turismo, assumptos infantis e informação em geral.

Para o estrangeiro, esse serviço será feito diariamente, dentro do prazo de 15 minutos, das 19,30 ás 19,45 horas, distribuido assim pelos dias da semana: segunda-feira, inglez; terça-feira, francez; quarta-feira allemão; quinta-feira, italiano, sexta-feira, hespanhol; sabbado, esperanto.

Esse programma internacional será dirigido racionalmente, de modo a se formar propaganda efficiente da nossa musica e das nossas coisas no estrangeiro.

As chronicas, como um dos pontos de maior importancia, estão confiadas a figuras destacadas como Roquette Pinto, Gilberto Amado e outros.

CONVENIOS

Fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_06&pasta=ano%20193&pesq=1935. Acesso em: 19 dez. 2018.

A partir da leitura da seção e da observação da imagem responda:

a) O "A Hora do Brasil" ajudou a construir uma narrativa oficial e unívoca para os acontecimentos políticos do país.

b) O DIP era um órgão do governo, mas administrado de maneira independente pelos setores da imprensa.

c) Apesar da pressão pública, o DIP nunca restringiu a liberdade de expressão da grande imprensa brasileira, que, apesar dos processos de burocratização estatal, não sofreu retaliações governamentais.

d) Com a criação do "A Hora do Brasil", Vargas criminalizou os movimentos sociais, sobretudo aqueles liderados por membros do Partido Comunista.

e) Apesar da origem governamental, o "A Hora do Brasil" foi criado como um noticiário independente, que deixava evidente sua perspectiva sobre o noticiário nacional.

3. O documento abaixo é um panfleto da ditadura portuguesa homônima e contemporânea daquela iniciada por Getúlio Vargas. Nele, os dez mandamentos da ditadura de Salazar:

Figura | Os dez mandamentos da ditadura Salazar

1.º O ESTADO NOVO representa o acôrdo e a síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a vanguarda moral, social e política.

2.º O ESTADO NOVO é a garantia da independência e unidade da Nação, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de tôdas as suas energias criadoras.

3.º O ESTADO NOVO não se subordina a nenhuma classe. Subordina, porem, tôdas as classes à suprema harmonia do Interêsse Nacional.

4.º O ESTADO NOVO repudia as velhas formulas: Autoridade sem Liberdade, Liberdade sem Autoridade — e substitui-as por esta Autoridade e liberdades.

5.º No ESTADO NOVO o individuo existe, socialmente como fazendo parte dos grupos naturais (familias), profissionais (corporações), territoriais (municipios) — e é nessa qualidade que lhe são reconhecidos todos os necessários direitos. Para o ESTADO NOVO não há direitos abstractos do Homem há direitos concretos dos homens.

6.º "Não ha Estado forte onde o Poder Executivo o não é". O Parlamentarismo subordinava o Govêrno à tirania da assembleia politica, através da ditadura irresponsável e tumultuária dos partidos. O ESTADO NOVO garante a existência do Estado forte pela segurança, independencia e continuidade da chefia do Estado e do Govêrno.

7.º Dentro do ESTADO NOVO a representação nacional não é de ficções ou de grupos efémeros e dos elementos reais e permanentes da vida nacional: familias, municipios, associações, corporações etc.

8.º Todos os portugueses tem direito a uma vida livre e digna — mas deve ser atendido, antes de mais nada, em conjunto, o direito de Portugal à mesma vida livre e digna. O bem geral suplanta — e contem — o bem individual. Salazar disse: Temos obrigação de sacrificar tudo por todos: não devemos sacrificar-nos todos por alguns.

9.º O ESTADO NOVO quere reintegrar Portugal na sua grandeza historica, na plenitude da sua civilização universalista de vasto império. Quere voltar a fazer de Portugal uma das maiores potencias espirituais do mundo.

10.º Os inimigos do ESTADO NOVO são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação — isto é da ordem do interesse comum e da justiça para todos — pode e deve ser usada a força que realiza, neste caso a legitima defesa da Patria.

Fonte: http://visualizingportugal.com/dec-vn-decalogo/2014/2/4/declogo-do-estado-novo-1934. Acesso em: 18 dez. 2018.

A partir do documento acima e da influência do fascismo como ideologia nos anos 1930, é correto afirmar que:

a) A oitava regra do decálogo estabelece que a liberdade individual é o mais sagrado direito de um cidadão diante de seu governo – que poderia, até mesmo, usar da violência para a manutenção dessa garantia legal.

b) A décima regra do decálogo estabelece uma profunda identificação entre o Estado Novo e a Nação, de modo que qualquer oposição ao governo passa a ser considerada um ataque ao suposto interesse comum e à justiça na pátria.

c) A quinta regra do decálogo afirma a impossibilidade da existência de indivíduos em meio à coletividade, noção central do fascismo português e brasileiro.

d) De modo geral, o decálogo prega a superação do passado e o abandono das tradições para a construção de um novo país, um Portugal tão grandioso quanto "sua promessa universalista".
e) Assim como no Estado Novo brasileiro, seu homônimo português pregava o bipartidarismo como a única solução para se evitar o "caos democrático relativista" das primeiras décadas do século XX.

Seção 3.2

Estado Novo: economia

Diálogo aberto

Podemos dizer que, ao longo de todo o material, vimos a República se consolidar e também receber intensas críticas e oposições, no que resultou uma tomada de poder por Getúlio Vargas e seus aliados. O período de autoritarismo conhecido como **Estado Novo**, como o próprio nome dizia, emergia com Vargas em uma crítica direta a uma República que pouco fazia pelas classes mais baixas e se consolidava como uma nova proposta política e econômica. De fato, o momento econômico vivido durante o período do Estado Novo pode ser considerado bastante favorável, uma vez que houve uma intensa valorização da indústria nacional, a criação de empresas estatais, que forneciam suporte ao mundo fabril, e uma série de consolidação de direitos trabalhistas. Por ter sido um momento de proteção do mercado interno e também de alguma segurança nos diretos trabalhistas, há, constantemente, uma confusão sobre o Período Vargas. Com frequência, por ratificar direitos dos trabalhadores, é encarado como de esquerda ou como de direita um subproduto do fascismo italiano pela falta de eleições.

Essas concepções também povoam as salas de aula, cenário de nosso contexto de aprendizagem. É com essa percepção extremamente contraditória que seus alunos tecem críticas ferrenhas aos direitos trabalhistas e à Era Vargas a partir de seus estudos sobre o Estado Novo. Eles dizem que não deveríamos considerar importantes os direitos conquistados pelos trabalhadores, como férias remuneradas, aposentadoria ou indenização por acidente de trabalho, porque são frutos de um regime não democrático. Outros dizem ainda que Vargas era um líder da esquerda. Como, então, interpretar o Estado Novo? Que materiais poderiam auxiliar essa reflexão mais profunda? Como evitar certos rótulos no ensino e aprendizagem?

Esta seção sobre economia te prepara a lidar com essa constante confusão sobre a Era Vargas, pois apresenta como o Estado Novo cunhou um discurso de um governo centralizado, é verdade, mas que também pretendia representar ao máximo a vontade de seu povo.

Mais do que focar no que seria direita ou esquerda, é importante trabalharmos a concepção de Estado para o período e a política econômica da época. Bons estudos.

Não pode faltar

Quando o Estado Novo se iniciou, em 1937, Vargas e seus articuladores propunham uma nova concepção de Estado, baseado em um discurso que afirmava o novo regime como um caminho para uma maior representação da população e suas diversas classes. Apesar das ferramentas autoritárias, como vimos, o Estado Novo propagava a noção de uma relação direta entre governante e governados. Se nos anos anteriores, já analisados por nós, o governo priorizava apenas o café e comprometia grande parte do orçamento para diminuir eventuais prejuízos dos cafeicultores, no Estado Novo houve uma proteção generalizada do mercado interno e também dos direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, a representação dos diversos setores que compunham a população brasileira era mediada, de maneira autoritária, pelo Presidente. Não havia eleições, partidos políticos, e a perseguição a opositores estava disseminada.

Assimile

Estado Novo: mudanças estruturais na política e economia

> "Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial. (...)Com medidas centralizadoras, Vargas procurou diminuir a autonomia dos estados, exercendo assim maior controle sobre as tradicionais oligarquias regionais. (PANDOLFI, 1999, p.10)

Nesta seção, portanto, vamos analisar como a concepção de um novo Estado, uma nova proposta econômica e uma nova representação política da relação governante-povo se articulavam.

Três setores eram considerados essenciais para o desenvolvimento econômico vislumbrado pela política econômica do Estado Novo: **petróleo, siderurgia** e **energia elétrica**. "Trabalhar com essas três questões representava envolver-se com a diplomacia econômica internacional e com a ofensiva das empresas estrangeiras, desejosas de usufruir de um mercado emergente e em expansão" (LEOPOLDI, 2010, p. 252).

Os órgãos criados para lidar com essas questões – Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Nacional do Petróleo; e Conselho de Águas e Energia Elétrica – respondiam diretamente ao presidente da República, Vargas. A produção de energia, por exemplo, que antes era comandada pela iniciativa privada, passava a ser competência do Estado, o que permitiu um maior atendimento da demanda energética pelos setores fabris em uma relação mais próxima entre empresários e Estado. Comandados quase que exclusivamente por militares favoráveis a Vargas, esses Conselhos e aparelhos estatais visavam garantir a soberania nacional e atender também às demandas do desenvolvimento econômico (CPDOC, 2017).

Vemos, então, que o Estado Novo, desde o seu início, pretendia centralizar a política e também as decisões econômicas do país. É durante esse período que o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934, ganhou força e centralidade. O que isso significava na prática? Além de ser responsável pelo planejamento do plano econômico, o CFCE articulava a "linha nacionalista e estatizante adotada pelo governo no período" e congregava os interesses de empresários com o Estado. (CPDOC, 2017). Na esteira de seus projetos, estava a nacionalização do petróleo, questão presente desde a década de 1920. E, por mais que a presença de empresários fosse permitida no refino e na exploração do petróleo, o controle governamental sobre a matéria prima fazia parte da política estatizante.

Exemplificando

Leia a notícia abaixo do jornal Diário Carioca:

Figura 3.2 | Riquezas do Brasil

DIARIO CARIOCA — Terça-feira, 22 de Março de 1938

RIQUEZAS DO BRASIL

O Brasil é um paiz de formidaveis possibilidades. Todos nós estamos fartos de saber disso. Não ha em todo o mundo, uma nação de maiores reservas e que possua as mais solidas perspectivas de uma prosperidade economica, como a nossa. Houve, agora, nos quarenta annos de regime republicano, um deploravel descuido, uma despreoccupação incrivel no que se refere á exploração das nossas riquezas mineraes, guardadas pela natureza, que nos foi tão prodiga, no seio da terra maravilhosa.

Os homens que passaram pelo poder, manietados pelas injuncções politicas, presos aos compromissos partidarios, apenas cuidaram de problemas superfluos, sem buscar a base do nosso engrandecimento, na exploração do solo. O resultado é que chegamos á Revolução de 1930, em verdadeiro estado de penuria.

Hoje já se cuida dos problemas serios. A Bahia está destinada a fornecer ao Brasil elementos prodigiosos para a nossa restauração economica. Basta dizer que o territorio daquelle Estado possue as maiores minas de manganez do mundo. Os suburbios de S. Salvador, conforme abalisada opinião dos technicos, são ricos de petroleo. Os technicos dizem haver um enorme lençol que, partindo do Lobato, onde já está provada a sua existencia, passa por varias localidades como Agua Comprida, Parafuso e outras, indo terminar em Camassary.

Em entrevista concedida a um jornal daquella cidade, o presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, declarou que estas riquezas vão ser agora exploradas com intensidade, com o apoio do governo federal que concorrerá com todo o material que fôr necessario.

Fonte: Riquezas (1938, p. 6).

A escolha do jornal Diário Carioca para essa análise foi proposital, pois o periódico era um reconhecido crítico de Vargas, tendo, seu fundador, José Eduardo de Macedo, sido preso durante o Estado Novo. Apesar das críticas que Macedo e todo o corpo editorial sempre traçavam a Vargas, pelo autoritarismo característico do Estado Novo, é possível encontrar colunas dedicadas aos avanços econômicos da época e às elites políticas que estavam no poder anteriormente. No trecho selecionado, há uma referência direta ao período anterior ao Estado Novo. A expressão "Os homens que passaram pelo poder", envolvidos por seus "compromissos partidários" não buscaram o "engrandecimento" do país. O estado da Bahia, que teria uma grande extração de manganês nos anos seguintes, seria um importante polo petrolífero e aparece no final da coluna com os esforços do governo federal para financiar e apoiar as extrações. É, portanto, em um contexto no qual a República havia investido muito pouco em outros setores para além do agrário que a política econômica do Estado Novo se fortalece juntamente à popularidade de Vargas, como veremos em seções posteriores

Assegurar a construção de refinarias nacionais era assegurar preços mais baixos de combustíveis e, portanto, maior competitividade dos produtos nacionais no mercado interno e externo. À medida que o nacionalismo crescia, a possibilidade de uma exploração estrangeira do petróleo ficava mais distante (LEOPOLDI, 2010, p. 255).

Além disso, para grande parte do setor militar, assegurar o petróleo e seu refino era uma questão de soberania nacional, não podendo, portando ser relegado a estrangeiros. Defendiam inclusive um projeto totalmente estatal para a exploração e refinaria do petróleo; proposta que entrava em choque com a de empresários brasileiros que vislumbravam um modelo nacional-privado. (LEOPOLDI, 2010, p.254)

Pesquise mais

Monteiro Lobato, escritor mais conhecido por sua literatura infanto-juvenil, fez um livro defendendo a exploração do petróleo no mesmo período. Para saber mais da relação do escritor Monteiro Lobato com o petróleo e o Estado Novo, veja:

CHIARADIA, K. N. P. **Edição de textos fidedigna e anotada das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-1937):** Edição e estudo da correspondência entre Monteiro Lobato, Charles Frankie e alguns companheiros da Campanha Petrolífera, como Edson de Carvalho. 2016. 642 f.Tese. (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2016

É nesse contexto que vários acordos foram traçados com os Estados Unidos. Quanto à siderurgia, uma vez que o Estado Novo tinha garantido a exclusividade dessa atividade ao governo e a particulares brasileiras com a **Companhia Siderúrgica Nacional**, os estados Unidos dificultaram empréstimos para o Brasil a fim de retardar o desenvolvimento do parque siderúrgico ou forçar a aproximação do governo brasileiro com empresas de exploração estadunidenses. Com o envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra, o empréstimo foi concedido como uma forma de evitar aproximações do governo brasileiro com o Eixo. Nesse sentido, como afirma Leopoldi:

> A CSN foi o último empreendimento significativo do primeiro período de Vargas no governo e o símbolo de um projeto nacional desenvolvimentista que envolveu uma aliança entre Estado, industriais e militares. A CSN pôs em relevo também a capacidade de negociação da diplomacia brasileira, que reconheceu o momento ideal para barganhar com os interesses estratégico dos americanos. (2010, p. 258)

A Companhia Siderúrgica não foi a única a ter capital misto, isto é, com participação estatal e privada. A **Companhia Vale do Rio Doce**, criada por meio de um decreto-lei de Vargas, em 1942, visava a exploração do solo e de seus minérios e proibia a atividade a estrangeiros. Novamente, os Estados Unidos estavam presentes nas tomadas de decisão, mas, dessa vez, colaborando com a orientação nacionalista da Companhia. A Inglaterra, até mesmo, teve papel fundamental na negociação sobre nacionalização dos bens da companhia inglesa de extração de minério de ferro, *Itabira Iron Ore Company*. Como afirmado anteriormente pela professora Maria Antonieta Leopoldi, a diplomacia foi fundamental para a consolidação de acordos que beneficiaram o país.

Como interpretar a criação de diversos conselhos e secretarias? Bem, a criação dessas instituições e o próprio planejamento econômico do Estado Novo se relacionavam diretamente com a concepção de Estado do governo da época. A proposta de governo, após 1937, era centralizar o plano econômico no governo federal. Foi nesse espírito centralizador, por exemplo, que institutos regionais de café perderam força para o Conselho Nacional do Café, criado em 1931. O governo federal baixou o imposto para exportação e não mais segurou o câmbio monetário, o que levou a uma desvalorização da moeda nacional, mas alavancou as exportações do grão para o mundo todo. (LEOPOLDI, 2010). Havia, então, um protecionismo com as produções internas e o mercado passou a ser feito para dentro do país. Um Estado centralizador também foi benéfico para as indústrias com uma série de acordos internacionais de exportação, e também de organização do mercado interno, fornecendo uma diminuição na burocracia e a construção de toda uma infraestrutura estatal para o fornecimento e escoamento da produção. Portanto, ao não ter uma única liderança regional ou o revezamento de lideranças como fora na política do café com leite, o Estado Novo garantiu o crescimento das exportações de café, ao mesmo tempo que forneceu condições para o crescimento do parque industrial.

O contexto internacional também foi catalizador, uma vez que, desde 1929, diversos países, como os Estados Unidos, tiveram dificuldade de manter suas exportações, fazendo com que indústrias nacionais, como as do Brasil,

pudessem concorrer e dominar parte do mercado consumidor. Na década de 1940, a Segunda Guerra Mundial também contribuiria para que a indústria brasileira mantivesse sua parcela do mercado. Setores têxtis, "químico, de papel, cimento, aço e pneus" foram os que mais cresceram. Para que os industriais aproveitassem o contexto internacional, o governo concedeu vultuosos empréstimos, via Banco do Brasil, e também impediu a importação de maquinário para fábricas concorrentes das nacionais. (LEOPOLDI, 2010)

Percebemos, então, que o Estado Novo estava fundamentado na centralização do poder e das tomadas de decisões na figura do presidente.

Como essa nova estrutura de governo se articulava com o passado e a trajetória liberal da República? É essencial retomarmos a ideia já mencionada em algumas seções anteriores de que naquele período do entreguerras havia uma emergência de regimes totalitários, tanto de esquerda, com a URSS, quanto de direita, com o nazismo alemão. O surgimento desses regimes pode ser explicado pela falência do Estado liberal em dar suporte à população durante numerosas crises econômicas que assolavam países inteiros. Nesse contexto, um líder que concentrasse toda a autoridade do Estado e fizesse uma ligação direta entre o governo e o povo, "sem a necessidade de partidos e assembleias", surgia como uma solução para o Estado Liberal (SAVIANI FILHO, 2013, p. 857).

Reflita

Estado Novo e o liberalismo à brasileira

> "O "abandono" do liberalismo, por conseguinte, vinha sendo fartamente exercitado ao longo da Primeira República, como ilustram os exemplos da política de valorização do café, da política imigratória e da política tarifária. Na verdade, o liberalismo do Estado brasileiro, desde o Império, sempre fora sensível às pressões dos interesses privados pelo aumento da capacidade regulamentadora do poder público. O que ocorria de novo nesses diagnósticos sobreas causas dos problemas do país era a demanda de novas esferas de intervenção do Estado que incluíssem áreas como educação, saúde e o mercado de trabalho. (GOMES, 1999, p. 54)

Houve, de fato, na Primeira República, uma política e um plano econômico que seguissem os ideais liberais? O Estado não interferia diretamente em questões econômicas, por exemplo?

Em conjunto com o plano econômico, estatizante e desenvolvimentista, apontado nesta seção, o Estado Novo baseou-se também em uma série de valores identitários de nacionalidade e pertencimento para que a legitimidade do governo fosse edificada. Para tal, o governo contava com uma extensa aparelhagem burocrática de censura, perseguição, mas também de produção de conteúdo, com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Como afirmou Oliveira:

> "O Estado Novo, é preciso ressaltar, teve uma preocupação nítida em fazer produzir, ou aproveitar para seu uso, um conjunto de princípios e ideias, pelos quais se auto-intepretava e justificava seu papel na sociedade e na história brasileiras. Tais princípios não foram formulados em 1937, mas receberam aí uma roupagem oficial e foram utilizados como instrumentos do poder. (1982, p. 9)

A narrativa construída, portanto, é de um Estado preocupado com o presente, que resgata elementos de uma imaginada cultura nacional do passado, mas sem idealizar o futuro. Com frequentes críticas às elites políticas liberais, jornais e revistas, o discurso gestado pelo DIP, apontava para o excessivo desleixo com que os governos anteriores teriam conduzido o desenvolvimento do país, ao mesmo tempo que inflava elementos gloriosos do passado e de sua cultura popular. Na lógica dessa narrativa, o Estado anterior, federalizado, liberal e usurpado de acordo com os interesses de elites políticas regionais, emergia, agora, como um Estado centralizado e obstinado a desenvolver a nação como um todo, sem interesses particulares. O Estado Novo pretendia-se como a representação da própria vontade da nação. Conjugavam-se, portanto, a ideia de um Estado centralizado, mas que respeitava e era a própria vontade do povo, a ideia de uma cultura popular nacional e de uma cidadania que não estava ligada ao direito ao voto, ao direito político, mas relacionada ao trabalho.

Assimile

Estado Novo: nem um Estado Totalitário, nem liberal

> "É neste sentido que a construção do projeto político do novo Estado Nacional pode ser analisada a partir da proposição de uma crítica dirigida tanto às formas de governo liberais quanto às experiências totalitárias, quer as comunistas, quer as fascistas. [...] No Brasil, a Revolução de 1930 e a instituição do Estado Novo respondiam a uma das crises mais tremendas da história universal, na medida em que procuravam garantir a democracia

> em seu sentido mais vivo. O Estado em nosso país exprimia um novo e moderno ideal de democracia, distinguindo-a definitivamente das formulações liberais e impedindo-a de soçobrar ante a ameaça totalitária. (GOMES, 1982, p.124-125)

É no esteio desse nacionalismo, da centralidade do poder do Estado, que o trabalhador passa ser o cidadão do Estado Novo (OLIVEIRA, 1982). Concomitantemente, é nesse período que se iniciou um projeto de valorização do trabalhador nacional. Entre outras medidas, estavam a institucionalização do salário mínimo e restrição à imigração para o território brasileiro. O Estado Novo, por meio do recém-criado Ministério do Trabalho, passou, então, "a mediar as relações entre patrão e empregado", pretendendo uma conciliação de classes (PANDOLFI, 1999, p.11.) O trabalhador-cidadão ideal do Estado Novo, então, seria aquele que respeitasse a próprio cerne do governo ou, em outras palavras, centralizado pelo Estado, disciplinado e produtivo para garantir o desenvolvimento e despolitizado, amordaçado pela Lei de Segurança Nacional de 1935. (LENHARO, 1985)

Abaixo veremos uma fotografia realizada durante o Estado Novo.

Figura 3.3 | 1º de maio

Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas#. Acesso em: 4 dez. 2018)

Figura 3.4 | Desfile, dia da pátria

Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas#. Acesso em: 4 dez. 2018.

As duas imagens com temas, datas e locais diferentes se conectam profundamente sob os discursos construídos pelo Estado Novo. Na primeira fotografia, durante as comemorações do 1º de Maio, alguns homens sustentam uma faixa com os dizeres "Trabalhador sindicalizado, é trabalhador disciplinado". Os sindicatos, durante o Estado Novo, estavam organizados pelo próprio governo. A disciplina e morigeração eram obrigações dos trabalhadores, e seguir esses preceitos era para ser entendido como um exercício da cidadania durante o período. Não é possível saber se as faixas foram levadas pelos próprios trabalhadores ou se fornecidas pelo Estado. É importante, no entanto, perceber que o discurso sobre o trabalhador disciplinado estava bastante disseminado, especialmente porque também conjugava a ideia de pertencimento à nação. O trabalhador disciplinado cooperaria com o desenvolvimento do país. A segunda imagem, por sua vez, trata da construção de uma nação coesa na qual – supostamente – passado, presente e futuro se encontrariam e se articulariam pelo bem de todos. As crianças e o ensino louvando a bandeira brasileira formam uma representação do encontro entre o passado e o futuro, enquanto o desfile de tanques representa a força do Estado, a força do presente. Podemos, até mesmo, questionar a própria função de desfiles e paradas comemorativas de símbolos nacionais, como o "Dia da Bandeira" e o "7 de setembro", amplamente utilizados pelo Estado Novo para construir o ideal de uma nação unida, centralizada em um só presidente, mas com objetivo de desenvolvimento que atingiria a todos.

Vimos, então, que o plano econômico da época se articulava diretamente com as concepções de Estado, Nação e Cidadania propagadas pelo Estado Novo. No discurso e também nos alicerces do Estado Novo, estava um governo extremamente centralizado, sem eleições, mas que se pretendia

representante direto da vontade do povo. De acordo com essa lógica, empresários, investidores e patrões poderiam se sentir representados nessa nação, afinal o governo construía uma série de secretarias e conselhos para o desenvolvimento do país e ainda fechava o mercado para dentro. Estatização de empresas estrangeiras, nacionalização da exploração de matérias primas e injeção de empréstimos foram algumas das muitas ações do Estado Novo para assegurar uma competição dos produtos nacionais em relação ao mercado mundial. Simultaneamente, os trabalhadores, com seus sindicatos sob o poder do governo, conseguiram vários direitos e se transformaram em símbolos nacionais.

Veremos nas próximas seções que essa unidade e coesão harmônica estava mais presente no discurso empreendido pelo Estado Novo do que se constituiu como uma realidade. É importante, no entanto, nos atentarmos para as relações muito próximas entre a concepção de Estado e os planos de governo empreendidos pelo Estado Novo.

Sem medo de errar

É muito comum as pessoas tentarem enquadrar o Estado Novo e o próprio Getúlio Vargas em conceitos prévios, como esquerda ou direita, fascista ou socialista. Seus alunos trouxeram importantes questionamentos sobre essa questão e, você, professor, em vez de reforçar tais rótulos, prefere questionar a existência deles em relação ao Estado Novo.

Você, então, apresenta uma breve, porém famosa, frase de um ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso, cujos mandatos se estenderam de 1990 a 1998.

> “O caminho para o futuro desejado ainda passa, a meu ver, por um acerto de contas com o passado. Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas. (SAVIANI FILHO, 2013, p. 856)

Você aproveita a oportunidade e explica que o Governo FHC, como ficaram conhecidos os mandatos do referido presidente, tornou-se conhecido nacional e internacionalmente por uma série de privatizações, incluindo a Vale do Rio Doce, que estudamos nesta seção, e o caráter neoliberal que possuía.

Quais os possíveis sentidos da frase do ex-presidente?

Alguns alunos mais prontamente fazem uma relação direta entre as estatizações de Vargas e as privatizações de FHC. Dar fim a era Vargas era dar fim às Estatais. Outros vão além e arriscam dizendo que o Estado seria mais liberal e pouco interferiria na economia.

Você, então, explica que para o FHC, assim como para vários políticos e estudiosos, a Era Vargas, o Estado Novo, representava um Estado Forte, por vezes autoritário, mas que a expressão "autoritarismo" não era a questão que incomodava o então presidente. Para ele, essa questão já era uma "página virada", o desenvolvimento estava atravancado e o avanço atrasado, pois o Estado brasileiro, em geral, era forte e incidia diretamente nas questões econômicas e sociais. Essa característica do Estado Brasileiro, de acordo com FHC, era um legado da Era Vargas.

Você retoma o questionamento de seus alunos sobre o Estado Novo e diz que, de fato, foi um Estado forte e centralizado. Podemos apenas dizer que não era liberal. A preocupação com a defesa das empresas nacionais e o suporte dado ao empresariado brasileiro nos impediria de o classificar como um governo de esquerda, da mesma maneira que o fortalecimento e regulação dos direitos trabalhistas nos afastaria de uma concepção de direita como conhecemos hoje. Você, então, relembra seus alunos da função dos historiadores: olhar para o objeto sem impor suas concepções do presente. Para FHC, era essencial apontar e detratar o forte Estado conduzido por Vargas, pois, em sua concepção política, um Estado ausente permite que o mercado regule organicamente a sociedade, e essa era sua proposta como presidente. A nós, historiadores ou estudantes de história, cabe a visão de como a população, em seus mais diversos setores, encarava e lidava com as contradições do Estado Novo.

Faça valer a pena

1. Leia o excerto e considere as afirmações abaixo:

> "Toda a política do pós-1937 era uma reação ao 'materialismo' anterior que, segundo os editoriais, romantizava o futuro, hipervalorizava o presente e condenava o passado" (GOMES, 1998, p. 16).

I. O trecho menciona os editoriais feitos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo.
II. Havia uma intensa crítica dos editoriais do DIP sobre a cultura nacional na Primeira República, mas uma memória positiva do jogo político

III. A hipervalorização do presente pode se referir às ações imediatistas do Estado para socorrer cafeicultores em derrocada.
IV. O Estado Novo construiu uma memória positiva da Primeira República e do plano econômico da época.

Assinale a alternativa correta:
a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) II, III e IV.
e) III e IV.

2. Leia o trecho abaixo:

> "Em 1937, o ministro da Fazenda, Souza Costa, reorientou a política cafeeira para mecanismos liberais. A ditadura Vargas atendia agora uma antiga demanda da cafeicultura, liberando a taxa de câmbio e reduzindo o imposto de exportação do produto; contudo ainda manteve a quota do sacrifício do café. (LEOPOLDI, 2010, p. 245)

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.
I. O Estado Novo se organizava de maneira centralizada e interferia diretamente em questões econômicas, estabelecendo uma política de mercado protecionista
PORQUE
II. Os produtores de café, maior exportação nacional da época, pressionavam diretamente o governo de Vargas, que, por vezes, cedeu, como na liberação do câmbio.

Assinale a alternativa correta.
a) A asserção II é uma proposição verdadeira e a I é falsa.
b) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é falsa.
c) As asserções I e II são proposições corretas, mas sem relação.
d) As asserções I e II são proposições corretas, mas a I é a justificativa da II.
e) As asserções I e II são proposições corretas e a II é a justificativa da I.

3. Considere o trecho abaixo:

> “Contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia intervenção para o desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo” (BASTOS, 2006, p. 241).

Assinale a alternativa correta:
a) A intervenção do governo Vargas era majoritariamente nos âmbitos econômico e político, uma vez que pretendia ser nacional-desenvolvimentista.
b) Ao propor mudança, o Estado Novo tecia críticas incisivas às elites oligárquicas da Primeira República que ainda ocupavam cargos legislativos.
c) O governo Vargas priorizou a proteção ao mercado interno, estatizou empresas internacionais e criou estatais para dar suporte ao desenvolvimento do parque industrial.
d) Ao priorizar a produção interna, Vargas deu as costas para as elites agrícolas que enfrentaram diversas crises sem o apoio estatal.
e) A retórica nacionalista e desenvolvimentista de Vargas teve pouca adesão, pois se distanciava muito dos ideais liberais aclamados pela população.

Seção 3.3

Estado Novo: cultura e educação

Diálogo aberto

Nesta seção, trabalharemos como os ideais do Estado Novo se faziam presentes na cultura em instituições oficiais do governo e na sociedade. Analisaremos como o Estado instrumentaliza certas instituições de acordo com sua agenda política. É com essa perspectiva que vemos surgir ao longo do governo de Vargas um outro entendimento sobre política, liberdade e também democracia. É importante recordarmos que nos primeiros anos da República se construiu a ideia de uma nação coesa e sem conflitos. Ao longo do Estado Novo essa ideia ganharia uma estrutura importante: ***a democracia racial***. Em um país que, há pouco menos de meio século (1888-1937), havia abolido a escravidão, raça era uma ideia essencial na construção de um conceito de nação e de seus cidadãos.

É com essa preocupação de desnaturalizar as ideias presentes na construção de nacionalidade que você, mais uma vez, entra em sala de aula. Seus alunos trazem problemas do presente e você aproveita o conteúdo obrigatório para poder incitá-los a refletir sobre a relação entre o passado e o presente. Alguns alunos dizem que as redes sociais estão repletas de "*mimimi*"; expressão que mostra certo menosprezo às pessoas que fazem reclamações ou reivindicações. Alguns dizem que tudo, hoje em dia, é "racismo" e "machismo", o que indica que as gerações mais novas eram "fracas".

Como explicar aos seus alunos que reivindicações e críticas à política e aos comportamentos são constantes na História? Por vezes, reivindicações ou apontamentos são tratados como reclamações supérfluas e não como fruto de um contexto histórico. Como mostrar que os sujeitos históricos pensavam criticamente e tinham projetos? Essa é uma importante oportunidade para mostrar aos seus alunos que os sujeitos históricos não eram uma massa amorfa que obedeciam completamente ao Estado e às conjunturas. Esta seção te prepara, portanto, para responder essa questão. Bons estudos!

Não pode faltar

Quando o Estado Novo se ergueu por meio de um golpe, em 1937, conceitos se fortaleceram. Diferentemente das concepções hegemônicas que vigoravam durante I República, conceitos como governo, cidadania e democracia ganharam novos entendimentos. É imprescindível termos em mente que, apesar de autoritário, o governo de Vargas não se estruturou

apenas em imposições. Os discursos, os entendimentos da sociedade sobre a própria conjuntura era uma via de mão dupla, ou seja, as concepções varguistas não só eram reforçadas pelo Estado por meio da educação e da cultura, mas também contava com certa participação da sociedade e de intelectuais. É importante, portanto, observar essa colaboração entre vários setores para a construção de conceitos caros à História, como democracia, cidadania e cultura. Não obstante, vamos analisar também oposições feitas a esses discursos.

Assimile

Os principais responsáveis pela crise brasileira eram as oligarquias rurais que se haviam apoderado do Estado graças às deficiências do modelo de governo liberal-federalista introduzido pela Constituição de 1891, incapaz de resolver os problemas nacionais. A experiência liberal, não só brasileira, mas mundial, esgotara-se, e com ela instrumentos clássicos como os partidos políticos e o Congresso. Caberia ao governo central tomar as rédeas do poder e ditar as diretrizes do desenvolvimento brasileiro. Essas idéias eram compartilhadas pelas lideranças tenentistas, que no início do Governo Provisório ocupavam cargos estratégicos nos estados e na administração central.Mas Vargas não se cercou apenas de 'tenentes'. (CPDOC, [s.d.], [s.p.])

Nos anos de incerteza, antes do golpe de 1937, o governo de Vargas era composto por uma gama de intelectuais que tinham em comum o fato de serem críticos ao liberalismo. Como vimos anteriormente, os ideais liberais eram considerados pelas constantes crises econômicas que assolaram o país nas primeiras décadas da República. Além desse fator, pode-se incluir as elites oligárquicas, apoiadoras desses ideais, que, de maneira irregular, constantemente fraudavam eleições para se manterem no poder. Ser, portanto, contrário aos ideais liberais, era deixar esse passado, considerado pouco democrático e repleto de crises para trás.

Reflita

A função dos intelectuais e as diferentes conjunturas

"Na passagem do regime imperial para a República, os intelectuais voltam a atribuir-se o papel de guia na condução do processo de modernização da sociedade brasileira. Eles aparecem como verdadeiros "mosqueteiros intelectuais" que, munidos do instrumenta cientificista buscam remodelar o Estado, lutando contra a incapacidade técnica e administrativa dos políticos. Na década de 1920, quando se fazem sentir os efeitos críticos do

pós-guerra, com a derrocada do mito cientificista, o ideal cosmopolita de desenvolvimento cede lugar ao credo nacionalista. A busca de nossas raízes, o ideal de brasilidade, passam, então, a construir o foco das preocupações intelectuais. Agrupados no movimento modernista, os intelectuais se julgam os indivíduos mais capacitados para conhecer o Brasil. E é através da arte que eles pretendem atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o desenvolvimento da nação." (VELLOSO, 1987, p. 2)

Mônica Velloso propõe que a função dos intelectuais se altere de acordo com as mudanças de um contexto, ao mesmo tempo que os intelectuais também são responsáveis por algumas dessas mudanças. Essa interpretação é uma crítica direta à ideia de um intelectual a frente do seu tempo. Como, então, a interpretação proposta se articularia com os intelectuais e o desenrolar do Estado Novo?

Era imprescindível, no entanto, construir um futuro, pinçando valores específicos de uma imaginada história nacional. Para isso, o governo (SHPAN), em 1937, tinha em suas responsabilidades eleger patrimônios históricos e artísticos e zelar pela sua preservação. Vale relembrar que os Estados da sociedade moderna se baseavam em ideais de unidade de uma nação, de pertencimento amplo a uma imaginada nação. Nesse sentido, órgãos que zelam e elegem certas particularidades da História nacional são essenciais para a formulação e expansão de ideais que coadunam Estado e sociedade. Elementos como: cidades históricas, criação de monumentos e relíquias, assim como a reestruturação de festividades são parte de um projeto político cultural comum a muitos Estados.

Assimile

Nação: um produto cultural

Em seu clássico *Comunidades imaginadas*, o historiador Benedict Anderson afirmou:

> "O meu ponto de partida é que tanto a nacionalidade - ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [*nation-ness*]- quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimi-

> dade emocional tão profunda. Tentarei mostrar que a criação desses produtos, no final do século XVIII, foi uma destilação espontânea do "cruzamento" complexo de diferentes forças históricas. No entanto, depois de criados, esses produtos se tornaram "modulares", capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas. Tentarei mostrar também por que esses produtos culturais específicos despertaram apego tão profundo. (ANDERSON, 2008, p. 30)

É importante ressaltar que Vargas tinha como proposta "criar e proteger as esferas sociais da saúde, educação, artes administração e trabalho" (MIGUEL; CORREIA, 2009, p. 2). Sob essa perspectiva, muitos intelectuais viam no governo Vargas a possibilidade de integrar projetos maiores, de caráter nacional. Portanto, foi durante os anos de governo varguista, antes e durante o Estado Novo, que certas instituições nasceram com o objetivo de se fomentar uma História e Cultura Nacionais.

Em 1936, então, **Mario de Andrade (1893-1945)** foi convidado a criar uma "instituição nacional de proteção ao patrimônio", que, em 1937, teria o nome de SPHAN.

Vemos uma aproximação dos modernistas com o governo Vargas. Quais seriam as funções desse órgão? O SPAHN era responsável por "tombamentos, preservações, pesquisas" e estudos sobre cultura e história do Brasil em suas mais variadas formas. (SALA, 1990, p. 19). Portanto, edifícios, tradições, manifestações culturais, obras de arte e qualquer outro tipo de manifestação de ordem cultural ou histórica estaria sob administração e cuidados de tal órgão. Atualmente, pode parecer uma obrigação óbvia do Estado zelar pelo patrimônio cultural do país, mas até 1934, o Estado Brasileiro não tinha um dispositivo legal que reafirmasse tal necessidade. (SALA, 1990, p. 20)

É, portanto, interessante analisarmos a concepção de Mário de Andrade sobre as diversas responsabilidades desse órgão e quais foram as permanências e rupturas em relação à sua proposta inicial e o que, de fato, efetivou-se durante o Estado Novo; em resumo, qual teria sido a função do Estado na promoção e no salvaguardo da cultura e da História?

Assimile

SPHAN: duas concepções diferentes

> “O que caracteriza o projeto autoritário do nacionalismo brasileiro do Estado Novo é a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e dos líderes da pátria a base mítica de um Estado nacional forte e poderoso. Isso difere bastante das preocupações centrais de Mário de Andrade, que buscava raízes mais populares e vitais do povo, através do estudo da cultura de seus diversos estamentos sociais. (SALA, 1990, p. 21)

Como modernista, Mario de Andrade buscou um equilíbrio entre a cultura popular e erudita. Vale lembrar que o modernismo, apesar de um movimento muito amplo e diverso tinha como principais fundamentos o rompimento com a arte acadêmica e a busca por uma independência cultural do país, isto é, encontrar nos elementos nacionais as inspirações para criar uma arte brasileira. Por tal princípio que “as raízes mais populares e vitais do povo”, em todas as suas mais diversas classes, passaram a fazer parte do movimento modernista. A proposta de Mário de Andrade incluía, portanto, além de bens físicos, como quadros e edifícios, hábitos, crendices e lendas e superstições populares. Assim, o SPHAN deveria funcionar como se seu objetivo fosse alimentar uma enciclopédia de cultura brasileira, com aspectos materiais e imateriais, retendo e transmitindo “as características culturais das diversas fases imigratórias que plasmara a identidade cultural” do país (SALA, 1990, p. 22) E, como veremos mais adiante, a ideia de que diversas raças, oriundas das múltiplas imigrações – forçadas ou não – estão presentes em diversos intelectuais nacionais.

Em resumo, podemos dizer que o projeto de Mário de Andrade para o primeiro órgão responsável por zelar pela cultura e pelo patrimônio brasileiro tinha como fundamento incluir toda a diversidade, em qualquer forma. Em outras palavras, a articulação da cultura dos diversos povos indígenas que habitavam o Brasil, dos povos africanos escravizados e traficados para o país, dos diversos imigrantes europeus que vieram ao longo dos séculos com suas ideologias, incluindo às contrárias ao regime de Vargas, todas elas compunham o projeto de Mário de Andrade. (SALA, 1990, p. 25).

De acordo com Alcir Lenharo, o Estado Novo criava uma narrativa na qual os erros do passado ficavam afastados e a sociedade que antes era conflituosa e cindida em diversos grupos cujos interesses contrastavam se transformava em uma força uníssona, objetivando um bem maior: o progresso do país. Não havia, portanto, espaço para diferenças regionais ou sociais,

ainda que o federalismo do Estado Novo criasse algumas instituições regionais, como veremos mais adiante, todas elas teriam que seguir os objetivos centrais do governo. (LENHARO, 1986, p.39-40)

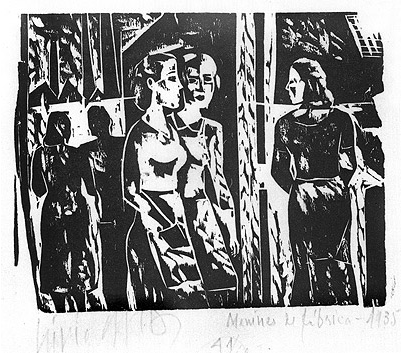
Exemplificando

A arte que retrata o povo

Figura 3.5 | O Operário

Fonte: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra58004/operario. Acesso em: 14 dez. 2018.

Figura 3.6 | Meninas de fábrica



Fonte: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra8974/meninas-de-fabrica. Acesso em: 17 dez. 2018.

Essas duas imagens trazem gravuras feitas por **Lívio Abramo (1908-1993)**, artista cujas obras passaram por influências modernistas e impressionistas. Abramo teve como um dos temas recorrentes, o traba-

lhador fabril. Trazemos duas zilografuras do artista. A xilografura é uma técnica feita com madeira e entalhe. Após desenhar com esses entalhes, o artista passa uma tinta preta na madeira e as partes que não foram diretamente entalhadas deixam registro em um papel.

Na primeira xilografura, *O Operário*, de 1935, podemos ver, no plano de fundo, escadas e estruturas inacabadas, enquanto no primeiro plano, como em uma proporção de retrato, o operário é colocado. Um homem é representado de chapéu, com marcas no rosto e pescoço, de cansaço ou da idade. Seu olhar não é direcionado às estruturas do segundo plano, mas diagonalmente ao observador.

Na segunda xilografura, *Meninas de fábrica*, também de 1935. Abramo parece dividir a imagem impressa pela madeira em três momentos. No alto e à esquerda, chaminés de fábricas parecem estar funcionando a todo vapor, enquanto em baixo uma mulher parece estar em diálogo com um homem que é apresentado com ombros largos e que se inclina para a figura feminina. Lívio Abramo talvez tivesse a intenção de retratar o cotidiano fabril de muitas meninas e mulheres nas fábricas têxteis que viviam os abusos de autoridade dos superiores. À direita, retrata uma mulher trabalhando no que poderia ser um tear. As janelas ao alto e os pilares a sua esquerda são grossos e se estendem por toda a altura da obra, criando a imagem de um ambiente fabril maçante que, como vimos em seções anteriores, tinha cargas horárias que frequentemente ultrapassavam doze horas. Por fim, no primeiro plano e no centro, duas mulheres ou meninas, como o próprio título informa, parecem andar lado a lado, evidenciando uma sociabilidade dessas trabalhadoras que, por vezes, eram crianças de doze anos.

Lívio Abramo foi filiado ao Partido Comunista por alguns anos e depois de expulso dessa instituição, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro. Difusor da técnica de xilografura e preocupado com as questões cara aos movimentos de esquerda, tratou de temas como fascismo, greve e vida operária. Para alguns, Abamo foi um dos primeiros, se não o pioneiro a retratar o ambiente fabril pela perspectiva dos trabalhadores (SALVATORI, 2013, p. 268).

Seus esforços artísticos entravam em sintonia com o contexto de preocupação com os elementos do povo, da construção de uma cidadania que perpassava também o trabalho e a luta por direitos. Os operários – cansados e velhos, jovens e/ou meninas – são centrais em sua obra para entendermos o esforço contemporâneo para interpretar os costumes, a realidade do cotidiano com suas agruras e seus problemas.

As divergências eram numerosas e profundas, mas as descontinuidades com o anteprojeto de Mario de Andrade para o SPHAN não impediram que um dos mais conhecidos arquitetos modernistas integrasse a entidade durante o Estado Novo: **Lúcio Costa (1902-1998)**, que atuou de 1937 até a década de 1970 na referida instituição (CHUVA, 2012, p. 93).

Temos de lembrar que a iniciativa do governo Vargas, antes e durante o Estado Novo, era uma novidade na história do Brasil e intelectuais ainda que não partilhassem de todos os princípios que regiam o governo, preferiam ocupar cargos e colocar ideias inovadoras em ação. Por exemplo, ao mesmo tempo que o Estado Novo criou sedes regionais do SPHAN em diversos estados e com essa subdivisão da instituição espalhava seu poder, também criava espaços para que intelectuais, como Costa e outros, atuassem regionalmente, protegendo e divulgando a cultura regional. (CHUVA, 2012, p. 94)

Pesquise mais

Para saber mais sobre a trajetória de Lúcio Costa e o modernismo, veja o artigo de Guilherme Wisnik.

WISNIK, G. Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mário de Andrade. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 169-193, nov. 2007.

É importante, então, retomar a ideia, trabalhada nas últimas seções, de que, apesar de se inspirar em regimes autoritários daquele contexto, o Estado Novo funcionava mais à base do corporativismo do que do autoritarismo. Ao invés de colocar uma classe ou um grupo como superior ao outro, o Estado Novo propunha uma conciliação de classes. O Corporativismo pode ser definido da seguinte maneira:

> “Doutrina que propõe a organização da sociedade com base em associações representativas dos interesses e das atividades profissionais, ou corporações. Graças à solidariedade dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração daí derivadas, seriam removidos ou neutralizados os elementos de conflito, como a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, ou as diferenças ideológicas no plano político. (CPDO, [s.p.], [s.d.])

Por conta dessa especificidade, o Estado Novo contou com a criação de instituições nunca antes vistas no país, como, por exemplo com um extenso projeto de universidades federais, criando, em 1937, uma universidade

nacional: a Universidade do Brasil, que hoje se chama Universidade Federal do Rio de Janeiro (CPDOC, [s.d.], [s.p.]), no mesmo período que a cultura do livro se espalhou pelo país e o mercado editorial ganhou forças. Como, então, teria mantido todas essas instituições e esse movimento de profusão intelectual e cultural sob seus moldes? Símbolos, narrativas e representações eram difundidos nas escolas, museus, jornais e espaços culturais, corroborando para a representação de um Estado que funcionava pelo bem da nação (CAPELATO, 2010, 123-124).

Papel essencial para época teve o cinema brasileiro. Em 1936, criou-se o Instituto Nacional de Cinema Educativo, amparando diversas produtoras privadas de longas-metragens.

> "Os meios de comunicação seriam auxiliares não apenas para a transmissão do saber, mas principalmente para a sua concepção mais ampla de educação. Serviriam para formar o povo brasileiro, o trabalhador nacional, o homem do campo, enfim, para contribuir no processo de organização nacional. (CATELLI, 2010, p. 608-609)

Além de colocar a cultura – cinema, arte e história – a serviço dos interesses do Estado, o Governo Vargas criou condições para o desenvolvimento e a difusão de artistas e intelectuais. Da mesma maneira que SPHAN, apesar de ter sua fundação repleta de contradições, permitiu a criação de campos até inexistentes no campo da preservação e patrimônio, o cinema nacional obtinha vantagens e desvantagens durante o Estado Novo. Tinha que lidar com a censura do Departamento de Informação e Propaganda (DIP), mas contava com uma quota estabelecida pelo governo, que estabeleceu a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais e uma série de prêmios e financiamentos (ALMEIDA, 1999, p.127).

Entretanto, para alguns grupos, como os anarquistas e comunistas, não havia espaço no Estado Novo, tanto que a ANL e o PCB logo foram colocados na ilegalidade. Logo, por mais que o Estado Novo pretendesse a conciliação, para que se consolidasse uma nação uníssona, era preciso eliminar grupos que pensassem diferente. Em 1937, a Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma dessas instituições que deixou de existir por força do novo governo, e a sua aniquilação está intimamente ligada à concepção do Estado sobre nação e povo. É preciso, no entanto, recuperar a história dessa organização.

O acesso à cidadania pela população negra no Brasil era sempre adverso e restrito. Em busca de exigir direitos e reivindicar projetos, grupos de pessoas se uniam em associações, tendo em uma das suas principais lutas o direito à

educação e sua defesa. (DOMINGUES, 2008, p. 513). A educação era entendida por essas associações como uma forma de acessar respeitabilidade e reconhecimento, além de preparar a população negra para a vida profissional. Esse foco na educação pode ser explicado pela frequente discriminação nas escolas, que impediam a matrícula de pessoas negras. (DOMINGUES, 2008, p. 519). Criar esses espaços era uma forma, portanto, de garantir ensino em meio a uma sociedade excludente e discriminatória.

A FNB cumpria esse papel e contava com milhares de sócios. O número ainda é incerto, chegando a dez mil apenas no estado de São Paulo. Seus sócios eram funcionários públicos, trabalhadores de baixas ocupações, de serviços braçais, intermitentes ou desempregados. (DOMINGUES, 2008, p. 521) Para além da educação, conseguiu a mudança de algumas decisões discriminatórias, como a proibição de pessoas negras em espaços públicos de lazer em São Paulo e o veto a esse grupo na Guarda Civil.

Àquela época, a associação acreditava que a instrução e a educação poderiam anular o preconceito racial, podendo também, em algum momento, erradicá-lo. Essa percepção relacionava-se a um passado escravista, pois, de acordo com membros da FNB, a escravidão teria impedido a instrução intelectual e cultural do trabalhador negro que ficaria em descompasso com a moderna e civilizada república (DOMINGUES, 2008, p. 523). Esse entendimento estava disseminado, inclusive, por muitos parlamentares que, constantemente, desvalorizavam o trabalhador nacional, por conta do passado de escravidão, e promoviam políticas racistas de imigração.

Havia, no entanto, alguns importantes pontos a serem celebrados na história do país. Percebe-se então que a educação se coadunava com o nacionalismo e a história da luta da população negra. Comemorava-se a independência, o aniversário de personalidades negras, como José do Patrocínio, e reverenciava-se abolicionistas. A educação era tanto um importante acesso à cidadania que diversos cursos oferecidos pela FNB, como o de alfabetização e primário, incluíam não-sócio e pessoas brancas.

Em 1936, a FNB, depois de grandes debates internos, tornou-se um partido: Partido da Frente Negra Brasileira. Porém assim que o Estado Novo iniciou, todos os partidos foram colocados na ilegalidade. No ano seguinte, a FNB encerrou suas atividades.

O Estado Novo restringia as organizações que iam contra seus conceitos fundadores de nação unida e população coesa. De certa maneira, o pensamento propagado pela FNB dificilmente encontraria ressonância naquele contexto. É importante ainda salientar que parte da diretoria da FNB era a favor de um governo autoritário e questionadora da democracia, uma vez que o estado liberal também falhou em garantir direito à população negra.

Mesmo assim, a ideia de uma sociedade cindida pelo preconceito não pertencia à lógica do Estado Novo. Este, por sua vez, pautou-se em algumas concepções de intelectuais que colocavam a sociedade brasileira como em perfeita harmonia. Importante, portanto, para a afirmação de uma sociedade sem cisões raciais, foi o conceito de democracia racial.

Um dos difusores da ideia de que no Brasil havia uma conciliação de raças, Gilberto Freyre, colocou em seu livro, *Casa Grande Senzala*, (1900) a miscigenação como uma amálgama harmoniosa entre três raças: os africanos, europeus e indígenas. Freyre, muitas vezes, atenuou a violência envolvida no processo de miscigenação no Brasil, colocando a interação entre as três raças de maneira amistosa. Para o autor, os séculos de uma suposta convivência amistosa entre os grupos teriam tirado o que havia de melhor entre as três raças. Quando houve conflitos, de acordo com Freyre, não teriam sido motivados por questões raciais. A miscigenação, em sua obra, emerge, então, como algo positivo e fundador da sociedade brasileira, retirando os vícios das três raças e formando uma sociedade superior.

Entretanto, apesar de ter sido uma obra fundamental ao colocar as relações sociais derivadas da escravidão como centrais na formação da sociedade brasileira, Freyre também se baseou – ainda que de maneira secundária - em argumentos biológicos racializados. Em outros termos, estabeleceu-se aspectos imaginados de "raças", especialmente quando se falava de africanos ou indígenas, e essa noção serviu como ferramenta para detratar esses grupos, colocá-los em uma posição de inferioridade.

Essa ideia que hoje reconhecemos como racista teve ressonância no Estado Novo e, também, no movimento modernista.

> "Como instrumento para a formação do novo homem e da nacionalidade, contava o MÊS [Ministério da Educação e Saúde] com a ação pedagógica e propagandística da música, da educação física, do cinema, do rádio e da habitação. O início da atuação do movimento moderno em relação à habitação popular em 1933 (...) coincidiu com o ano da publicação de Casa grande & senzala, de Gilberto Freyre. Abraçaram os arquitetos as idéias do antropólogo pernambucano a respeito da "democracia racial" e de seu otimismo em relação à sociedade brasileira. Para [Lúcio] Costa (1980), a casa moderna seria um instrumento de liberação dos trabalhadores: "A máquina de morar ao tempo da Colônia dependia do escravo. (...) o negro era esgoto; era água corrente quente e fria; era interruptor de luz e botão de campanhia (...)". As facilidades modernas diminuiriam a necessidade de empregados domésticos, que passariam a trabalhar nas indústrias. De

> vez que a maior parte dos empregados era mestiça, tal fato viria consolidar a idéia de uma democracia racial. (CAVALCANTI, 1999, p.181)

De certa maneira, intelectuais e artistas acreditavam ter uma imaginada função educadora das classes populares, o que se assemelhava também à concepção do Estado Novo sobre cultura, educação e História. O intelectual passava, então, a funcionar como um mediador da cultura popular, em suas mais diversas formas, e um articulador da cultura nacional, única. (CAVALCANTI, 1999, p.181)

Ainda que durante o Estado Novo, instituições tenham sido criadas a fim de preservar a cultura, difundir o conhecimento e restaurar elementos do passo, foi um momento durante o qual se ignorou diversos problemas, como o racismo difundido em nossa sociedade. Particularidades culturais de cada região não tinham espaço na concepção de cultura do Estado Novo. Apagaram-se as diversas identidades dos brasileiros a despeito de um imaginado "bem maior", de um "progresso da nação". Se o Brasil avançou muito em alguns aspectos, estagnou em políticas para a igualdade racial, no reconhecimento dos direitos da população indígena, e poderia ter avançado muito mais na preservação do patrimônio histórico se não tivesse elegido apenas alguns elementos para compor a cultura nacional.

Sem medo de errar

É comum sermos questionados em sala de aula com problemas ou questões do cotidiano que à primeira vista não parecem se relacionar com o conteúdo das aulas. No contexto proposto, você, como professor, foi questionado por alguns alunos que acreditam estar vivendo uma época diferente, em que todos têm queixas demais e estão sempre reclamando.

Você, como professor, então, aproveita essa oportunidade para questionar seus alunos de duas maneiras. Primeiramente, você propõe que os alunos reanalisem as tais "queixas" e as entendam como reivindicações; em segundo lugar, mostra trecho de um jornal para evidenciar que desde há muito tempo as pessoas têm projetos e disputam o momento no qual viviam para alcançar seus objetivos. Propor mudanças é parte do fazer História.

Trecho 1

> "Não pouco tem sido as felicidades que temos recebido, encorajando-nos a seguir a rota que traçamos, que é a propaganda da raça negra para o seu nivelamento moral perante as leis que

> regem os costumes de nossa terra, pois, que, apesar de 400 longos anos de trabalho nesta aurífera gleba, o nosso Brasil estremecido e hospitaleiro, não conseguira ainda..., Isto é, mas vai conseguindo morosamente, apesar da luta contra o preconceito de cor, que ela vem sustentando a nove lustres!" (FÉ E UNIÃO, [s.p.], 1933)

Trecho 2

> "o jornal Progresso noticiava que o Colégio Sion recusou a matrícula da filha adotiva do "ilustre" ator Procópio Ferreira. Quando sua esposa, a mãe da criança, argumentara que tinha condições financeiras para pagar a mensalidade, a superiora do estabelecimento de ensino teria respondido: "Não é nesse ponto, apenas, que se tornam rigorosos os nossos estatutos. Também não recebemos pessoas de cor, embora oriundas de família de sociedade" (DOMINGUES. 2008, p. 519)

Você pede para que os alunos datem os trechos. Muitos atribuem ao trecho 1 a data 1900 ou as primeiras décadas do século XX por conta da forma que o texto é escrito. O segundo trecho, no entanto, eles atribuem datas mais contemporâneas, como 1980 e 1990. Eles, no entanto, são surpreendidos já que o trecho 2 faz referência a uma notícia de 1929.

Você, então, aponta para o que há de comum nas duas notícias, a questão do preconceito. Para muitos ativistas e intelectuais negros do século XIX, a educação era uma forma de combater a desigualdade e também o preconceito. Entretanto, viam suas matrículas em escolas sendo negadas e sua vivência escolar era repleta de conflitos. Essas pessoas então, formavam associações recreativas e políticas com o intuito de educar crianças e adultos. Foi assim com a Frente Negra Brasileira que oferecia diversos cursos de alfabetização, assim como cursos regulares para crianças e jovens.

Alguns alunos diziam que isso era impossível e que racismo é crime. "É direito de todo mundo ir para a escola". Você, então, explica que racismo vira crime apenas no final da década de 1980 e que por muito tempo o Estado não se preocupou com essa questão, não garantindo o direito à educação a crianças e jovens e sendo permissivo a comportamentos e práticas preconceituosas.

Você, então, conclui que foram as reivindicações de vários desses grupos que fizeram com que os direitos de hoje existissem. Às vezes, quando estudamos ou aprendemos sobe o passado temos a tendência de pensar nele como um bloco coeso cujos efeitos são esperados e previsíveis. Para as

pessoas que viviam, era impossível prever o futuro, se iria melhor ou piorar ainda mais, restando, assim, exigir direitos e melhores condições de vida.

Faça valer a pena

1. Leia o texto abaixo,

> "Era esse o grande esforço do novo Estado nacional. Ele enfrentava a questão social não como uma questão operária, mas como um problema de todos os homens e de todas as classes, já que são trabalhadores todos aqueles que produziam, que colaboravam com o valor social de seu trabalho" (GOMES, 1999, p.59)

Considerando esse contexto, avalia as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:
I. Pode-se dizer que o Estado Novo seguia uma diretriz corporativista, pois pretendia uma política conciliadora entre classes e grupos distintos
PORQUE
II. O Estado Novo frequentemente colocava as agendas de seu governo como se fossem pautas comuns a toda a nação, em uma narrativa de união e sem conflitos.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.
a) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa da I.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

2. Leia o excerto abaixo e analise as afirmações:

> "Por que Mário de Andrade e muitos dos principais intelectuais modernos aceitaram o convite para a repartição varguista? A baixa remuneração percebida obrigava a que tivessem outras atividades de modo a completar o seu orçamento. Tal fato repele a hipótese vulgar e mais extensamente difundida de que o Estado Novo haveria cooptado os intelectuais através de suas contratações. A ida para a repartição deixa transparecer a crença moderna de que era o Estado o lugar da renovação e da vanguarda naquele momento, assim como o vislumbre da possibilidade de aplicar na realidade idéias de reinterpretação ou

reinvenção de um país que estava sendo praticado nas páginas de seus livros" (CAVALCANTI, 1999, p.182)

I. O trecho faz referência à participação de Mário de Andrade no anteprojeto do SHPAN.
II. Muitos intelectuais viam a participação no governo varguista como uma oportunidade de colocar em prática suas aspirações e seus ideias.
III. Os intelectuais participaram do Estado Novo também pelo fato de conseguirem um status superior como funcionários públicos e pela remuneração dos cargos.
IV. O Estado Novo, como um governo autoritário, propôs poucas mudanças em relação à educação, à cultura e ao cinema no Brasil.

É correto apenas o que se afirma em:
a. I e II.
b. I e IV.
c. III e IV.
d. I, II e III.
e. I, III e IV.

3. Leia o excerto abaixo:

> "A concepção de democracia que os atores políticos e ideólogos do Estado Novo defendiam se articulava precisamente na crítica ao individualismo desagregador, conflitivo, efêmero e excessivamente pragmático. Democracia se refere à totalidade, à comunhão de uma idéia, à integração de cidadãos em um Estado benfeitor e condutor de mentalidades. Pertencer ao conjunto é identificar-se como cidadão de um espaço político circunscrito. Espaço político dos iguais, dos cidadãos daquele conjunto, identificados e identificáveis, representados e representáveis. A intolerância com o estranho, o estrangeiro, os diferentes se baseiam nessa concepção totalitária de inclusão no mundo dos iguais." (BOMENY, 1999, p.165)

Considerando o trecho e o contexto ao qual se refere, assinale a alternativa correta.
a) Ao longo do Estado Novo surgiu uma nova concepção de indivíduo, responsável pela desagregação da cultura.
b) O ideal de democracia, adotado pelo Estado Novo, referia-se a uma sociedade integrada pelo bem comum da nação e pouco dialogava com a cultura daquele momento.
c) Houve um esforço do Estado Novo e de intelectuais de imaginar um brasileiro e uma nação ideal, com uma cultura comum a todos.

d) Ao impor uma noção de nação e um povo único que ignorava as diferenças, o Estado Novo pode ser considerado parcialmente democrático.
e) O Estado Novo tinha influência de regimes autoritários, como o fascismo italiano, e, por essa razão, elegeu o povo branco e europeu como símbolo nacional.

Referências

AGUIAR, F. Inspiração fascista da CLT é mito, diz professor da USP Alfredo Bosi. **Opera Mundi**, [S.l.], 21 mar. 2017. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/samuel/46711/inspiracao-fascista-da-clt-e-mito-diz-professor-da-usp-alfredo-bosi. Acesso em: 18 dez. 2018.

ALMEIDA, C. A. O cinema brasileiro no Estado Novo: o diálogo com a Itália, Alemanha e URSS. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 12, p. 121-129, jun. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 dez. 2018.

BERTONHA, J. F. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21 n. 40, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100005. Acesso em: 7 fev. 2019.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 137-166.

BRANDI, P. **Plano Cohen.** [s.d.]. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen. Acesso em: 7 fev. 2019.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Proclamação ao povo brasileiro.** Brasília. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937. Acesso em: 7 fev. 2019.

BRASIL, **Decreto-lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937.** Dispõe sobre partidos políticos. Brasília, 1937. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Constituições Brasileiras**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/visitea-camara/cultura-na-camara/copy_of_museu/publicacoes/arquivos-pdf/Constituicoes%20Brasileiras-PDF.pdf. Acesso em: 6 dez. 2018.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 18 dez. 2018.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In:* FERREIA, J.; DELGADO, L. de A. das N. **O tempo do nacional-estatismo:** do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In:* PANDOLFI. D. (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CATELLI, R. E. Coleção de imagens: o cinema documentário na perspectiva da Escola Nova, entre os anos de 1920 e 1930. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 605-624, jum. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 dez. 2018.

CAVALCANTI, L. Modernistas, arquitetura e patrimônio. *In:* PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV,1999.

CPDOC. – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 – Apresentação.** 2017. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao. Acesso em: 4 dez. 2018.

CPDOC – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Constituição de 1937.** [s.d.]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937. Acesso em: 7 fev. 2019.

CPDOC – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Estado Novo e Fascismo.** [s.d.]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo. Acesso em: 18 dez. 2018.

CORSI, F. L. **Estado Novo:** política externa e projeto nacional. 1997. 466 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

COTRIM, L. C. de A. **O ideário de Getulio Vargas no Estado Novo.** 1999. 314 f. Dissertação (Mestrado em Política) – Departamento de Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281741. Acesso em: 7 fev. 2019.

DOMINGUES, P. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 517-534, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413=24782008000300008-&lng=en&nrm-iso. Acesso em: 16 dez. 2018.

DUARTE, A. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 249-272, 2001.

FÉ e união. **A Voz da Raça**, São Paulo, ano 1, n. 3, 1 abr. 1933. Disponível em: http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/a-voz-da-raca/a-voz-da-raca-01041933/. Acesso em: 11 fev. 2019.

FERNANDES, P. Setenta anos após 1937: Francisco Campos, o Estado Novo e o pensamento jurídico autoritário. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 6, p. 351-370, 2007.

GENTILE, F. O fascismo como modelo de incorporação da "carta del lavaro" na via brasileira

para o corporativismo autoritário da década de 1930. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 19, n. 1, 2014.

GOMES, Â. M. C. A construção do homem novo. *In:* VELLOSO, M.; OLIVEIRA, L. L.; GOMES, Ângela M. de C. **Estado novo:** ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOMES, A. M. C. A cultura histórica do Estado Novo. **Projeto História**, São. Paulo, v.16, p.121-141, 1998.

GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Iuperj,1988.

GOMES, Â. M. C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. *In:* PANDOLFI, D. C. (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf Acesso em: 4 dez. 2018.

LEMOS, R. **Collor Lindolfo.** [s.d.]. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lindolfo-leopoldo-boekel-collor. Acesso em: 18 dez. 2018.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Ed. Papirus; Editora da Unicamp, 1986.

LEOPOLDI, M. A. "A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v.2.

LÜPKE-SCHWARZ, M. von. Há 80 anos, incêndio no Reichstag era um duro golpe na democracia alemã. Tradução Alexandre Schossler. **DW Brasil.** 27 fev. 2013. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-80-anos-inc%C3%AAndio-no-reichstag-era-um-duro-golpe-na-democracia-alem%C3%A3/a-16629973. Acesso em: 6 fev. 2019.

MIGUEL, N. M. D.; CORREIA, M. R. dos S. Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na Era Vargas. *In:* V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador, BA. **Anais...** ENECULT. Salvador, 2009. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19141.pdf. Acesso em: 11 fev. 2019.

OLIVEIRA, L. L. Introdução. *In:* VELLOSO, M.; OLIVEIRA, L. L.; GOMES, Â. M. de C. **Estado novo:** ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PANDOLFI, D. C. Apresentação. *In:* PANDOLFI, D. C. (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf Acesso em: 4 dez. 2018.

PASCHOAL, F. J. **Getúlio Vargas e o DIP:** a consolidação do "marketing político" e da propaganda no Brasil. [s.d.]. Disponível em: http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a14.pdf. Acesso em: 7 fev. 2019.

PENSAMENTOS de Getúlio Vargas. **Ciência Política**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 10, mar.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/162493/per162493_1945_03003.pdf. Acesso em: 19 dez. 2018.

REPENSANDO o Estado Novo. Dulce Pandolfi (org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf. Acesso em: 19 dez. 2018.

RIQUEZAS do Brasil. **Diário Carioc**a, Rio de Janeiro, p. 6, 22 mar.1938.

SALA, D. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, n. 31, 19-26. 1990.

SALVATORI, M. Lívio Abramo: anotações sobre vida e obra. **Estúdio**, Lisboa, v. 4, n. 7, p. 267-271, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-61582013000100036&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 dez. 2018.

SAVIANI FILHO, H. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Econ. soc.** Campinas, v. 22, n. 3, p. 855-860, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 dez. 2018.

VELLOSO, M. O.; LIPPI, L.; GOMES, Â. M. de C. **Estado Novo:** ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1992.

VELLOSO, M. P. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6604/803.pdf. Acesso em: 8 fev. 2019.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

VISUALIZING Portugal: the New State (1933-1974). 4 fev. 2014. **Decálogo do Estado Novo**, 1934. Disponível em: http://visualizingportugal.com/dec-vn-decalogo/2014/2/4/declogo-do-estado-novo-1934. Acesso em: 18 dez. 2018.

WISNIK, G. Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mário de Andrade. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 169-193, nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 dez. 2018.

Unidade 4

Vargas: autoritarismo e trabalhismo

Convite ao estudo

Caro aluno, chegamos à unidade final de nosso livro sobre História da República no Brasil. Nas unidades anteriores, estudamos como o governo Vargas se estruturava política e economicamente, e nesse último passo, vamos aprofundar nossa análise, focando em entender como tal governo conseguiu se manter por vários anos no poder, apesar de não ser uma democracia. É imprescindível ver a complexidade de um governo que simultaneamente se posicionava de forma violenta contra seus críticos e opositores e agia como conciliador de classes, intermediando diretamente, por exemplo, os conflitos entre os numerosos operários e empresários. Por tal razão, nossa unidade tem o título "autoritarismo e trabalhismo", os quais são dois conceitos caros para entender o governo Vargas e que serão amplamente trabalhados ao longo das seções. Veremos como o governo articulava um amplo departamento de propaganda e também de censura e como se baseava em conceitos como "popular" e "do povo" para fortalecer uma imaginada identidade nacional, ao mesmo tempo que censurava e perseguia seus opositores. É nesse contexto que o trabalhismo emerge como fundamental para a sustentação do governo de Vargas, uma vez que há uma consolidação de uma série de leis e direitos reivindicados há muitos tempo pelos trabalhadores.

É a partir desses papéis ambíguos, autoritários e conciliadores de classes que estudaremos o governo de Vargas. Algumas questões são colocadas: como interpretar as conquistas dos trabalhadores? Como entender a construção de uma identidade nacional que até os dias de hoje tem elementos similares a aspectos ovacionados pelo Estado Novo? E, por fim, como interpretar a popularidade de Vargas, mesmo durante seu regime ditatorial? Vamos, então, abordar diversas discussões que perpassam o tema do Estado Novo, tentando relacioná-las diretamente ao presente a partir de questionamentos que se dão recorrentemente nas aulas de História.

É preciso, para responder a essas perguntas, portanto, entender a complexidade de uma sociedade na qual cultura, comportamento, comunicação de massa, economia, desenvolvimento e política se conjugam simultaneamente.

Seção 4.1

Estado Novo: cultura política e propaganda

Diálogo aberto

Como professores e historiadores, nos deparamos constantemente com questões gerais que regem a nossa sociedade. Perguntas sobre cultura brasileira, política e economia são sempre nos direcionadas. Inclusive, nas últimas unidades, já analisamos a construção de uma identidade nacional pelo Estado Novo e vimos como a cultura foi essencial para a solidificação de Vargas no poder. Mais uma vez no ambiente escolar, durante a preparação para uma feira interdisciplinar na escola com seus alunos, o tema escolhido por eles foi "cultura brasileira". Alguns alunos propuseram falar sobre futebol e samba, pois acreditam que são elementos que todo mundo conhece e muito representativos de nossa sociedade.

Você, como historiador, costumeiramente, questiona esses rótulos. O que seria a "cultura brasileira"? Como alguns elementos foram eleitos representativos de um povo tão diverso?

Buscando acirrar o questionamento de seus alunos, você precisa propor uma temática de forma crítica que os ensine a refletir sobre conceitos fundamentais da História, como **povo** e **cultura**. Como fazer isso? Esta seção, então, te prepara para fazer esses questionamentos e apresentar intepretações reveladoras sobre a história de nosso país.

Não pode faltar

Estudamos, nas unidades anteriores, como a construção de uma identidade nacional foi fundamental para a manutenção do Estado Novo e da popularidade de Getúlio Vargas. O Estado Novo utilizava-se de um amplo aparato de mídia e censura para fomentar essa identidade nacional imaginada, de acordo com a qual a cidadania e os direitos advinham de uma postura comprometida com o trabalho e o desenvolvimento do país. Seguindo essa mesma perspectiva, o Brasil, assim como seu povo, era representado como algo uníssono, sem divisões ou embates; a coesão figurava no país.

Como já vimos em seções passadas, nacionalismos e autoritarismos se baseiam em uma ideia de população homogênea e unida por um pretenso bem comum. Essa coesão, porém, é construída por meio da eliminação do **outro**, do diferente. Nesta seção, portanto, veremos como o aparato midiático do Estado Novo construía um discurso nacionalista sobre sua população, ao

mesmo tempo que censurava opositores, excluía e perseguia uma série de grupos sociais e étnicos.

Assimile

A importância da comunicação de massa e a censura

> Vargas tinha, portanto, uma visão muito clara a respeito da importância dos meios de comunicação para o apoio e a divulgação das medidas do seu governo. Assim, ao mesmo tempo em que incentivava a profissão jornalística através da legalização das conquistas e a evolução da categoria, utilizava-se do DIP para cercear o que não fosse do interesse do governo em matéria de divulgação. (HAUSSEN, 1997, p. 45)

O cinema nacional, que recebeu grandes investimentos estatais ao longo do Estado Novo, foi fundamental na construção da identidade nacional pretendida por Vargas e foi utilizado como um instrumento de educação e propaganda. A utilização do cinema por governos não foi uma exclusividade brasileira. É nesse mesmo contexto que outros regimes totalitários recorriam a essa arte para propaganda. O regime nazista, por exemplo, tinha um departamento próprio para a produção cinematográfica e censura. O fascismo italiano também tinha suas instituições para a propaganda, censura e cinema. E, por fim, desde a eclosão da Revolução de 1917, os soviéticos passaram a construir seu próprio cinema nacional, com o objetivo de formar seus jovens sob os ideais do regime (ALMEIDA, 1999). No Brasil, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), desde 1939, ficava responsável por gerar e regular todo o material produzido pelo governo. Além de promover a figura de Vargas e de outras autoridades, o DIP também era responsável pela censura. O rádio, o cinema, as obras literárias, a música e o teatro, assim como uma série de manifestações culturais, estavam sujeitos ao crivo do DIP. Vamos nos deter a alguns desses aspectos e analisá-los em relação aos ideais fundantes do Estado Novo, propagados pelo DIP.

Pesquise mais

Para saber mais sobre a estética utilizada pelos estados totalitários, veja:

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. O cinema brasileiro no Estado Novo: o diálogo com a Itália, Alemanha e URSS. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p.121-129, 1999.

É nesse contexto que o cinema nacional no Brasil passa a compor o aparato de propaganda do Estado Novo.

> “Isto ocorreu, principalmente, devido ao seu potencial pedagógico, muito debatido na perspectiva de se utilizar o cinema como meio de comunicação responsável pela instrução das massas, num caráter educativo e formativo. Esperava-se que o cinema ao mesmo tempo realizasse a propaganda oficial do governo e reforçasse valores estratégicos, como o nacionalismo. (ASSIS, 2014, p. 161)

Mas, como funcionava a relação do Estado Novo com o cinema? Naquela época, os cinejornais tinham um papel fundamental na propaganda e educação do ideário do governo e na eleição de elementos da história do Brasil para compor a identidade nacional. Apresentados de forma obrigatória antes dos filmes nos cinemas, eles eram curtas-metragens com caráter de noticiário que, simultaneamente, pretendiam ser um “um instrumento de informação e de complementaridade no processo educativo, tendo relação direta com o ensino de História” (SILVA, 2008, p. 4). Os temas eram diversos: “saúde, política, relações internacionais, industrialização, artes, festas cívicas, o ‘esforço de guerra’” (TOMAIM, 2005, p. 42), mas convergiam para reforçar a ideia de uma sociedade unida para o bem da nação e para promover a figura de Vargas. Como vimos anteriormente, o líder carismático emergia como um elemento unificador que eliminaria os conflitos nacionais e, por si só, era a representação máxima das vontades de todo o povo.

Percebe-se nessa relação líder/indivíduo e população o papel fundamental das comunicações de massa, como o cinema e os cinejornais. É na experiência de assistir a um curta que propagava a coesão da nação que a plateia se misturava com a própria película e, assim, o discurso de um país harmônico passava a ser partilhado por muitos (TOMAIM, 2005). Para Tomaim (2005), é a partir da elevação de Getúlio como a representação de “todos nós” propagada nos cinejornais que as comemorações do 1º de maio, Dia do Trabalhador, passaram a focar no líder, e não nas reivindicações e conquistas dos setores operários. “No Estado Novo não havia mais espaço para protestos, greves e conquistas; era a hora de festejar o novo regime e as doações feitas aos trabalhadores pelo líder. O Governo Vargas assumia para si a responsabilidade por esse novo sentido conferido à data.” (TOMAIM, 2005, p. 52).

Desta maneira, as celebrações do 1º de maio, que desde o começo do século representavam um espaço e uma oportunidade para exigir direitos, tornaram-se palco para celebrar o próprio Estado Novo. As celebrações passaram a ocorrer em estádio de futebol, onde Getúlio Vargas discursava, anunciando “uma nova medida de seu governo que visava beneficiar

o trabalhador" (FGV, 2018, [s.p.]). Mais uma vez, a figura conciliadora de Vargas aparece nas representações de seu governo. Sob a lógica do governo, não havia necessidade de protestos ou reivindicações durante o 1º de maio, uma vez que o próprio Getúlio estava presente para comunicar aos trabalhadores medidas que lhes garantiam direitos. Sob a figura conciliadora dele, não havia espaço para diferenciação de classes ou conflitos; estavam todos representados.

Reflita

> "Dessas atrações pode-se interpretar que significavam, por um lado, o crescente investimento do governo em nomes que levassem multidões ao Estádio e, por outro, que esta poderia ser a contrapartida dos 'trabalhadores' do rádio, cinema e teatro, que durante o Estado Novo foram beneficiados por decretos e normas governamentais, como, por exemplo, a Lei Getúlio Vargas, que regulamentava o recebimento dos direitos autorais. Também não se pode desconsiderar que uma apresentação para tamanho público, em um momento no qual boa parte da vida cultural do país estava sob controle do governo, poderia significar um importante estímulo à carreira. Atrações artísticas à parte, a apoteose pretendida para o evento era o pronunciamento de Vargas que, naquele ano, finalmente anunciou a instituição do salário mínimo nacional. (BILHÃO, 2011, p. 80)

Participar desses eventos, tanto para os trabalhadores como para os artistas, poderia imputar sentimentos de pertencimento e nacionalismo, como também abrir novas possibilidades para a carreira. Como, então, interpretar as imposições do Estado Novo na perspectiva das pessoas que participavam dos discursos, atos cívicos e comemorações?

O DIP, portanto, atuava em diversos campos para espalhar a ideia de uma nação homogênea e coesa sob o comando de Vargas. Cinejornais estavam presentes nas salas de cinema; as comemorações, como o 1º de maio, adquiriam outros ares e significados; e outros elementos, como samba e futebol, passaram a fazer parte do repertório acionado pelo DIP para fortalecer o Estado Novo.

Futebol e samba emergem na narrativa discursiva do Estado Novo como elementos da cultura nacional. Não foi, portanto, à toa que Vargas discursava no estádio do Vasco e no Pacaembu nas comemorações do Dia do Trabalho e cívicas.

Assimile

Futebol: uma paixão nacional de uma "comunidade imaginada"

> "E nesse sentido o esporte teria uma importância estratégica, já que atua ria como um mediador entre indivíduos e identidades. Ao se tornar um símbolo pátrio, o esporte associaria todos os cidadãos sob um mesmo signo, sob uma mesma comunidade imaginada. No imaginário de cada cidadão há um sentimento comum de pertenci mento à sua comunidade – seja essa seu país, sua cidade ou seu clube –, que advém do compartilhamento de vários símbolos, como idioma, hino nacional, bandeira e muitos outros, entre os quais podem-se citar os esportes. (DRUMMOND, 2009, p. 399)

O futebol já era um esporte muito popular, mesmo antes de Vargas, porém ele fazia questão de ter sua imagem atrelada à seleção masculina da referida modalidade. Antes do embarque para a Copa de 38, na França, além de financiar a delegação brasileira, fez questão de cumprimentar os jogadores e, após essa data, as celebrações do Dia do Trabalhador passaram a ser feitas em estádios (DRUMMOND, 2009). O sucesso e a repercussão positiva da seleção funcionavam como um paralelo direto ao regime. Emergiam, então, além do ideal de uma pátria coesa que torce junto na política e no futebol, ideais de juventude e renovação. Os jovens eram a representação de uma nova nação – novos cidadãos – que surgia e se desenvolvia. Por tal razão, o Estado Novo, frequentemente, produzia desfiles cívicos, como no Dia da Raça e da Juventude, em um majestoso teatro de grandiosidade pátria e de seu chefe, onipresente na festividade por meio de centenas de retratos distribuídos pelos participantes, que os ostentavam com orgulho (DRUMMOND, 2009).

Exemplificando

A seguir, há duas imagens retiradas de cartilhas distribuídas pelo Estado Novo com trechos de discursos e falas de Getúlio Vargas.

Figura 4.1 | Vargas discursando à juventude

Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/exposicao-virtual/dip/juventude-estado-novo/16-17/#zoom=z. Acesso em: 7 jan. 2019.

Figura 4.2 | Jovens, a força e o futuro do Brasil

Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/exposicao-virtual/dip/juventude-estado-novo/26/#zoom=z. Acesso em: 7 jan. 2019.

> A primeira imagem relaciona diretamente a multidão, na figura de numerosas crianças, admirando e parecendo escutar atenciosamente as palavras de Vargas. Na citação, Vargas parece fazer críticas severas a questionamentos que chama de "intelectualismo ocioso e parasitário". Oposições ao governo seriam desagregadoras e poderiam estar na mente dos jovens, mas deveriam ser evitadas. Esses, por sua vez, teriam que se defender, pois seriam o próprio futuro da nação. Segurando bandeiras, as crianças desenhadas evocam a ideia da multidão já mencionada no texto, que permite que muitos se identifiquem com o material de propaganda do DIP e se sintam pertencentes à imaginação homogênea brasileira. A homogeneidade é também perceptível pelo fenótipo das crianças, todas brancas e com vestimentas parecidíssimas, segurando diversas bandeiras do Brasil, contradizendo a realidade brasileira, em que mais da metade da população é afrodescendente.
>
> Na segunda imagem, a juventude é a própria força da nação, segurando diversas bandeiras e marchando em sintonia. Se nos atentarmos para o trecho da fala de Vargas, escolhido para compor a gravura, fica clara a relação entre os jovens e o futuro. Apenas eles seriam capazes de encarar a "disciplina" necessária e desenvolver os atributos e a "conduta" dos "povos fortes". Seria por meio da mudança de comportamento, feita pelos jovens, que o Brasil poderia alcançar seus objetivos.
>
> Em resumo, as duas imagens ilustram bem a ideia de uma nação coesa, cujo progresso estaria nas mãos dos jovens. Não havia espaço para diferenças ou questionamentos, apenas para a disciplina e o progresso.

Para que o projeto ideológico de unificação nacional funcionasse, o DIP atuava em diversas áreas. Como vimos, havia os cinejornais, as campanhas relacionando diretamente o futebol com o desenvolvimento do país, cartilhas educacionais e festividades cívicas. O samba teve seu papel fundamental também no projeto desenvolvido pelo DIP, que estimulava e financiava alguns compositores e temáticas que agradavam o Estado Novo e propagavam seus ideais (COELHO, 2011). Sambas aprovados pelo DIP eram amplamente executados nas rádios pelo Estado Novo. De acordo com Coelho (2011, p. 47), "para se compreender o florescimento do samba como gênero nacional reconhecido como parte da identidade nacional", deve-se, antes, entender a sua relação direta com o desenvolvimento do rádio no país.

Vamos, então, explorar a história do rádio e entender como seu desenvolvimento foi fundamental para o DIP e para o próprio fortalecimento do Estado Novo.

Desde o golpe que iniciou o Estado Novo, a radiodifusão teve papel fundamental. O anúncio da revogação da Constituição de 1934 e o início do regime ditatorial foram feitos através do rádio por Vargas. Até a década de 1930, quando as primeiras rádios com fins lucrativos surgiram, o rádio não estava presente na vida da maior parte dos brasileiros, e as estações responsáveis por transmitir eram pequenas sociedades amadoras. A partir de 1936, quando Vargas incorpora a Rádio Nacional do Rio de Janeiro ao patrimônio da União, o rádio passa a receber grandes fomentos (MUSTAFÁ, 2013) Para além dos investimentos, a Rádio Nacional contava com uma mudança profunda em sua programação, incluindo diversos programas de curiosidades, novelas, informativos e programas de auditório, o que contribuiu muito para a popularização do rádio no cotidiano das pessoas.

Como, então, o Estado Novo utilizava o rádio para propaganda de seus ideais? A censura foi essencial para que o Estado Novo controlasse o conteúdo do rádio, cinema e qualquer outra manifestação cultural. Programações, textos, músicas e radionovelas passavam por um longo escrutínio feito pelo DIP antes de serem apresentados para a população. Assim, o Estado Novo impedia qualquer manifestação de oposição ou crítica ao regime, ao mesmo tempo que financiava aqueles que escreviam e criavam materiais que seguiam os ideais de pátria unificada (HAUSSEN, 1997). A relação de Getúlio com sambistas, compositores, teatrólogos e jornalistas era contraditória: o DIP funcionava a todo vapor, censurando a cultura, ao mesmo tempo que Vargas sancionava diversos decretos protegendo artistas e o direito autoral, estabelecendo cargas de trabalho.

Foi, portanto, nesse contexto de expansão da radiodifusão e da censura, que o samba teve papel fundamental no Estado Novo. A temática do trabalho como forma de construir e elevar o país passava a ser tema em grande parte dos sambas, deixando para trás, muitas vezes, temas como malandragem e apresentando um eu-lírico regenerado (COELHO, 2011). Era comum apresentar o trabalho como edificante, símbolo da cidadania e do progresso nacional. Temas que exaltavam as qualidades da nação e descreviam o país como paraíso também passaram a ocupar as ondas do rádio.

Exemplificando

Samba do malandro regenerado

A temática da malandragem esteve presente em diversos sambas até a ascensão do Estado Novo. Após a instauração do DIP, da censura e dos fomentos estatais a alguns compositores, a temática do trabalho e da

morigeração foram substituindo temas típicos da vida do malandro. Um dos casos mais emblemáticos foi o do compositor Wilson Batista. Vamos analisar dois de seus sambas, produzidos antes e depois do Estado Novo.

Samba I – Lenço no Pescoço (1933)
Meu chapéu do lado
tamanco arrastado
lenço no pescoço
uma navalha no bolso
eu passo gingando provoco desafio
eu tenho orgulho de ser tão vadio
sei que eles falam deste meu proceder
eu vejo quem trabalha andar no misere
eu sou vadio porque tive inclinação
no meu tempo de criança tirava samba-canção.

Samba II – O Bonde São Januário (1940)
Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalha
Antigamente eu não tinha juízo
Mas hoje resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês
Sou feliz vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém
E, digo bem!

O segundo samba, de Ataulfo Alves e Wilson Batista, teve, na verdade, sua letra censurada pelo DIP. Exemplificando justamente as perspectivas culturais do Estado Novo. A letra pré-censura do DIP ironizava a situação do trabalhador: "O Bonde São Januário leva mais um sócio-otário" (em vez de societário). Cláudia Matos, historiadora que analisou uma série de mudanças no samba ao longo do Estado Novo, chamou esse abandono da temática da malandragem e sua substituição por uma retórica que ovacionava o trabalho de "malandragem regenerada" (MATOS, 1982, p.14). De fato, no Samba I, há diversos elementos da estética da malandragem: a vestimenta com o lenço no pescoço e chapéu de lado; a presença da navalha no bolso, indicando disponibilidade para brigas; e o gingado preparado para desafios. Havia, ainda, o orgulho de ser malandro, apesar do julgamento negativo desse compor-

tamento, e ainda uma crítica ao trabalho, que mantinha muitos ainda na miséria, apesar do esforço.

O tom e tema do samba mudam completamente em pouco menos de uma década. Ser trabalhador passa a ser motivo de orgulho, é ele "quem tem razão" e juízo, e o trabalho é a única maneira de se garantir futuro e sustento, pagando até pela camisa.

Os dois sambas nos dão a oportunidade de perceber como o discurso pode mudar ao longo dos anos e é parte constituinte de toda a sociedade. Não podemos ver apenas essa mudança como uma imposição do Estado Novo com a população. Obviamente, temos que considerar, como veremos mais adiante, a censura e a violência do Estado Novo, porém a retórica adotada pelo governo não era totalmente imposta. Ao mesmo tempo que partilhava de diversos valores que estavam em voga naquele tempo, ressoava na população que os transformava. Misturam-se nessa mudança o sentimento de pertencimento a uma comunidade/país, acesso à cidadania por meio do trabalho e a própria retórica do trabalhador morigerado como parte constituinte e fundamental da nação.

O samba do malandro regenerado ocupava as rádios ao lado de sambas sobre a exaltação das riquezas do país. Temos de considerar que, naquela época, a censura impedia muitos outros temas e questionamentos. Milhares de peças foram impedidas de serem encenadas, canções tiveram de ser reescritas e melodias refeitas para se adequarem ao modelo do Estado Novo. Muitos compositores burlavam a censura com letras irônicas e melodias interrompidas como forma de protesto, mas muitos outros também escreveram canções com as temáticas estado-novistas.

Havia, portanto, um movimento duplo e contraditório tanto no governo quanto na sociedade. Se, por um lado, Vargas censurava e fazia o DIP responder diretamente a ele, por outro fomentou o rádio e garantiu alguns direitos para artistas. Na sociedade, apesar da censura e da imposição de certos ideais pelo Estado Novo, havia um sentimento de pertencimento e nacionalismo disseminado. Multidões se sentiam representadas pelos atos cívicos de Vargas e pela seleção brasileira de futebol masculino.

Sem medo de errar

Retomamos, então, nosso questionamento sobre o tema "cultura brasileira" em sala de aula: como trabalhar esse tema a partir do Estado Novo?

Considerando os temas que debatemos ao longo da seção, você, atento às construções sociais de memória e identidade, poderia propor aos estudantes a seguinte reflexão: **há uma identidade nacional ou há uma identidade**

imaginada, construída ao longo do tempo? Como alguns elementos, como o samba e futebol, se tornaram tão representativos do Brasil?

Você, então, apresenta um trecho do filme *Alô, amigos*:

Figura 4.3 | Cartaz do filme "Alô, amigos"

Fonte: https://goo.gl/4okWxv. Acesso em: 31 jan. 2019.

Nessa animação, o personagem Zé Carioca conhece o Pato Donald. Você pede para que os alunos anotem as características do personagem brasileiro e, após o fim do trecho, você pergunta quais dos aspectos do Zé ainda servem para descrever um "brasileiro típico". Alguns respondem que é o contato corporal, com o abraço forçado; outros, a animação e hospitalidade de Zé ao querer mostrar toda a cidade para Donald; e outros, ainda, apontam para a malandragem "positiva" do personagem, que gosta de carteado e de beber cachaça, mas que não arranja briga ou confusão; e outros, por fim, apontam a capacidade de sambar e dançar muito bem.

Você, então, explica que esse filme foi feito em parceria com os estúdios Walt Disney, em uma campanha conhecida como "**política da boa vizinhança**", criada pelo Presidente estadunidense **Franklin Roosevelt** (1882-1945), que promovia uma relação mais próxima entre o país do norte e os territórios ao sul. Você ainda chama atenção para a trilha sonora, com o samba-exaltação de Ari Barroso (1903-1964), **Aquarela do Brasil**.

Explica, ainda, que naquele contexto do Estado Novo e da política da boa vizinhança, criou-se uma imagem do brasileiro como acolhedor, amigo e pouco crítico de sua sociedade. Zé Carioca é feliz apesar dos problemas do Brasil, samba e dança o tempo inteiro e é hospitaleiro. Essas são algumas das características do personagem que insistem em aparecer até os dias atuais, quando pensamos no que é ser brasileiro.

Você chama a atenção de seus alunos para o fato de que nossas identidades são criadas e construídas em contextos históricos específicos e que, apesar de nos identificarmos com muitos aspectos de nossa identidade nacional, essa por si só é um constructo social, que se transforma ao longo das conjunturas vividas pela sociedade. Essa identidade nacional segue sendo recuperada e reforçada midiaticamente em diferentes situações: seja em eventos esportivos, datas comemorativas, slogans governamentais ou, inclusive, em situações trágicas para o país. Durante esses momentos, redes de televisão e jornais apelam para um discurso de união, dizendo que "brasileiros são unidos", ou estão "acostumados a se ajudarem em momentos de dificuldade". Além de normalizar esses eventos, alguns veículos retiram a obrigação do Estado em agir mais energicamente e delegam a uma suposta união a resolução dos problemas.

Faça valer a pena

1.

> "O êxito obtido pela seleção na Copa de 1938 e o entusiasmo provocado nos diversos seguimentos da população propiciaram ao governo a certeza acerca da significação do futebol para a consolidação de seu projeto político em termos dos ideais nacionalistas e de harmonia social, fazendo da atuação de certos jogadores a prova da inexistência de conflitos étnicos e sociais no país. Por outro lado, possibilitou aos populares assegurar-se dos bons resultados de suas táticas de luta e de negociação com vista à conquista e ao reconhecimento da cidadania, aqui configurada pelo direito de praticar um esporte que lhes era prazeroso. (SOIHET, 2010, p. 301)

Sobre futebol, propaganda e Estado Novo, é correto afirmar que:

a) Futebol e samba foram eleitos símbolos nacionais, passando a constituir o discurso estado-novista sobre nação e pertencimento.

b) Vargas relacionou diretamente os resultados positivos em campo pela seleção brasileira com o desenvolvimento do país, mas evitou aproximações com a seleção.

c) O DIP foi fundamental na construção de uma imagem de país coeso, mas abdicou de utilizar o futebol por pouco se relacionar aos ideais de trabalho e progresso.
d) O esporte tinha pouca popularidade naquela época, sendo marginal na construção do discurso de harmonia social feito por Getúlio Vargas e seu governo.
e) Futebol e samba foram deixados de lado como símbolos nacionais, pois representavam a malandragem e se opunham ao ideal do cidadão-trabalhador varguista.

2. Leia o trecho a seguir e considere as afirmações:

> "Ao irradiar os comícios de 1º de maio, as paradas do dia da Raça ou de 7 de setembro, *A hora do Brasil*, o rádio realizava um trabalho fundamental de propaganda do governo e de construção de uma identidade nacional na medida em que podia reunir simbolicamente todos os brasileiros, que juntos passariam a imagem de uma comunidade harmoniosa em que todos participam. (OLIVEIRA, 2010, p.341)

I. O Departamento de Imprensa e Propaganda era responsável por avaliar e censurar todo o conteúdo irradiado no Brasil.
II. O rádio atingiu uma grande popularidade no Estado Novo, que financiou essa indústria, mas também permitiu propagandas durante a programação e garantiu uma série de direitos a jornalistas e artistas.
III. Havia uma preocupação em reforçar os ideais propagados pelo Estado Novo, assim como instruir a população, por meio de programas educativos, porém sempre seguindo os preceitos de trabalho e união.
IV. Vargas utilizou amplamente o rádio para propagar seus discursos, anunciar periodicamente direitos trabalhistas e celebrar datas cívicas.

Estão corretas as afirmativas:
a) I e II.
b) I, II e III.
c) I e III.
d) I, III e IV.
e) I, II, III e IV.

3. Considere o trecho a seguir e analise as afirmações:

> "Durante a ditadura do 'Estado Novo', no Brasil, piscaram os sinais de alerta para os malandros e os que cultuavam a malandragem. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda

> (DIP), em dezembro de 1939, a censura às vozes destoantes da ideologia do regime foi exercida com mão de ferro. Intensificou-se a repressão à 'vadiagem' e ganhou corpo a perseguição a quem exaltasse o não-trabalho. Nada de anormal, enfim, se considerarmos que a Constituição imposta ao país em 10 de novembro de 1937 equiparava a ociosidade a crime e estabelecia, no seu artigo 136, que 'o trabalho é um dever social'. (PARANHOS, 2007, p. 180)

I. A temática da vadiagem deu lugar a sambas que tratavam de trabalho e, também, exaltavam as riquezas brasileiras.
II. Alguns sambistas burlavam a "mão de ferro" do DIP e escreviam sambas irônicos com as temáticas ovacionadas pelo Estado Novo.
III. O samba sofreu uma queda em sua popularidade, uma vez que havia uma imposição pelo Estado Novo em relação a algumas temáticas.
IV. A malandragem passou a ser mal vista e perseguida pelos censores, pois ia contra o ideal de trabalho e desenvolvimento proposto pelo Estado Novo.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II.
b) I e III.
c) I, II e III.
d) I, II e IV.
e) I, II, III e IV.

Seção 4.2

Vargas e os trabalhadores

Diálogo aberto

Caro aluno, nesta seção, veremos como o Estado Novo buscou articular uma nova proposta de cidadania. Em um contexto no qual direitos, como ao voto, estavam suspensos, a cidadania passava a ser representada, pelo governo, por direitos trabalhistas e participação nas inúmeras celebrações e eventos. Qual é o papel das celebrações oficiais para o presente e para a História? Já vimos em outras seções a importância dos discursos no rádio e nos estádios e você já conhece o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado na época.

Vamos retomar o contexto apresentado na seção anterior: você, como professor, foi convidado a participar de uma feira interdisciplinar na sua escola e terá que auxiliar seus alunos na construção de um mural sobre memória e celebrações nacionais. Após listarem algumas datas comemorativas de abrangência nacional, como o 7 de setembro (Independência) e 15 de novembro (Proclamação da República), os alunos questionaram o motivo pelo qual algumas datas ficam esquecidas e outras são celebradas. Dentre essas datas, o 1º de maio, Dia do Trabalhador, foi pouco lembrado pelos seus alunos, e você apontou esse esquecimento. Como historiador e professor, você sabe que rememorar socialmente ou esquecer certos fatos é um ato político e influenciado pelo contexto histórico.

Esta seção traz elementos para refletirmos sobre algumas celebrações e construções de memórias nacionais. O Estado Novo, através do DIP, construiu um discurso próprio associando **Vargas, direitos e povo**. Dessa maneira, algumas celebrações foram escolhidas e, posteriormente, desenvolvidas como uma forma de reafirmar o discurso trabalhista do Estado Novo. Esse tema é uma ótima oportunidade para trabalhar as noções de memória e discurso com seus alunos, conceitos fundamentais para a História.

Frente a esse desafio, nos perguntamos: como relacionar a celebração ou o esquecimento de algumas datas comemorativas com a História? Como explicar para os alunos que celebrar e rememorar também é fruto de um contexto histórico e passível de mudanças?

Não pode faltar

O Estado Novo foi um período de perseguições a trabalhadores e imigrantes, ao mesmo tempo que foi um momento de consolidação das leis trabalhistas e da Justiça do Trabalho. O que nos parece ser uma contradição, funcionava como algo quase orgânico dentro da estrutura do governo: o corporativismo e o trabalhismo. Esses dois conceitos, caros para o entendimento do Estado Novo, serão trabalhados intensamente nesta seção, uma vez que nos ajudam a entender as transformações da legislação do trabalho, a perseguição aos opositores e também a função que o próprio Estado passava a ter no tocante a mediações e disputas entre trabalhadores e empregados.

É preciso retomar os primeiros anos do Estado Novo, desde o golpe que o inaugura, para entender como o governo e a nação passaram a ser estruturados. O golpe de 1937 reduziu ainda mais a participação política direta e deu origem ao Estado Novo. A Constituição simbolizou o início do Estado Novo na medida em que garantia uma enorme concentração de poder nas mãos do chefe do Executivo, o presidente. Essa Carta Magna apresentava elementos do fascismo, destacadamente, a organização da sociedade por meio de sindicatos, em um modelo corporativista que orquestrava as relações entre capital e trabalho. Entre 1937 e 1945, essa constituição regeu um projeto político autoritário, que não previa eleições e cujos representantes eram diretamente apontados pelo presidente.

Assimile

Uma nova cultura política: minam-se os direitos liberais e se constroem os direitos trabalhistas

> "O Primeiro aspecto a ressaltar para que se possa compreender o sentido da nova cultura política que o Estado Novo estava criando é do vínculo que se constrói entra a ideia de cidadania e a existência de direitos sociais, particularmente direitos do trabalho. Por isso, é fundamental entender que o Estado Novo não interrompe apenas o exercício efetivo das práticas políticas representativas que então vinham sendo experimentadas: novos partidos, novas constituições (federal e estaduais), novos representantes (inclusive uma representação classista, eleita por delegados dos sindicatos) etc. É nesse período que se articula e se difunde, de maneira incisiva e sistemática, um discurso que desqualifica os direitos políticos e todo tipo de práticas liberal-democráticas, tachando-os de ineficientes, custosos e também corruptores. (GOMES, 2002, p. 33)

Com o Estado Novo, as eleições foram suspensas, e os sindicatos passaram a estar atrelados ao governo. Sob o entendimento de Vargas, "o operariado brasileiro era 'imaturo' e 'fraco'" e por conta dessas características, era "presa fácil do arbítrio patronal". Para o Estado Novo, portanto, "carecia resguardar o trabalhador tanto da luta de classes quanto da exploração capitalista" (NEGRO; SILVA, 2003, p. 50), ou em outras palavras, a relação trabalhista não poderia ser feita por organizações sindicais que visavam à revolução, nem diretamente com o patrão. O Estado Novo tem como fundamento o corporativismo, no qual grupos considerados opostos, como trabalhadores e patrões, são incorporados na decisão estatal.

Já em 1930, Getúlio criou o Ministério do Trabalho como forma de transformar a estrutura social brasileira, colocando o governo como mediador da luta de classes. A presença de um Estado forte evitaria que os ideais de esquerda e comunistas se espalhassem pelo país, assim como a mediação do governo nos conflitos trabalhistas asseguraria certa seguridade aos operários. O Estado, então, emergia como árbitro entre o capital e o trabalho.

Em um contexto que a cidadania era extremamente restrita, sem eleições locais e nacionais, o direito acerca do trabalho passa a ser o acesso à própria cidadania. Essa relação fica mais clara quando nos debruçamos sobre a Lei de Sindicalização de 1931. Se os trabalhadores se organizavam em clubes, associações recreativas e grêmios anteriormente, durante o Estado Novo essas instituições foram reprimidas, e a única forma de organização era por meio de um sindicato único (por categoria) atrelado diretamente ao Estado. As organizações sindicais se tornam órgãos consultivos das disputas trabalhistas e atuam diretamente com o poder público. Para que o trabalhador pudesse ter acesso a qualquer direito, ele teria que ser sindicalizado, fazendo com que a participação fosse praticamente obrigatória. Só podiam acessar os direitos aqueles que faziam parte dos sindicatos, ou seja, estivessem incorporados na lógica do Estado Novo de mediação entre classes. É com essa mesma lei que o governo restringe a atuação sindical, impedindo propaganda política e religiosa de qualquer caráter dentro dessas instituições.

Simultaneamente ao processo de sindicalização, o Estado Novo promovia um discurso que desqualificava os direitos políticos – como o direito ao voto e à liberdade de expressão – como liberais. Os direitos sociais, como saúde, educação e trabalho, emergiam, então, como extremamente valorosos, e o acesso a direitos trabalhistas passava a ser definidor da cidadania.

> É preciso reconhecer que esse discurso também é bem recebido por grande parte da população (trabalhadores) por remeter a uma legislação social e trabalhista que vinha sendo implementada desde os anos 1930. A compreensão das relações que constroem entre Estado, trabalhadores e patronato exige tanto o exame das iniciativas legislativas como o acompanhamento dos investimentos do regime na construção de uma ideologia que priorizava a figura do presidente Vargas e da legislação do trabalho. (GOMES, 2002, p. 35)

Em 1939, a Lei de Sindicalização ganha novos contornos: greves eram proibidas explicitamente, e o Estado poderia intervir diretamente na administração política e financeira das organizações trabalhistas (GOMES, 2002). Pouco tempo depois, em 1941, o salário mínimo foi criado legalmente. Tinha valor variável de uma região para outra e, mesmo que em algumas áreas não representasse um ganho financeiro muito grande, estabelecia um mínimo a ser pago aos trabalhadores, condição que anteriormente não era assegurada. Munidos de leis e condições de trabalhos estabelecidas na legislação, vários trabalhadores foram à Justiça do Trabalho exigir direitos e cumprimentos das letras legislativas.

Na comemoração do 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, conhecida como CLT, entrava em vigor. O documento, promulgado como decreto, reunia e sistematizava todas as leis e os direitos dos trabalhadores após a Revolução de 1930. "Ainda que tenha recebido o nome de 'consolidação', a CLT não se limitou a reunir uma legislação dispersa. Introduziu também novos direitos e regulamentações trabalhistas até então inexistentes." (FGV, 2018, [s.p.]). Férias, descansos remunerados, condições mínimas de trabalho, higiene, segurança e juntas de conciliação e julgamentos foram estabelecidos, por exemplo. Sua elaboração, no entanto, começou um tempo antes. Em 1942, Vargas formou uma comissão que realizaria a sistematização desse código. A comissão deveria eliminar a existência de leis incongruentes ou contraditórias e inserir novas regras. A lei também referendava a regulação da anotação dos contratos de trabalho na carteira de trabalho, que existia desde 1932. A CLT passou por diversas transformações, contudo ainda é o principal corpo de leis que rege as relações de trabalho.

Tamanha mudança e organização sistemática em um único código de leis de trabalho suscita diversos questionamentos. É comum a comparação da CLT com a *Carta del lavoro*, estabelecida pelo regime fascista de Mussolini. Vamos nos deter um pouco nessa questão.

Reflita

Usos políticos da origem da CLT

> A questão não se reduz a diatribes jurídicas e historiográficas, porquanto é também eminentemente política. Para os que defendem a tese da autenticidade brasileira da Justiça do Trabalho, esta deveria manter suas principais características, pois existiria para defender os interesses dos trabalhadores. Para os que a julgam como um transplante da Itália, seria preciso alterá-la profundamente, eliminando suas raízes fascistas, ou mesmo extingui-la, pois sua permanência teria efeitos anestésicos sobre o poder de barganha da classe trabalhadora. Ao contrário do que muitos esperavam, porém, os tentáculos da Justiça do Trabalho alcançaram abrangência nacional na década de 1980 e a constituição de 1988 ampliou significativamente suas atribuições. (SILVA, 2016, p. 83)

O quanto das impressões sobre a CLT, colocando-a como um fruto do fascismo ou uma peculiaridade exclusivamente brasileira, é parte de uma agenda política de flexibilização dos direitos trabalhistas?

De acordo com o historiador Michael Hall, há partes na CLT retiradas diretamente da *Carta del Lavoro*. Entretanto, isso não significa que a legislação seria uma simples cópia do documento fascista. Havia uma série de diferenças centrais entre os dois documentos, o que resultou em maneiras muito diferentes de se conduzir disputas entre trabalhadores e empregados. Um ponto importante promovido pela CLT foram os conselhos paritários, que atuavam diretamente ao lado de juízes em disputas entre trabalhadores e patrões. O documento brasileiro definia que ambos, empregadores e empregados, deveriam estar representados nesse conselho por meio de eleições diretas, enquanto, na Itália fascista, o corpo era formado por especialistas (SILVA, 2016). Os industriais italianos haviam pressionado e derrubado a paridade entre as classes, promovendo, assim, uma justiça do trabalho bastante engessada, que acabava beneficiando os empregadores. Mas, o que isso significava na prática? Os conflitos trabalhistas na Itália, em sua maioria, não chegavam à Justiça do Trabalho, pelo contrário, eram resolvidos com uma conciliação entre sindicatos de empregados e patrões, o que resultava em uma perda de uma série de direitos durante os acordos. Ao invés de ser uma letra da lei que protegia os trabalhadores, ou dava oportunidade para que fossem à justiça buscar direitos, a *Carta Del Lavoro* e a própria justiça italiana, da maneira que foram construídas, impediam o acesso a uma série de direitos e acabavam por dar muito poder a esses acordos firmados fora dos

tribunais. É importante lembrar que os sindicatos italianos estavam "extremamente subordinados aos ditames do partido e governo fascistas", o que limitava ainda mais a busca por direitos (SILVA, 2016, p. 91).

Pesquise mais

Para saber mais sobre a CLT e a *Carta del Lavoro*, veja os seguintes textos:

HALL, M. M. Corporativismo e fascismo nas origens das leis trabalhistas brasileiras. *In:* ARAÚJO, Â. (org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 13-28.

SILVA, F. da S. Justiça do Trabalho e *Magistratura del* Lavoro. *In:* SILVA, F. da S. **Trabalhadores no Tribunal:** conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016.

Outro ponto central que diferenciava as duas realidades – brasileira e italiana – era o acesso à cidadania e aos direitos. Como vimos, durante o Estado Novo, a cidadania era exercida por meio do acesso a direitos sociais e trabalhistas. Se um indivíduo era trabalhador e sindicalizado, teria direitos. Na Itália, o fascismo conferia direitos pelo sangue, pela nacionalidade.

Nessa lógica entre cidadania e direitos, o Estado Novo passava a promover diariamente falas de dez minutos do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Adotava um tom mais casual, aproveitando o tempo no rádio para explicar as leis trabalhistas e seus usos. O programa de rádio funcionava, então, como uma conversa entre o Estado e o povo (GOMES, 1988).

Havia toda uma propaganda política, estruturada pelo DIP, que colocava o Estado Novo, Vargas e seus ministros como responsáveis pela concessão de direitos e reafirmava a cidadania por meio do trabalho. Discursos de Vargas nas comemorações do 1º de maio, Dia do Trabalho, e o famoso vocativo utilizado no início dos discursos pelo então presidente, "Trabalhadores do Brasil", eram algumas das diversas estratégias do Estado Novo de solidificar um discurso trabalhista.

> "Três comemorações – o aniversário do Presidente, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo – constituíam três ocasiões chaves para a comunicação de Vargas e a massa de trabalhadores. (...) O que interessa destacar é que elas se integravam, ao mesmo temo que precederam e redimensionaram a intenção básica da política doutrinária do Trabalho após 1942. Ou seja, elas estruturaram uma aproximação significativa entre autoridades e o público trabalhador. (GOMES, 1988, p. 256)

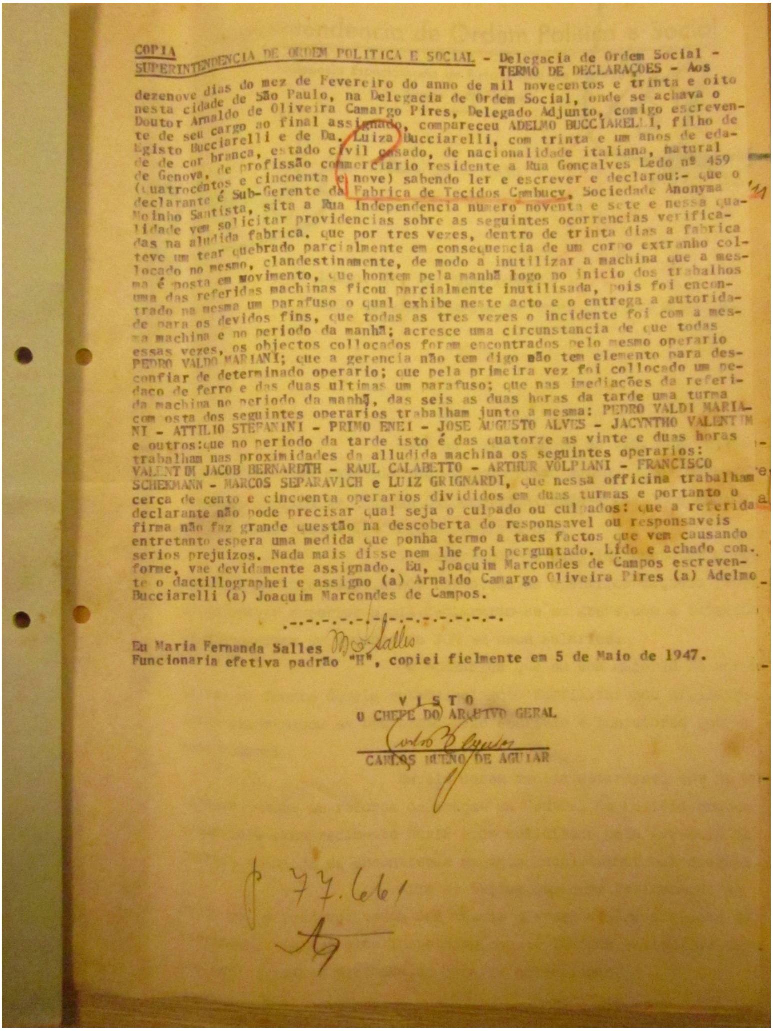
No decorrer do Estado Novo, os direitos passaram a ser relacionados diretamente com a figura de Vargas e seus ministros. Era através dos discursos, das comemorações do 1º de maio e dos diversos programas de rádio que se reafirmava a relação entre direitos, trabalho, cidadania e Getúlio Vargas. Visto ora como pai dos pobres, ora como o responsável pelas leis trabalhistas, o presidente passou a personificar o próprio governo e todo o país.

É importante termos em mente que, apesar dos esforços do DIP e de todo aparelho do Estado Novo em construir uma imagem de Vargas como benevolente e responsável pela concessão de direitos, os trabalhadores continuavam a fazer greves e exigir direitos e participação política.

Nesse sentido, a Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS), que funcionava como uma polícia política, forneceu sustentação para o regime varguista durante o Estado Novo, na medida em que providenciava a criminalização dos inimigos do regime. Eram tratados como inimigos aqueles que se alistavam nas fileiras dos partidos e organizações comunistas, socialistas ou anarquistas, trabalhadores que se envolvessem em greves ou agitações e, mais tarde, imigrantes provenientes dos países do Eixo, como veremos na próxima seção. Vale apontar que a origem desse tipo de policiamento, no entanto, é anterior a Getúlio Vargas, com o objetivo de acompanhar minuciosamente as relações de trabalho, pelo poder público, por meio do pacto firmado entre empresários e polícia. Criou-se um sistema de identificação pelos donos de fábrica por meio das circulares dos sindicatos patronais pelo Departamento Estadual do Trabalho, que cobrava pelas carteiras de identificação e pretendia regular a vida profissional de cada pessoa. Havia, portanto, a resistência dos trabalhadores e um aparato estatal e patronal para censurá-la.

Exemplificando

Figura 4.4 | Prontuário: teares sabotados?



COPIA

SUPERINTENDENCIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL - Delegacia de Ordem Social - TERMO DE DECLARAÇOES - Aos dezenove dias do mez de Fevereiro do anno de mil novecentos e trinta e oito nesta cidade de São Paulo, na Delegacia de Ordem Social, onde se achava o Doutor Arnaldo de Oliveira Camargo Pires, Delegado Adjunto, comigo escrevente de seu cargo ao final assignado, compareceu ADELMO BUCCIARELLI, filho de Egisto Bucciarelli e de Da. Luiza Bucciarelli, com trinta e um anos de edade de cor branca, estado civil casado, de nacionalidade italiana, natural de Genova, de profissão commerciario residente a Rua Gonçalves Ledo nº 459 (quatrocentos e cincoenta e nove) sabendo ler e escrever e declarou:- que o declarante é Sub-Gerente da Fabrica de Tecidos Cambucy, Sociedade Anonyma Moinho Santista, sita a Rua Independencia numero noventa e sete e nessa qualidade vem solicitar providencias sobre as seguintes ocorrencias verificadas na alludida fabrica. que por tres vezes, dentro de trinta dias a fabrica teve um tear quebrado parcialmente em consequencia de um corpo extranho collocado no mesmo, clandestinamente, de modo a inutilizar a machina que a mesma é posta em movimento, que hontem pela manhã logo no inicio dos trabalhos uma das referidas machinas ficou parcialmente inutilisada, pois foi encontrado na mesma um parafuso o qual exhibe neste acto e o entrega a autoridade para os devidos fins, que todas as tres vezes o incidente foi com a mesma machina e no periodo da manhã; acresce uma circunstancia de que todas essas vezes, os objectos collocados foram encontrados pelo mesmo operario PEDRO VALDO MARIANI; que a gerencia não tem digo não tem elemento para desconfiar de determinado operario; que pela primeira vez foi collocado um pedaço de ferro e das duas ultimas um parafuso; que nas imediações da referida machina no periodo da manhã, das seis as duas horas da tarde uma turma composta dos seguintes operarios trabalham junto a mesma: PEDRO VALDI MARIANI - ATTILIO STEFANINI - PRIMO ENEI - JOSE AUGUSTO ALVES - JACYNTHO VALENTIM e outros: que no periodo da tarde isto é das quatorze as vinte e duas horas trabalham nas proximidades da alludida machina os seguintes operarios: VALENTIM JACOB BERNARDTH - RAUL CALABETTO - ARTHUR VOLPIANI - FRANCISCO SCHEKMANN - MARCOS SEPARAVICH e LUIZ GRIGNARDI, que nessa officina trabalham cerca de cento e cincoenta operarios divididos em duas turmas e portanto o declarante não pode precisar qual seja o culpado ou culpados: que a referida firma não faz grande questão na descoberta do responsavel ou responsaveis entretanto espera uma medida que ponha termo a taes factos que vem causando serios prejuizos. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vae devidamente assignado. Eu, Joaquim Marcondes de Campos escrevente o dactillographei e assigno (a) Arnaldo Camargo Oliveira Pires (a) Adelmo Bucciarelli (a) Joaquim Marcondes de Campos.

.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

Eu Maria Fernanda Salles M. Salles
Funcionaria efetiva padrão "H", copiei fielmente em 5 de Maio de 1947.

V I S T O
O CHEFE DO ARQUIVO GERAL
CARLOS BUENO DE AGUIAR

p 77.661

Fonte: acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (1939).

A figura mostra um dos prontuários da DEOPS, e nele vemos um subgerente relatar que um tear foi, por três vezes, possivelmente sabotado na fábrica de tecidos. Percebe-se que há uma descrição dos possíveis culpados e dos funcionários que encontraram ou estavam ao redor da máquina, o que nos mostra que havia ou se tinha a intenção de controlar o máximo possível qualquer movimentação dos trabalhadores. Além do

controle, havia a preocupação desse tipo de comportamento continuar e causar danos não só financeiros, mas também sendo permissivo de um comportamento tido como subversivo dos operários.

Havia, portanto, perseguição e controle a qualquer comportamento dos empregados, sendo eles comunistas, grevistas, ou não. A polícia política, ao lado do sindicato patronal, pretendia controlar ao máximo seus empregados. Alguns deles sabotavam máquinas como retaliação a salários atrasados, abusos físicos e morais no ambiente de trabalho, por exemplo, indicando que, apesar dos esforços do Estado Novo e do DEOPS, os operários resistiam.

Vimos, portanto, que houve um esforço e um grande aparato estatal por parte do governo para criar uma retórica de que Vargas era responsável pelos direitos. O discurso trabalhista permeava celebrações nacionais, revistas e rádios, como vimos anteriormente. E, concomitantemente, a estrutura social era formulada por meio da conciliação de sindicatos patronais e de trabalhadores, o que reforçava o papel do Estado Novo como mediador dos conflitos de classe. Os direitos, não mais liberais, eram sociais e referentes ao trabalho, o que atava os cidadãos, os quais só poderiam ter acesso à cidadania se fossem trabalhadores e sindicalizados. Nesse sentido, vimos emergir no Estado Novo o corporativismo, no qual patrão e empregado são incorporados ao Estado e tem seus conflitos arbitrados pelo governo.

Sem medo de errar

Ao auxiliar seus alunos na construção de um mural para a feira multidisciplinar da escola, você e a classe se depararam com um desafio. Algumas datas comemorativas se tornam mais ou menos importantes com o tempo, mas por qual razão? Você, como professor e historiador, sabe que celebrar é também relembrar, e algumas datas passam a ser esquecidas pelo poder público, pela sociedade civil e pela história. Afinal, as celebrações também estão inseridas em um contexto histórico. A celebração do 1º de maio, Dia do Trabalho, foi pouco lembrada entre seus alunos, e você aproveita a oportunidade para explicitar a celebração e o esquecimento dessa data.

Primeiramente, você apresenta duas imagens para seus alunos:

Figura 4.5 | Comemoração do Dia do Trabalho

Fonte: http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=154. . Acesso em: 16 jan. 2018.

Figura 4.6 | Vargas e o Dia do Trabalho

Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/IdeologiaTrabalhismo. Acesso em: 16 jan. 2018.

Seus alunos se surpreendem pela quantidade de gente comemorando o 1º de maio. Você explica então que, para o Estado Novo, que corresponde ao governo em vigor nas duas imagens, o Dia do Trabalho era fundamental. Era durante esse festejo que se reafirmava a importância do presidente como

responsável por amparar a classe trabalhadora, e também se celebravam os direitos. Por essa razão que os chamamentos que constituem a segunda imagem trazem o busto de Vargas. Você relembra os alunos de que foi durante o governo de Vargas, do Estado Novo, que a CLT foi aprovada, garantindo uma série de direitos há muito tempo requisitados pelos trabalhadores. Relembra também que os direitos liberais, como o de voto, de livre associação e organização, estavam cassados, o que colocava nos direitos trabalhistas o peso de cidadania. Portanto, o 1º de maio emergia como um momento de celebração dos direitos e do próprio governo.

Alguns alunos apontam que, nos últimos anos, houve mudanças nas leis do trabalho. De fato, houve uma flexibilização das leis trabalhistas e ter uma carteira de trabalho não é mais a única forma de ser contratado. Você, então, devolve a reflexão para a sala: se durante o Estado Novo os direitos trabalhistas eram fundamentais para a estruturada sociedade e por isso eram celebrados, por que o 1º de maio tem sido pouco rememorado atualmente? Alguns alunos apontam para o fato de que há uma série de mudanças na legislação trabalhista e muitas pessoas não têm mais carteira assinada, sendo classificadas como autônomas. Talvez, eles complementam, essa flexibilização tenha tirado o sentido de celebração do 1º de maio.

Datas comemorativas e o próprio esquecimento são produtos históricos, isto é, são passíveis de mudança, e nós, como historiadores e professores, temos de refletir sobre esses sentidos, atentando-nos para as mudanças e suas causas.

Faça valer a pena

1. Leia o trecho

> "Novamente, a questão de maior interesse para essa análise não é a assinatura dos decretos, até mesmo porque seu trâmite foi longo e a instituição da Justiça do Trabalho só ocorreu, de fato, em maio de 1941, quando um novo anúncio de sua implantação foi realizado. O que interessa neste ponto é tratar do incremento e da inegável transformação da comemoração em evento de massas. Mesmo que haja exagero na divulgação do cálculo de cem mil participantes, a data serviria como momento de demonstração de força, tanto para os adversários quanto para os aliados recalcitrantes, além de passar por profunda ressignificação, sendo apresentada como homenagem dos trabalhadores a Vargas. (BILHÃO, 2011, p. 79)

Sobre o Estado Novo, é correto afirmar que:
a) As comemorações do Estado Novo faziam parte de um calendário ufanista, no qual as massas e o povo eram exaltados, em detrimento de seu governante.
b) O discurso trabalhista do Estado Novo colocava Getúlio como mediador das conquistas das classes operárias e patronais.
c) As comemorações, assim como os muitos discursos de Vargas, representavam um momento de diálogo direto entre governante e povo.
d) Os festejos e as celebrações, como o Dia do Trabalho, eram espontâneos, como um presente dos trabalhadores ao presidente popular.
e) Em dias de celebração, Vargas costumeiramente aprovava decretos favorecendo trabalhadores, como uma forma de diminuir sua impopularidade.

2. Analise o trecho:

> "A eficácia desta propaganda e controle não foi irrelevante, tendo em vista a popularidade de Vargas e de sua imagem como 'pai dos pobres'. Contudo, este resultado não excluía a existência e permanência de denúncias e reações por parte de trabalhadores, sobretudo no universo fabril." (GOMES, 1988, p. 245)

Considere, agora, as seguintes afirmações:
I. O aparato estatal, criado por Vargas para dar ressonância à retórica do trabalhismo, por vezes, encontrava resistência nas fábricas e organizações políticas.
II. O Estado Novo construiu uma imagem de Getúlio como aquele que amparava o trabalhador, os pobres e as crianças.
III. O DEOPS, como polícia política da época, vigiava e perseguia trabalhadores que sabotavam máquinas e organizavam greves ou reuniões políticas.
IV. O Departamento de Imprensa e Propaganda foi responsável por difundir o discurso de Vargas como a representação dos direitos trabalhistas.

Estão corretas as afirmativas:
a) II e III.
b) I e II.
c) I e III.
d) I, II e III.
e) I, III e IV.

3. Leia o trecho:

> “Na esfera das relações e conflitos fabris, é possível examinar em detalhes as formas pelas quais os operários se apropriaram da Justiça do Trabalho ao extraírem da própria linguagem jurídica suas demandas por direitos, expressando assim suas concepções de justiça. Ademais, os autos são uma fonte privilegiada para se investigar a relação entre as mudanças no processo de trabalho e a experiência operária no interior das fábricas. Assim, o pesquisador poderá analisar as disputas e a concorrência intraempresariais, as transformações na estrutura produtiva, os métodos de ‘racionalização’ do trabalho, a disciplina fabril, as relações de gênero nos locais de trabalho, a interface entre grande indústria e trabalho domiciliar, os sentidos coletivos das ações individuais na Justiça e as relações extrafabris de solidariedade entre amigos e parentes. (SILVA, 2016, p. 49)

De acordo com o trecho e o período analisado, é correto afirmar que durante o Estado Novo:

a) Havia uma única interpretação das leis trabalhistas, engessando as conquistas dos trabalhadores.

b) Houve uma série de conflitos judiciais, nas quais os trabalhadores demandavam direitos e disputavam concepções de justiça.

c) A popularidade de Getúlio Vargas e da CLT contornaram os diversos conflitos trabalhistas entre empregadores e empregados.

d) Houve uma série de conquistas trabalhistas que foram amplamente negadas pela Justiça do Trabalho.

e) As disputas judiciais eram infrutíferas, pois como na Itália, a Justiça do Trabalho brasileira servia aos patrões.

Seção 4.3

A Segunda Guerra Mundial e a queda de Vargas

Diálogo aberto

Caro aluno, nas últimas seções, vimos a construção do Estado Novo e da figura popular de Vargas. Os direitos trabalhistas são um tema fundamental para o entendimento desse período e do Estado Novo, pois, uma vez sem direito ao voto ou à liberdade de expressão, a cidadania se dava – de acordo com o governo – através do acesso a direitos sociais. Getúlio Vargas, na figura do presidente que "concedia" direitos, se tornou, então, extremamente popular. Vamos retomar seus conhecimentos prévios e aprofundar a discussão entorno da cidadania.

Vamos recordar a sua experiência em sala de aula para a organização da feira multidisciplinar de sua escola. Em outra classe, você, como professor de História, ficou responsável por relacionar as transformações nos direitos trabalhistas e previdenciários na atualidade com o passado. Recentemente, há propostas para a mudança na contribuição da aposentadoria, podendo, inclusive, essa se tornar um mérito do âmbito privado, ou seja, de responsabilidade individual, sem passar obrigatoriamente pelo Estado.

Para alguns alunos, direitos trabalhistas atravancam a economia, e a aposentadoria deveria ser feita de maneira privada, com aplicações bancárias. Esta seção, assim como foi toda a unidade, te prepara para responder a alguns importantes questionamentos: qual é a importância dos direitos na vida das pessoas? O quanto eles mudaram a realidade no Brasil?

Você acredita que seus alunos, para discutirem essas importantes mudanças, precisam entender antes a história da construção dos direitos. Vamos, então, nos dedicar a esse tema, utilizando o Estado Novo como uma alavanca para a discussão.

Não pode faltar

Nas últimas seções, vimos a construção de uma figura popular da imagem de Getúlio Vargas. Eram diversos os programas de rádios, eventos públicos e oficiais e jornais e revistas construindo uma imagem positiva do presidente. Ele, além de ser retratado como "pai dos pobres e das criancinhas", era também tido como responsável pela concessão de uma série de direitos. Em 1943, como vimos anteriormente, a Consolidação das Leis Trabalhistas foi promulgada, alavancando ainda mais a popularidade do presidente. Essa

preocupação com a percepção em relação ao governo e presidente estava relacionada ao aumento de grupos pressionando pela volta de um regime democrático. Como veremos mais adiante, conjuntamente a essas pressões nacionais, a Segunda Guerra Mundial e a participação brasileira no conflito trariam maiores questionamento à legitimidade do Estado Novo e da figura ditatorial de Vargas.

Pesquise mais

O livro de leitura rápida de Maria Celina d'Araujo traz um panorama completo do Estado Novo e é muito útil na preparação de aulas.

D'ARAÚJO, M. C. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

Durante as décadas de 1930 e 1940, o avanço dos regimes fascista e nazista levou à Segunda Guerra Mundial. O mundo ficou dividido entre aqueles que apoiavam o Eixo, composto por Alemanha, Itália e Japão, e os Aliados, com Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão. Entretanto, durante os primeiros anos do conflito, o Estado Novo não tomou partido na guerra, afinal, em seu território, havia uma ditadura e lutar por interesses liberais e democráticos, defendidos pelos Aliados, poderia soar um tanto incoerente. A sua neutralidade no conflito, no entanto, trouxe diversas críticas. A União Nacional do Estudantes (UNE) promoveu diversas manifestações contra o nazi-fascismo e pela entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados.

> "Essa campanha, deflagrada num momento em que a corrente simpática ao Eixo ainda era bastante forte no interior do governo brasileiro, ganhou as ruas e teve grande influência na mobilização da opinião pública opinião pública. A UNE desempenhou também, nessa mesma época, papel importante na luta pela redemocratização do país. (FGV, 2018, [s.p.])

Paralelamente às manifestações da UNE, havia uma articulação em Minas Gerais que resultou em um importante manifesto, distribuído em outubro de 1943, conhecido como Manifesto dos Mineiros, que pressionava o retorno das eleições (FGV, 2018).

Exemplificando

Manifesto ao Povo Mineiro, ou Manifesto dos Mineiros

Selecionamos um trecho do Manifesto distribuído em 1943, por meio de mais de cinquenta mil cópias. Ele foi assinado por diversas pessoas do estado de Minas Gerais.

> “Não se infira, porém, da ressalva feita, que desejamos **voltar aos vícios das organizações e práticas políticas anteriores a 1930**. Impossível seria negar que, de posse do poder, muitos dos seus homens não raro se valiam, como se suas próprias fossem, das graves faculdades de pagar e prender, nomear e demitir, promover e premiar, a fim de adquirir e penhorar dedicações pessoais, com que **armavam e mantinham máquinas eleitorais, destinadas a corromper a expressão dos sufrágios populares** e a impedir o livre desenvolvimento das nossas melhores vocações políticas. Condenamos, com firmeza, os erros, as corrupções e os abusos do regime transposto definitivamente em outubro de 1930. Mas **se um desses abusos, aquele que, antes de todos, deveria suscitar a Revolução, foi precisamente o da hipertrofia no Poder Executivo, manifestação atávica do poder pessoal, nunca suficientemente condenado no Império e nos últimos tempos da chamada República Velha**, caracterizado pela incidência da chefia suprema do Governo e da política nas mãos de um só homem, sempre desejoso de perpetuar-se mediante indicação de um sucessor, se, entre aqueles erros, os mais apontados entendiam com o ludíbrio da opinião pública, traduzida em sufrágio, e com a opressão de estados de sítio de duvidosa legitimidade e de excessiva duração, claro é que, **recusando-nos a volver ao passado, impossível nos seria aceitar como definitiva qualquer ordem política na qual, para evitar a defraudação de sufrágios, se fechassem as urnas**; para prevenir o estado de sítio ilegal se fizesse legal a sua perpetuidade e, por derradeiro, para obstar à hipertrofia do Poder Executivo, fosse este transformado em poder constitucional realmente único**. Não é bastante que figurem em diplomas constitucionais franquias e direitos dos cidadãos.** O essencial é que sejam assegurados e que possam ser exercidos. (WIKISOURCE, [s.d.], [s.p.], grifos nossos)

O trecho escolhido, de maneira geral, faz um paralelo do presente com a República Velha e o Império. Primeiramente, faz uma ressalva sobre os vícios que estavam no país antes de 1930. Em uma referência às fraudes nas eleições, ao voto de cabresto, o trecho apontava para a existência, no período anterior, de alguns homens que corrompiam os “sufrágios” – as eleições –, se perpetuando no poder por meio de

"máquinas eleitorais". Para os que assinavam o manifesto, essa conduta teria sido condenada em outubro de 1930, ou seja, durante a tomada de poder que depôs o então presidente **Washington Luís** (1869-1957). O manifesto continua que até aquele momento, 1930, a "hipertrofia no Poder Executivo" não tinha causado tanto incômodo, nem recebido críticas durante o Império ou a República Velha, porém, com a tomada de poder em 1930, ficava claro que manter a política de revezamento de presidentes era uma afronta. Entretanto, era impossível aceitar o que Vargas propunha: o fechamento permanente das urnas. Apesar de ter prometido fazer eleições em algum momento e aprovado uma constituição em 1937 que previa sufrágios, Vargas postergava ao máximo sair do poder. Pelo trecho destacado, não parece que era intenção da Revolução ficar sem eleições.

Por fim, faz uma referência direta à Constituição, dizendo que não era o suficiente assegurar direitos em "diplomas constitucionais", mas seria fundamental que pudessem ser exercidos.

O pequeno trecho retirado do longo manifesto feito por diversos líderes políticos de Minas Gerais ressalta o desconforto que se disseminava à época quanto à falta de eleições e à perpetuação de Vargas no poder.

Ainda que houvesse censura, DOPS e perseguição política, algumas organizações e grupos conseguiram veicular suas ideias, como aconteceu com o Manifesto do Mineiros. As perseguições, no entanto, continuaram, e muitos dos signatários do Manifesto acabaram por ser exonerados de seus cargos públicos ou demitidos de seus empregos (FGV, 2018). As manifestações e críticas ao governo, porém, não cessaram e pioraram no contexto da Segunda Guerra Mundial, ao qual nos dedicaremos.

Como dito anteriormente, o Estado Novo não se posicionou desde o início da Segunda Guerra Mundial. O rompimento com os países do Eixo só aconteceu após navios brasileiros serem bombardeados por submarinos alemães quando dezenove embarcações foram torpedeadas e centenas de pessoas morreram (FGV, 2018). Até aquele momento, partidários do Estado Novo viam muitas semelhanças entre os governos totalitários do Eixo e o Estado Novo, o que dificultava uma tomada de decisão pelos Aliados.

Na prática, o Estado Novo perseguia alemães e suas organizações, pois o nacionalismo pregado pela Alemanha nazista durante aquele período confrontava com a proposta estado-novista (SANTANA, 2009). O pangermanismo, disseminado pelo III Reich, propunha a superioridade da raça e cultura alemãs e, uma vez fora do território dominado pelo nazismo, os alemães continuariam cidadãos da Alemanha, tendo como obrigação preservar seu passado e traços culturais. Temos que lembrar que, para

o Estado Novo, o imaginado povo brasileiro deveria se sobrepor às suas diferenças raciais, deixando-as para trás e se unir em um povo único e coeso, disposto a trabalhar com afinco, seguindo as diretrizes do governo, para o progresso de todo o país. Portanto, não havia lugar para diferenças regionais ou nacionais. Grupos étnicos, como de japoneses, judeus, alemães e outras nacionalidades, foram perseguidos durante o Estado Novo. Às crianças foi negado o ensino de outras línguas que não o português e, apenas quando completavam nove anos, poderiam iniciar esse tipo de estudo. O Estado Novo impedia também qualquer organização com caráter nacionalista ou político e retirou investimentos estatais para organizações culturais que celebrassem outras nacionalidades.

Assimile

Uma campanha de nacionalização, uma imposição de um espírito nacional

> Entre 1937 e 1945 uma parcela significativa da população brasileira sofreu interferências na vida cotidiana produzidas por uma 'campanha de nacionalização' que visava ao caldeamento de todos os alienígenas em nome da unidade nacional. A categoria 'alienígena' — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como 'não-assimilados', portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade. A campanha foi concebida como 'guerra' para erradicação de ideias alienígenas, com o objetivo de impor o 'espírito nacional' (...). Seus idealizadores criticavam, sobretudo, a política de colonização com imigrantes mantida durante a Primeira República, argumentando que a elite não corrigiu os 'erros' cometidos no Império, permitindo que estrangeiros formassem núcleos isolados, quase imunes ao processo assimilador característico da formação social brasileira. (SEYFERTH, 1997, p. 95)

Dentro da proposta de povo coeso e da campanha de nacionalização não havia, portanto, espaço para a celebração da diferença e de outras nacionalidades. Nem alemães, nem qualquer outra nacionalidade teria liberdade dentro do Estado Novo. O avanço do nazismo, por outro lado, já havia recebido críticas e posicionamentos desde meados da década de 1930.

> A propaganda nazista foi duramente criticada no Brasil. As medidas antissemitas dos nazistas também foram alvo de muita crítica, e multidões reagiram violentamente contra instituições alemãs. Até mesmo o jornal tradicionalmente pró-germânico, o Jornal do Brasil, que enaltecia a cultura alemã, comentou em 1934 que era melhor morar no Brasil menos "civilizado", mais feliz e mais humano, do que na Alemanha nazista. (RINKE, 2014, p. 13)

Ao longo dos anos, porém, o Brasil exportava algodão, lã, petróleo, linho e, em troca, recebia armamento da Alemanha. "Em geral, a política de Vargas oscilava entre a simpatia ao nazismo alemão por causa da sua forte posição contra o comunismo e a necessidade de uma forte aliança com os EUA." (RINKE, 2014, p. 14). A trajetória da comunista **Olga Benário** (1908-1942) é bastante representativa dessa aproximação do Estado Novo da Alemanha nazista. Um dos quadros políticos comunistas, Olga era alemã e judia, e durante sua permanência na União Soviética conheceu **Luís Carlos Prestes** (1898-1990). Olga e Prestes vieram para o Brasil em 1935 e ficaram na clandestinidade, sendo Olga deportada pelo governo no ano seguinte e enviada aos nazistas, mesmo grávida de Prestes. Sua deportação culminou em sua execução em 1942 pelo regime nazista.

Entretanto, a proximidade do Brasil com a Alemanha pararia com o bombardeio de embarcações brasileiras pelos alemães em 1942, quando, finalmente, o Brasil declara apoio aos Aliados e se compromete a mandar combatentes. Foi após os bombardeios que a perseguição contra alemães, favoráveis ao nazismo ou não, escalou. Famílias alemães passaram a ser consideradas suspeitas e muitos foram presos e torturados pelo Estado Novo, e empresas e indústrias alemãs foram nacionalizadas (RINKE, 2014).

Exemplificando

Palestra Itália, Palmeiras e os símbolos nacionais

> Neste ano [1942], o Brasil entrava como apoio aos Aliados para a Segunda Guerra Mundial. Com isso, os imigrantes alemães, italianos e japoneses que já habitavam o país começaram a ser vistos com desconfiança pelas ruas e, em alguns casos, perseguidos. [...]
>
> Com todo o clima de patriotismo, Getúlio impôs uma medida que proibia todas as instituições de terem nomes de outros países em sua razão social. Desta forma, os italianos se sentiram obrigados a mudar o nome do clube Palestra Itália, fundado em 1914.

> A Sociedade Esportiva Palmeiras recebeu o nome para Palestra de São Paulo em março daquele ano. Seu símbolo também foi modificado.
>
> Foi então que, na festa organizada pelo clube para a comemoração dos 120 anos de Independência do Brasil, Getúlio Vargas realizou um extenso discurso, fazendo referências aos imigrantes alemães, japoneses e italianos em tom ameaçador.
>
> Com as palavras ditas pelo presidente, o Palestra de São Paulo teve de reformular mais uma vez sua escolha de nome. E apenas uma semana antes de disputarem a final do Campeonato Paulista contra o São Paulo, em 14 de setembro de 1942, a cúpula diretiva decidiu em uma tensa reunião descartar o nome e o novo símbolo escolhidos para o clube. No dia seguinte da reunião, o jornal A Gazeta publicou uma carta escrita pelo secretário Paschoal Walter Byron Giuliano, com as seguintes palavras: "Na reunião realizada ontem, sob convocação do seu presidente, a diretoria da Sociedade Esportiva Palestra de São Paulo resolveu, por unanimidade de votos, mudar a sua denominação, sendo escolhida a de 'SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS', resolução e escolha essas feitas 'ad-referendum' do Conselho Deliberativo. (REDAÇÃO GOAL, 2018, [s.p.])

Fonte: REDAÇÃO GOAL. **De Palestra Itália ao Palmeiras:** a história por trás da "revolução". 2018. Disponível em: https://www.goal.com/br/not%C3%ADcias/de-palestra-italia-ao-palmeiras-a-historia-por-tras-da/7ox36kvp6y031lk3mlcpr04gm. Acesso em: 12 fev. 2019.

No campo de guerra, o Brasil só participou efetivamente em junho de 1944, quando enviou combatentes para Itália. Entre o ano de ataque alemão às embarcações brasileiras,1942, e o efetivo combate dos militares em território italiano, o governo estruturou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a Força Aérea Brasileira (FAB) com armamento, aviões e treinamento. (FGV, 2018). Essa estruturação da FEB e FAB não teria sido possível sem o financiamento e auxílio dos Estados Unidos que há um tempo pressionava o Brasil para se posicionar ao lado dos Aliados na guerra. Foi, inclusive, nesse mesmo período que o filme *Alô, amigos!* foi produzido e lançado, marcando a política de boa vizinhança engendrada pelos americanos, cujo objetivo era diminuir e eliminar a influência dos países do Eixo.

A participação na Segunda Guerra Mundial trouxe um cenário desfavorável a Vargas, pois, internacionalmente, o Brasil havia lutado contra regimes autoritários como aquele que estava instalado pelo Estado Novo, e nacionalmente, um novo ator se tornou extremamente prestigiado: os militares. Durante sua participação na guerra, o exército angariou grande popularidade, assim como poder político, constituindo-se um novo campo de

força no Estado Novo. É nesse contexto de manifestações promovidas pela UNE, de manifestos feitos pelos mineiros e de diversas críticas vindas dos militares ao autoritarismo e falta de eleições que o I Congresso Brasileiros de Escritores, com importantes nomes da intelectualidade brasileira, defende publicamente a redemocratização do país, ou seja, a volta dos partidos e das eleições diretas (FGV, 2018). Com tamanhas pressões, Vargas estabeleceu que, em noventa dias, deveriam ser marcadas novas eleições e, caso desejasse, poderia se candidatar, tendo apenas que se afastar da função presidencial três meses antes da data do pleito.

Temos que lembrar que a popularidade de Vargas era bastante significativa e que o afastamento antes das eleições não seria o suficiente para que o então presidente não se beneficiasse com o uso do DIP e do próprio Estado em sua propaganda. Além dessa vantagem, Vargas adiantou o chamamento das eleições estaduais e permitiu que seus interventores, que funcionavam como governadores, também se candidatassem, o que fortaleceria a figura do presidente em uma futura eleição. (FGV, 2018). Porém, o que culminou em sua deposição foi a nomeação de seu irmão para o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal, o que levantou dúvidas sobre o fato do presidente estar construindo um aparato policial para perseguir opositores. Em 29 de outubro de 1945, o Alto Comando do Exército depôs Vargas.

Ao longo de 1945, apesar de todas as pressões por novas eleições, um movimento surgiu defendendo a permanência de Vargas na presidência, conhecido como Queremismo, por 'querer Getúlio'.

Reflita

Queremismo: uma ideia fora de lugar?

> "A sociedade brasileira, em pleno processo de democratização política e mobilizada em dois campos antagônicos, assistiu e participou de um movimento de massa, de proporções grandiosas, conhecido como queremismo. Mobilização somente comparada, em período anterior, à da Aliança Nacional Libertadora, e, décadas depois, à das 'diretas já', o queremismo apresenta ao estudioso algo que, na tradição intelectual de liberais ou das esquerdas, soa como estranho: cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no Poder. (FERREIRA, 2005, p.15)

> Como entender que, durante o processo de democratização, no qual eleições são demandas da população, a figura de um ditador se mostra popular?

O movimento Queremista propunha, então, a permanência de Getúlio na presidência e nascera em oposição às diversas manifestações que pediam o fim do Getulismo. Um marco inicial pode ser considerado um comício organizado por universitários pedindo anistia aos presos políticos e o fim do Estado Novo e que contou com a oposição de diversos trabalhadores com aparência humilde, os quais, carregando "panelas começaram a vaiar os universitários" (FERREIRA, 2003, p. 17). Para muitos de seus apoiadores, havia o medo de que, com a saída de Vargas, os direitos trabalhistas não fossem mais assegurados. O receio tinha fundamento, uma vez que era frequente na imprensa ofensas contra Vargas virem acompanhadas de desmerecimento da legislação trabalhista (FERREIRA, 2003).

> "É muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem um conjunto de leis sociais que resguardem os direitos trabalhadores. Este mundo, no entanto, já existiu – e aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram. No caso brasileiro, entre 1931 e 193, em apenas quatros anos portanto, toda a legislação trabalhista, à exceção do salário mínimo, foi promulgada. (...) O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Sem alguma repercussão em suas vivências, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP. (FERREIRA, 2003, p. 19)

A partir da análise de Ferreira (2003), vemos que o Queremismo era mais do que uma vontade de manter um ditador popular. Para muitos, os direitos promulgados por Vargas significavam a vivência, talvez pela primeira vez, de uma cidadania. Temos que ressaltar a dificuldade de se tornar eleitor durante a República Velha e quão pouco representativa os pleitos poderiam ser para as pessoas mais pobres. Na perspectiva da deposição de Vargas, havia o medo de perder direitos. No decorrer do movimento, os Queremistas passaram a defender a construção de uma Constituição que assegurasse os direitos sociais, e ela deveria ser feita antes das eleições e com a presença de Vargas, como uma forma de impedir perda de direitos.

Apesar dos esforços populares em reivindicar a permanência de Vargas, eleições foram marcadas, partidos saíram da ilegalidade e novos foram criados. A União Democrática Nacional, criada em 1945, era formada por

empresários e latifundiários com o fundamental objetivo de fazer oposição ao legado de Vargas: o nacional desenvolvimentismo e as leis trabalhistas. O Partido Trabalhista Brasileiro foi formado pelos trabalhadores que compunham a base política do governo varguista. Por fim, o Partido Social Democrático, também criado em 1945, era também composto por empresários e donos de terra, porém esses eram "beneficiários da máquina política do Estado Novo" (FGV, 2018, [s.p.]) e foram vitoriosos nas eleições com a candidatura de **Eurico Dutra** (1883-1974).

Saiba mais

A eleição de 1945 foi conturbada e contou, inclusive, com um apoio de última hora de Vargas a Eurico Dutra.

A deposição de Vargas e a eleição subsequente marcam o fim do Estado Novo e de mais uma disciplina de História. Ao longo das seções, vimos a construção de uma figura carismática e popular, mas que, como apontado por Ferreira (2003), só pode se manter por ter trazido mudanças significativas na vida dos trabalhadores. Direitos que há décadas estavam sendo demandados por trabalhadores e operários foram promulgados durante o Estado Novo. Assim, o período Varguista tinha uma proposta de cidadania diferente da liberal, que propunha o direito ao voto e à liberdade de expressão. Durante o Estado Novo, a cidadania era feita pelo direito social, pelos direitos trabalhistas. Essa percepção de direitos e cidadania é bastante fundante de nossa sociedade e guarda relações diretas com o presente, apesar de estar distante quase um século. Por tal razão, estudar o Estado Novo é e foi tão importante para a disciplina de História.

O período do Estado Novo oferece oportunidade para analisarmos e refletirmos sobre os alcances da cidadania aos moldes do liberalismo e, também, nos permite analisar um período extremamente contraditório de nossa história. Apesar de ser uma ditadura, foi um momento no qual trabalhadores conseguiram exigir direitos e consolidar decisões jurídicas que os protegiam. Em outras palavras, Getúlio Vargas, apesar de ditador e de ter construído para si a imagem de "pai dos pobres", criou estruturas que permitiram aos trabalhadores ações diretas para exigir direitos que há décadas estavam nas pautas trabalhistas.

Mais uma especificidade do Estado Novo é a CLT, que por ter trechos similares à legislação trabalhista fascista, *Carta del Lavoro*, recebe críticas até os dias atuais. No entanto, essas críticas não consideram a estrutura da Justiça Trabalhista brasileira da época, que permitia representação tanto de trabalhadores como de empresários, o que era diametralmente oposto ao que acontecia na Itália. Ao Estado Novo, portanto, não se podem atribuir

categorias fechadas de análise. É um período extremamente complexo, que requer análises profundas.

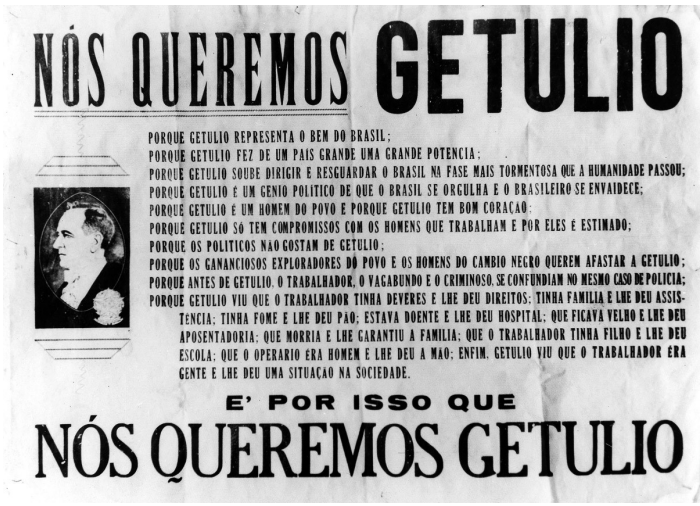
Por fim, podemos dizer que o Estado Novo permite aos historiadores olhar para o passado e buscar a história da construção dos direitos, das identidades nacionais e dos variados sentidos de autoritarismo, identidade nacional, cidadania e democracia.

Sem medo de errar

Durante a construção de uma atividade para a feira interdisciplinar da escola, apresentada no início de nossa unidade, você ficou responsável por discutir com seus alunos sobre algumas mudanças atuais sobre a legislação trabalhista e previdenciária. Como estratégia para ensinar a importância de alguns direitos, você escolheu deslocar a discussão do presente e retomar questões do passado, relacionando diretamente, então, o ensino de História com as questões da atualidade.

Como alguns alunos não entendiam o impacto e a relevância de alguns direitos, como férias e aposentadoria, você decide mostrar algumas fotos do movimento Queremista de 1945.

Figura 4.7 | Queremismo



Fonte: http://memorialdademocracia.com.br/card/queremos-getulio-ocupa-as-ruas. Acesso em: 29 jan. 2018.

Você explica o movimento Queremista e muitos alunos acham estranho que trabalhadores pedissem que um ditador ficasse no poder. Você, então, explica que eles temiam a perda de direitos que tinham há pouco menos de uma década sido conquistados. Antes de Getúlio, não havia aposentadoria ou salário mínimo fixado, o que fez com que sua popularidade crescesse e os trabalhadores temessem que novos políticos retomassem a realidade anterior, sem direitos.

Você pede que eles se atentem à décima razão listada pelo cartaz: "Getúlio viu que o trabalhador era gente e lhe deu uma situação na sociedade", ou seja, a garantia de direitos foi um reconhecimento do lugar social de milhares de trabalhadores e, também, de sua humanidade, "estendeu a mão".

O Estado passava a se atentar para uma massa de trabalhadores que não havia recebido atenção de qualquer governo anterior. Os trechos "que ficava velho e lhe deu aposentadoria" e "que morria e lhe garantiu a família" apontam para as precárias condições que as pessoas viviam, tendo que trabalhar até os últimos anos de vida, uma vez que os salários baixos recebidos ao longo de suas trajetórias não as colocava em situação confortável. Não havia também qualquer assistência para as famílias de trabalhadores que morriam em serviço, fazendo com que familiares tivessem não só que lidar com a perda da renda, mas serem responsáveis pelo pagamento dos arranjos funerais.

Na perspectiva de perderem todos esses direitos, os queremistas preferiram manter Getúlio, um ditador, do que correr o risco de voltar à situação de vulnerabilidade na qual viviam antes.

A partir dessas relações, você incita seus alunos a pensarem na história dos direitos não apenas sobre suas próprias perspectivas, mas considerando que há pouco menos de oitenta anos não havia qualquer direito trabalhista e que isso aumentava a situação precária da população. Milhares de pessoas recebiam muito abaixo do salário mínimo, como ainda acontece hoje, mas não podiam recorrer à justiça. Outras tantas sofriam acidentes de trabalho e ficavam com sequelas permanentes, mas não recebiam qualquer indenização.

A história dos direitos e da luta pela sua manutenção nos ajuda a refletir sobre a importância da legislação trabalhista para a sociedade.

Faça valer a pena

1. Considere o trecho a seguir e avalie as afirmações:

> "No entanto, a partir de 1942 teve início o processo de desarticulação do Estado Novo. Certamente o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, aliando-se por razões de ordem econômica aos Estados Unidos e rompendo com a Alemanha nazista, contribuiu para o enfraquecimento do regime. (PANDOLFI, 1999, p. 11)

I. Esse período contou com diversos eventos, como passeatas da União Nacional dos Estudantes contra os países do Eixo.
II. As relações entre Brasil e Alemanha estavam enfraquecidas por causa da aproximação de Getúlio com o governo americano.
III. A luta promovida pelos Aliados contra os governos totalitários dos países do Eixo acabava por questionar a legitimidade do próprio Estado Novo.
IV. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial fortaleceu os militares que viriam a ter papel central na deposição de Vargas nos anos seguintes.

Estão corretas as afirmativas:
a) I, II e III.
b) II, III e IV.
c) III e IV.
d) I, II e IV.
e) I, III e IV.

2. Considere a imagem a seguir:

Figura 4.8 | Comemoração pelo 2º aniversário do rompimento de relações do Brasil com o Eixo 1944

Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra. Acesso em: 29 jan. 2018.

A partir da leitura da seção e da imagem anterior, é correto afirmar que:
a) O Estado Novo, desde os seus primeiros anos, opunha-se aos Integralistas, fato evidenciado pela placa no centro da imagem.
b) Pode-se dizer que muito da simpatia do Estado Novo pelos países do Eixo residia no fato de que os governos totalitários perseguiam comunistas.
c) A popularidade dos militares durou o tempo da guerra, uma vez que, após o conflito, eles ocuparam pouco espaço na política.
d) Após a entrada formal no conflito, o Estado Novo nacionalizou empresas alemãs e iniciou uma perseguição a imigrantes dos países do Eixo.
e) A luta pela democracia, encabeçada pelos Aliados, era um ponto alto do projeto político do Estado Novo.

3. Considere o trecho a seguir:

> "Agora comprometidos com a democracia, os queremistas empenhavam-se em lutar pelos direitos de cidadania política dos trabalhadores. Mas, antes era necessário garantir os direitos já adquiridos, sobretudo por meio da legislação trabalhista. A Ameaça de perde-los surgia como real, sobretudo, acreditavam eles, com uma transição política sem o controle de Vargas. (...) Para os trabalhadores, portanto, o lema Constituinte com Getúlio expressava uma escolha política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político. (FERREIRA, 2003, p. 35)

A partir da leitura da seção e dos seus conhecimentos, é correto afirmar que:
a) Queremismo foi fruto de uma propaganda incessante e politizadora estado-novista que transformou trabalhadores em seguidores de Vargas.
b) A cidadania durante o Estado Novo era acessada por meio de direitos, do trabalho e da participação em organizações partidárias, uma vez que não havia mais eleições e direito ao voto.
c) Após a deposição de Vargas, os novos partidos asseguravam a permanência da CLT, e a imprensa, apesar de criticar, defendia a legislação trabalhista.
d) O período de democratização foi marcado pelo surgimento de diversos partidos, representando tanto trabalhadores como empresários e latifundiários.
e) A proposta do Queremismo foi aceita pelo presidente interino, e as datas das eleições postergadas para viabilizar a construção de uma Constituição.

Referências

ARQUIVO público do Estado de São Paulo. **DEOPS – Documentos**. Disponível em: https://goo.gl/XsLKez. Acesso em: 18 mar. 2019.

ASSIS, P. Cultura, política e mercado: o cinema nacional na Era Vargas. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 43, p. 159-182, fev./jun. 2014. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2153/1561. Acesso em: 8 jan. 2019.

ALMEIDA, C. A. O cinema brasileiro no Estado Novo: o diálogo com a Itália, Alemanha e URSS. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, p. 121-129, jun. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104=44781999000100007-&lng=en&nrm-iso. Acesso em: 8 jan. 2019.

BILHAO, I. Trabalhadores do Brasil: as comemorações do primeiro de maio em tempos de Estado Novo varguista. **Revista Brasileira de História**., São Paulo, v. 31, n. 62, p. 71-92, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jan. 2019.

COELHO, C. A. O Estado Novo e a integração do samba como expressão cultural da nacionalidade. **Revista Vernáculo**, jun. 2011. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20781. Acesso em: 9 jan. 2019.

DRUMOND, M. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Estudos históricos (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 398-421, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103=21862009000200005-&lng=en&nrm-iso. Acesso em: 8 jan. 2019.

FERREIRA, J. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-89.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. **Navegando na História**. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao. Acesso em: 7 fev. 2018.

GOMES, Â. M. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro; São Paulo: IUPERJ; Vértice, 1988.

GOMES, Ângela M. de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HAUSSEN, D. F. **Rádio e Política** – tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

MATOS, C. **Acertei no milhar:** samba e malandragem no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MUSTAFÁ, I. *Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940*. **Rádio-Leituras**, ano IV, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras/article/view/351. Acesso em: 9 jan. 2019.

NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano.** O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, L. L. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **Brasil Republicano**. O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PARANHOS, A. Entre sambas e bambas: vozes destoantes no "Estado Novo". **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 179-192, 2007.

SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2019.

RINKE, S. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 299-316, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100299&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2019.

TOMAIN, C. dos S. *As imagens das multidões nos cinejornais de Primeiro de Maio do Estado Novo*. **História Social**, Campinas, n. 11, p. 41-74, 2005.

SANTANA, N. M. C. de. Imigrantes Alemães e o Brasil Caboclo: Memória, Identidade e Política Nacional no Brasil. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009.

SILVA, A. C. de M. Ensino de História, Cinema, Imprensa e Poder na Era Vargas (1930-1945). *In:* ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: https://goo.gl/1rssjw. Acesso em: 8 jan. 2018.

SILVA, F. T. da. **Trabalhadores no tribunal:** conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016.

SOIHET, R. O povo na rua: manifestação culturais como expressão da cidadania. *In:* FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **Brasil Republicano**. O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WIKISOURCE. **Manifesto dos Mineiros**. [s.d.]. Disponível em: https://goo.gl/HSGUZm. Acesso em: 12 fev. 2019.

ISBN 978-85-522-1408-3